

SÉRIE  
SOCIEDADE, DESENVOLVIMENTO  
LOCAL E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA  
Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Meio Ambiente

1

**RELATOS DE UMA HISTÓRIA VIVIDA  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DE COMUNIDADES AMAZÔNICAS  
E COOPERAÇÃO REGIONAL**

Nazaré Imbiriba  
Léa Lobato Oliveira  
Thomas Mitschein

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**Reitor:** Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschy

**Vice-Reitor:** Prof. Horacio Schneider

**Pró-Reitoria de Administração:** Prof. Edson Ortiz de Matos

**Pró-Reitora de Ensino de Graduação:** Profa. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

**Pró-Reitor de Extensão:** Prof. Fernando Arthur de Freitas Neves

**Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal:** João Cauby de Almeida Júnior

**Pró-Reitor de Relações Internacionais:** Prof. Flávio Sidrim Nassar

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Prof. Emmanuel Zagury Tourinho

**Pró-Reitor de Planejamento:** Prof. Erick Nelo Pedreira

**NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA**

**Diretor Geral:** Prof. Gilberto de Miranda Rocha

**Diretor Adjunto e Coordenador Acadêmico:** Prof. Wagner Luiz Ramos Barbosa

**Coordenadora de Informação Ambiental:** Marise Teles Condurú

**Coordenador de Planejamento Gestão e Avaliação:** Raimundo Lima da Silva Matos

**COMISSÃO EDITORIAL DO NUMA / UFPA**

Profa. Ana Maria Vasconcellos • Prof. Claudio Fabian Szlafsztein

Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves • Prof. Gilberto de Miranda Rocha

Prof. Pierre Teisserenc • Prof. Robert Toovey Walker

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP),  
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, Belém – PA.

---

Relatos de uma história vivida: desenvolvimento sustentável de comunidades amazônicas e cooperação regional / Organizado por Nazaré Imbiriba, Léa Oliveira e Thomas Mitschein. \_\_\_ Belém: NUMA/UFPA, 2013.

311 p. (Série Sociedade, Desenvolvimento Local e Meio Ambiente na Amazônia, n. 1).

ISBN978-85-88998-44-5

1. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. 2. Desenvolvimento regional. I. Imbiriba, Nazaré (Org.). II. Oliveira, Léa (Org.). III. Mitschein, Thomas (Org.). IV. Título.

CDD 18 ed. 574.509811

---

Este livro teve como base os Relatórios Nacionais elaborados, em 2009, por equipes técnicas de instituições amazônicas de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela, todas elas integradas ao Consórcio Regional Bolsa Amazônia. Coordenaram os respectivos Relatórios Nacionais, fontes primárias desta publicação:

- Bolívia: ARMELINDA ZONTA, ERLAN GAMARRA
- Brasil: THOMAS MITSCHERIN, LÉA OLIVEIRA, NAZARÉ IMBIRIBA, DALVA VASCONCELOS
- Equador: MARTHA NÚÑEZ, ALEJANDRA ADOUM, CARMEN BARRERA, CECILIA PONCE
- Colômbia: ANTONIO LOBO-GUERRERO
- Venezuela: RICHARD SARMIENTO, MARIA TERESA ACOSTA

**Tradução Espanhol-Português:**

Nazaré Imbiriba, Léa Oliveira

**Colaboração Especial:**

Sônia Magalhães, Jadson F. Chaves, Roberta de Carvalho

**Capa, Lay-out, Diagramação e Composição Gráfica:**

Luciano Oliveira e Nonato Moreira



*“... fui colocado a meio caminho entre a miséria e o sol. A miséria impediu-me de acreditar que tudo vai bem sob o sol e na história; o sol ensinou-me que a história não é tudo.”*

(Albert Camus, “O Avesso e o Direito”).

## Sumário

Prefácio .....	9
Agradecimentos .....	12
Introdução .....	14

### PARTE I

#### O PONTO DE PARTIDA:

O DIREITO À DIVERSIDADE SÓCIO-ECOLÓGICA COMO UTOPIA ANDINO-AMAZÔNICA NO SÉCULO XXI.....	19
---	----

Capítulo 1. Relação entre economia e ecologia e o conflito Norte-Sul .....	20
---	----

Capítulo 2. A relação estado-nação e a histórica marginalização dos povos ancestrais nos países andino-amazônicos .....	27
---	----

Capítulo 3. A ocupação da Amazônia: um processo recente.....	32
---	----

Capítulo 4. O peso das heranças do passado e a necessidade da cooperação inter-regional em torno das oportunidades do desenvolvimento sustentável .....	41
---	----

Capítulo 5. Responsabilidades compartilhadas: um caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.....	51
--	----

Capítulo 6. O mercado: uma saída para o desenvolvimento amazônico? .....	55
---	----

### PARTE II

#### COMO O VIVIDO PODE SER

APRENDIDO E TRANSMITIDO .....	67
-------------------------------	----

Capítulo 7. Uma história pioneira de aprendizagem .....	68
---	----

Capítulo 8. Realidades amazônicas.....	75
1. A Amazônia Boliviana .....	76
2. A Amazônia Brasileira .....	82
3. A Amazônia Colombiana .....	89
4. A Amazônia Equatoriana .....	94
5. A Amazônia Venezuelana.....	104

### **PARTE III**

#### **ATORES, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO CONSÓRCIO REGIONAL BOLSA AMAZÔNIA ..... 116**

Capítulo 9. A experiência boliviana .....	117
Capítulo 10. A experiência brasileira.....	132
Capítulo 11. A experiência colombiana.....	169
Capítulo 12. A experiência equatoriana .....	178
Capítulo 13. A experiência venezuelana.....	194

### **PARTE IV**

#### **MERCADO, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SUPERAÇÃO DA POBREZA..... 205**

Capítulo 14. Desafios amazônicos .....	206
Capítulo 15. O positivo em aprender, compartilhar e criar no coletivo.....	213
Capítulo 16. A cooperação regional e local .....	219
CONCLUSÕES .....	225
BIBLIOGRAFIA.....	243





## Prefácio

RELATOS DE UMA HISTÓRIA VIVIDA - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES AMAZÔNICAS E COOPERAÇÃO REGIONAL é um livro que pretende levar ao conhecimento público a vivência de instituições e pessoas dedicadas a influir em sua realidade e contribuir para a mudança de um *status quo*: o da histórica marginalização das populações rurais de áreas amazônicas de cinco países - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela. Agrupadas em Consórcio, uma rede de parceiros, dezenas de instituições amazônicas, majoritariamente representativas da sociedade civil organizada, desenvolveram programas e projetos que, realizados no âmbito local, ligavam-se regionalmente na perspectiva de uma Amazônia integrada e integral.

Uma gota d'água no oceano, dizem os autores dessa sistematização regional. Que seja! Mas uma riqueza de informações, sem medo de contar os desafios e as fragilidades, algo raramente visto! Com um objetivo bem claro: o de sinalizar que trabalhar de maneira coletiva e regional é um desafio; que discutir e realizar ações nesse *mundão* amazônico é fonte de sofrimentos, angústias, desesperanças momentâneas e enormes incompreensões.

Mas, parodiando o grande Fernando Pessoa: "Tudo vale à pena quando a alma não é pequena".

Este livro, nascido pelo esforço de inúmeras cabeças e mãos, em cinco países amazônicos, sistematiza ações, experiências, resultados e desafios de um programa pan-amazônico levado a cabo pelo Consórcio Regional Bolsa Amazônia, que em mais de dez anos de trabalho com organizações comunitárias amazônicas, dedicou-se a apoiar a produção e a promover a comercialização de produtos da biodiversidade. Relata e reflete sobre alternativas de enfrentamento aos desafios, percalços e avanços do que se constituiu a ousadia de trabalhar coletivamente na Amazônia de cinco países, em apoio a processos de desenvolvimento sustentável e acesso a mercados.

A inspiração que motivou essa reflexão foi, também, a de fornecer subsídios para as políticas de cooperação e desenvolvimento sustentável no Trópico Úmido, em geral, e para esse enorme *continente* chamado Amazônia.

Que os êxitos e aprendizagens experimentados possam contribuir para tornar a Amazônia mais justa e eficientemente solidária com os mais vulneráveis!

Afinal, o mundo, hoje, é mais do que nunca uma aldeia. Aldeia que periga destruir-se. Mundo no qual a OCA Amazônica é, sem nenhuma dúvida, estratégica.

Este livro inaugura a Série de Publicações intitulada SOCIEDADE, DESENVOLVIMENTO LOCAL E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA, vinculada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, nascida pelo apoio recebido da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Pará, através de seu então titular, a quem dirigimos nosso profundo agradecimento. Igualmente são devidos agradecimentos ao Deputado Estadual Gabriel Guerreiro, autor de Emenda Parlamentar que tornou possível a realização da Série em questão e à sociedade civil brasileira Bolsa Amazônia, incumbida de realizar as publicações que integrarão a Série referida.

O Núcleo de Meio Ambiente da UFPa está, portanto, de

---

parabéns por mais esta realização em proveito do desenvolvimento sustentável do Pará, em particular, e da Amazônia.

CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY  
Reitor da Universidade Federal do Pará, Brasil

---

## Agradecimentos

Agradecimentos especiais são devidos a todos que colaboraram, em cada país, com a sistematização de uma experiência de mais de uma dezena de anos, anônimos ou não, mas presentes em cada uma das linhas deste livro. Eles nos ensinaram a ver a Amazônia Grande e Integrada.

A ousadia de empreender essa grande aventura que foi o Consórcio Regional Bolsa Amazônia não poderia ter brotado sem o tino, a orientação e a paixão amazônica de todos os envolvidos. A eles, irmãos de alma, nossa eterna gratidão pela confiança que nos transmitiram: pensar e agir coletivamente em proveito da Amazônia e de suas comunidades rurais vale à pena, e não pode morrer conosco, mesmo à custa de muito sofrimento. Porém, a memória do tanto que se alcançou - em termos regionais, nacionais ou locais e, também, em nível pessoal - foi infinitamente superior às incompreensões do caminho, e isso eles sabem bem!

À Xochitl Herrera e Miguel Lobo-Guerrero, que sem querer nos foram tirados no meio da luta, nosso eterno reconhecimento pelo entusiasmo que dispensaram ao Consórcio, mesmo em momentos de grande dor. Villa de Leyva ficará guardada em nossa história.

À Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Meio Ambiente, na figura de seu Reitor Carlos Maneschy e seu Diretor Gilberto Rocha, à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pará, então dirigida por Alex Fiúza de Mello, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, na pessoa de seu Deputado Gabriel Guerreiro e à Associação Bolsa Amazônia, por meio de seu Diretor Claudionor Dias, nossos agradecimentos por propiciarem os meios para publicar este livro.

A Lucy Ruiz, que integrou o Consórcio por tantos anos, um enorme reconhecimento por sua luta pela solidariedade amazônica e pela confiança de que haverá, um dia, uma única Amazônia, sem distinção nenhuma.

Agradecimentos especiais à NOVIB OXFAM, que apoiou, em cada país, o trabalho de sistematização

Por fim, nossos votos para que as lições que aprendidas, os sucessos obtidos e os desafios enfrentados possam contribuir para a definição de políticas públicas voltadas às populações rurais da Amazônia, ainda tão marginalizadas ao processo regional de desenvolvimento e inserção social.

Os Sitematizadores

---

## Introdução

### I

Um processo de reflexão significa revivência de experiências. Implica no retorno ao passado, no reordenamento de idéias, no resgate do que foi positivo, na valorização do que se apresentou como negativo e, inclusive, na busca de alternativas para o futuro. O que importa, no entanto, é tomar consciência de que os fatos, as vicissitudes e as satisfações vividas tiveram sentido, na medida em que ampliaram aprendizagens e fortaleceram compromissos e alianças, ainda que, possivelmente, a riqueza do processo não possa ser totalmente recuperada no presente, e mesmo em um livro.

A criação do Consórcio Regional Bolsa Amazônia foi fruto da determinação de instituições amazônicas comprometidas em oferecer respostas ao desafio de promover a melhoria das condições de vida das populações amazônicas, com base no uso sustentável de seus recursos naturais.

Assim, a avaliação que se faz, pela análise dos seus últimos cinco anos, 2005-2009, período em que este livro se focaliza primordialmente, é a de que o Consórcio avançou bastante em direção aos objetivos propostos, abrindo perspectivas concretas de melhoria de vida, através de diversas experiências nacionais em funcionamento, do reconhecimento de sua capacidade de in-

---

terlocação, articulação e de influenciar em políticas públicas ou iniciativas da sociedade civil organizada, na busca de novas alternativas ao modelo prevalecente de desenvolvimento da Região.

O principal mérito foi o de integrar a rica experiência adquirida em cada país amazônico - ainda que através de ações às vezes vistas como pontuais no contexto dessa imensa Região - ao esforço de desenvolvimento sustentável que se vem desenvolvendo em todo o mundo, e de inocular, a partir dessas sementes, ânimo político para o aumento dos benefícios sociais das comunidades e populações tradicionais.

Imperioso é reconhecer, todavia, que ainda existe um largo e difícil caminho a percorrer para vencer desafios, em especial quando se trata de converter serviços ambientais da floresta em fluxo de renda que assegure as bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O caminho a percorrer reside na construção de uma saída estratégica para superar o paradoxo (ainda bem vigente), de que a sustentabilidade econômica, social e ambiental da produção de populações tradicionais da Amazônia depende, tão somente, do fortalecimento de suas capacidades para viabilizar o acesso de seus produtos aos mercados nacionais, regionais e internacionais.

Em outras palavras, depende de mecanismos que possibilitem romper as barreiras que se colocam entre produtores e potenciais consumidores, em circuitos econômicos que envolvem a pequena produção de regiões como a Amazônia, desprovida, em muitos casos, de infraestrutura física e de formação tecnológica e mercadológica, e onde o Estado tem uma presença limitada como indutor do desenvolvimento e, até, como provedor de serviços básicos às populações locais.

Importante é reconhecer que os produtos sustentáveis amazônicos trazem consigo um valor intangível que é o de contribuir para a conservação da floresta em pé. Significa dizer que comunidades inteiras estão contribuindo para a diminuição dos impactos das Mudanças Climáticas e do Aquecimento Global,

---

e que este serviço ambiental deve ser pago e reconhecido pelas sociedades mais opulentas.

No caso da Amazônia, no entanto, além de medidas emergenciais, se faz necessário avançar na concretização de objetivos de longo prazo que assegurem uma base sólida para a conservação da floresta, garantindo, por outro lado, atividades produtivas prudentes que ofereçam meios de reprodução econômica, social e econômica das populações locais.

Nesse sentido, a tarefa está apenas começando: deve-se continuar trabalhando em propostas inovadoras, fortalecer alianças, influenciar políticas, de modo que a sustentabilidade, nesta Região, não seja apenas palavrinha fácil dos discursos ociosos.

Que este livro sirva de insumo para incrementar os esforços coletivos para construção de uma sociedade amazônica mais justa e solidária com os mais pobres!

## II

Bolsa Amazônia foi um Consórcio de Cooperação Regional para o Desenvolvimento Sustentável, do qual foram signatárias instituições representativas da sociedade civil de Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela.

A idéia de um futuro Consórcio, que não possuiria personalidade jurídica própria, surgiu a partir de debates realizados em diversos eventos, dentre os quais o Fórum Belém: Vias de Desenvolvimento Sustentável – Dimensões do Desafio - realizado em novembro de 1996, em Belém, Pará, Brasil.

O Consórcio, único em seu gênero no nível regional, foi instituído em 11 de novembro de 1998, e sua estrutura de ações teve por base quatro princípios básicos:

- A proteção dos ecossistemas amazônicos e sua preservação para as gerações atuais e futuras;
  - A superação da pobreza, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando ocupação, emprego e renda;
-



- ♦ A responsabilidade social e ecológica nas relações de produção e de mercado;
- ♦ A parceria entre os diversos atores interessados no desenvolvimento sustentável da Amazônia e na preservação de sua biodiversidade.

Fundado nesses princípios, o objetivo geral do Consórcio era o de promover o aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, mediante o estabelecimento de uma rede eficiente de relações econômicas de pequenos produtores agroextrativistas organizados da Região, com responsabilidade ambiental e social, interessados no uso sustentável da biodiversidade.

As ações desenhadas para serem executadas em toda a Bacia Amazônica foram implementadas nos cinco países já referidos, conformando uma rede de instituições em sua maioria Não governamentais, com respeitabilidade junto às populações tradicionais e agroextrativistas da Amazônia, e larga experiência de trabalho com as questões ambientais e sócio-produtivas.

A partir de uma Secretaria Geral, escolhida entre os parceiros, formaram-se em cada país as Secretarias Executivas Nacionais ou Bolsas Nacionais. Na Bolívia, a coordenação nacional do Consórcio esteve a cargo do Instituto para el Hombre, Agricultura y Ecología (IPHAE), ou Bolsa Bolívia. A Bolsa Brasil esteve sob a coordenação do Núcleo de Ação para o Desenvolvimento da Amazônia<sup>1</sup>. Na Colômbia foi a Fundación Mambeshop que coordenou o Consórcio. Na Venezuela, CEPAI- Centro de Educación y Promoción de la Autogestión Indígena foi responsável pelo Consórcio. A Bolsa Equador teve a coordenação da Fundación Ambiente y Sociedad.

Internamente, em cada um desses países, conformaram-se redes nacionais, cujas instituições se vincularam às respectivas Secretarias/Bolsas Nacionais.

---

<sup>1</sup> Posteriormente, assumiu esse papel um novo ente, a Associação Bolsa Amazônia, institucionalizada para esse fim como sociedade civil sem fins lucrativos.

Este livro, portanto, reflete o pensar e o agir de dezenas de instituições e pessoas que ao longo de anos contribuíram para a sobrevivência do Consórcio, único em seu gênero e escopo na Amazônia, até 2009.

---

**PARTE I**

**O PONTO DE PARTIDA: O DIREITO À  
DIVERSIDADE SÓCIO-ECOLÓGICA COMO  
UTOPIA ANDINO-AMAZÔNICA NO SÉCULO XXI**

---

# 1

## Relação entre economia e ecologia e o conflito Norte-Sul

A civilização moderna, sendo regida pela lógica da racionalidade instrumental, que submete todos os elementos do concreto-real ao critério da calculabilidade e da utilidade, associa o perigo de um holocausto nuclear com os riscos da crescente destruição das bases naturais da sobrevivência humana.

Nos países industrializados, os sinais mais visíveis da crise ambiental, expressão emblemática da transformação da natureza num simples objeto de exploração, começaram a se tornar assunto de destaque político no decorrer dos anos 70. Nessa época, multiplicavam-se os movimentos ecológicos que rejeitavam qualquer tentativa de encarar a chuva ácida, a destruição das florestas, os perigos do uso da fissão nuclear para a geração de energia elétrica, a poluição dos rios e dos oceanos, dentre outros, como simples efeitos colaterais do progresso social e econômico.

Para fundamentar os seus argumentos, não entravam numa linha de romantização da natureza. Pelo contrário! Na medida em que chamavam atenção para os riscos da energia nuclear, argumentavam, com a mesma rigidez científica, como os defensores do seu uso. Ou seja, ao aplicarem a dúvida à própria ciência,

---

como instrumento-mor do trabalho científico, demonstravam que esta última é, na realidade, uma das fontes da criação dos problemas sócio-ambientais que a sociedade moderna enfrenta (Beck 1986, 1993, 1997). Assim, não contribuía apenas para colocar por terra o “nimbo da ciência como autoridade racional inatacável” (Bonss, Hartmann, cit. in: Beck 1986, p. 276)<sup>2</sup>; ao mesmo tempo, diminuía a distância entre especialistas e leigos que, no âmbito das disputas políticas sobre os rumos que a sociedade deveria tomar, tendia a se transformar numa concorrência entre especialistas que se diferenciavam, via de regra, por distintas racionalidades normativas.

Mesmo levando em conta que, inicialmente, os mencionados movimentos ecológicos foram ridicularizados por uma boa parte dos ocupantes das “catedrais do poder no setor privado, na ciência e no Estado” (Beck 1993, p. 158) e tidos como irracionais e irresponsáveis em relação aos imperativos econômicos da sociedade moderna, dentro de pouco tempo as temáticas por eles levantadas acabaram por ser reconhecidas como os desafios do futuro por crescentes segmentos sociais, principalmente em países como Alemanha, Holanda, França.

A partir daí se ampliava, nos países do Norte, a preocupação com a acelerada destruição das bases naturais da sobrevivência humana. Tratava-se de uma tendência que não era compartilhada pelos principais líderes do hemisfério Sul, uma vez que estes entendiam os discursos ambientalistas, vindos da metrópole, como uma ameaça que visava congelar a posição subalterna deste hemisfério no âmbito da divisão internacional de trabalho. Aqui é bom lembrar que, em 1972, foi realizada, em Estocolmo, a primeira Conferência sobre Meio Ambiente, na qual a desconfiança dos atores da periferia mundial se manifestou pelo fato de que todos, independentemente de suas ideologias e práticas políticas, compartilhavam a posição da delegação brasileira que

---

<sup>2</sup> Todos os textos versados do alemão e do inglês, citados, são tradução livre de Thomas Mitschein.

definiu a destruição ambiental e os seus custos como problemas do hemisfério Norte.

Vale lembrar, também, que uma das respostas do Sul ao Relatório do Clube de Roma, de 1972, sobre “Limites do Crescimento”, veio em 1976, por meio da Fundação Bariloche da Argentina (Herrera et al., 1976) que, em seu Relatório sobre “Os Limites da Miséria”, focalizou a distância entre os países ricos e pobres como principal problema da comunidade internacional; rejeitou, categoricamente, a idéia da existência de limites físico-ambientais do crescimento econômico; e insistiu que o Sul, pelo bem do seu desenvolvimento, teria que apostar todas as suas fichas na apropriação dos mais avançados conhecimentos científicos e tecnológicos<sup>3</sup>.

Além disso, diante da queda expressiva de sua participação no comércio internacional nas duas primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial, os países do Sul concentraram as suas esperanças desenvolvimentistas, nos anos 70, na idéia da criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional que foi levada à frente pela UNCTAD (United Nations Conference for Trade and Development).

Partiram do princípio de que os países do Norte deveriam compensar financeiramente a história do (neo) colonialismo e os consequentes danos sócioeconômicos e ecológicos que causaram ao Sul. Além disso, insistiram na redução das tarifas alfandegárias para facilitar o fluxo de mercadorias do Sul ao Norte e na transferência de capital e de tecnologias avançadas como insumos fundamentais para a construção de um mundo mais equilibrado.

No entanto, tais cobranças, devido às expressivas resistências do Norte, revelaram-se como um sonho de uma noite de verão.

---

3 Esta polêmica entre o Clube de Roma e a Fundação Bariloche mostra, de forma nítida, que os candidatos ao desenvolvimento retardatário têm, por razões óbvias, a tendência de encarar ciência e tecnologia, primordialmente, como instrumentos de superação do atraso das forças produtivas e não como uma das fontes dos problemas sócio-ambientais que se acumulam na sociedade moderna.

---

Por outro lado, os discursos terceiro-mundistas que pregavam a necessidade de um Sul unido contra as imposições dos centros do capitalismo começaram a fazer água, na medida em que os países deste hemisfério passaram por um processo de diferenciação dos seus perfis sócioeconômicos, que se manifestou pelo contraste entre um minúsculo grupo de Newly Industrialized Countries (Nics), cujos líderes ansiavam pela entrada definitiva no clube seletivo dos países economicamente avançados, e os assim chamados Least Developed Countries (LDCS) que dependiam, cada vez mais, de transferências externas<sup>4</sup>.

Nos anos 60, foram as empresas transnacionais que envolveram uma parte do hemisfério Sul em sua rede internacional de produção, criando, inclusive pela primeira vez na história do capitalismo, uma competição direta entre a mão de obra protegida das metrópoles e a força de trabalho barata e altamente disponível da periferia. (Mitschein, 1981).

Uma década depois, foi o capital financeiro que, a partir da queda da taxa de lucro nos países centrais, procurou opções de aplicação rentável nos países da periferia do mercado mundial, fortalecendo, desta maneira, a idéia da “industrialização endividada”. Esta, por sua vez, foi colocada em xeque pela crise da dívida externa que eclodiu em 1982 e iniciou a década perdida para o desenvolvimento da América Latina.

Foi justamente nesta época, que o neoliberalismo começou a tornar-se ideologia hegemônica no mundo inteiro. As consequências nefastas de sua implementação na periferia capitalista, e naqueles países que fizeram parte do socialismo real, foram abordadas, de maneira eloqüente, por Naomi Klein (2007) em seu livro sobre a ascensão do disaster capitalism.

Contudo, por mais que o fracasso da tentativa da UNCTAD de criar condições para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional tenha mostrado, de maneira nítida,

---

<sup>4</sup> Deve-se realçar que esta diferenciação está intimamente ligada às formas e à dinâmica da globalização do capitalismo depois da 2ª Guerra Mundial.

o poder de mando do hemisfério Norte, o crescente *gap* social entre centros e regiões periféricas do mercado mundial e a crise ecológica global continuavam presentes na pauta da política internacional. Em parte a sua discussão foi até incentivada por atores políticos dos países industrializados.

Nesse contexto, vale mencionar o relatório “Global 2000”, dirigido ao Presidente Jimmy Carter, e o relatório “Norte-Sul” que insistia “nos interesses comuns entre os países industrializados e os países em desenvolvimento”. Presidido por Willy Brandt, o citado Relatório “Norte Sul” indicava: “Precisamos desenvolver”, escreveu o político alemão, em sua introdução “(...) uma responsabilidade mundial comum, que se baseia nas experiências das comunidades regionais.” (1980, p. 18)<sup>5</sup>.

Contudo, no âmbito desta discussão, foi o Relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ganhou importância maior. Criada em dezembro de 1983, por iniciativa do Secretário Geral das Nações Unidas e presidida por Gro Harlem Brundtland, da Noruega, esta comissão apresentou, quatro anos depois, uma fórmula que, pelo fato de exigir das nações ricas “estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos deste planeta”, como *conditio sine qua non* para que as nações pobres pudessem alcançar um crescimento econômico que permitisse o atendimento de suas necessidades básicas, aproximou os “ambientalistas” do Norte e os “desenvolvimentistas” do Sul. Amenizou, com a sua abordagem sobre o desenvolvimento sustentável, as linhas de conflito que tinham sido levantadas a partir dos relatórios sobre os “Limites do Crescimento” do Clube de Roma e os “Limites da Miséria” da Fundação Bariloche.

Mas, na arena política mundial, era um referencial sem peso operacional já que, pouco tempo antes da ECO-92, o assim chamado Consenso de Washington tinha transformado o enfoque neoliberal num referencial quase bíblico dos políticos e tecnoburocratas do mundo inteiro, fazendo com que durante duas

---

<sup>5</sup>Tradução livre de Thomas A. Mitschein.



décadas os custos sociais e ambientais da globalização fossem flagrantemente desprezados<sup>6</sup>.

Esta situação mudou depois do desmoronamento do “Muro de Wallstreet”, que proporcionou a maior crise econômica global desde a final da 2ª guerra mundial, crise que o mundo inteiro enfrenta desde a Grande Depressão de 1929.

No entanto, saber se, diante do *meltdown* do fundamentalismo de mercado, as políticas (inter) nacionais que procuram enfrentar as suas conseqüências focalizarão, de fato, as desigualdades sociais e a destruição das bases naturais da sobrevivência humana em nível global é, no mínimo, uma incógnita.

No âmbito do hemisfério Sul, a América Latina foi a primeira Região não européia a integrar-se, de maneira sistemática (!) ao sistema internacional que nasceu no “longo século XVI” (F. Braudel). Como território colonizado foi, também, o primeiro que alcançou, no início do século XIX, a sua independência política. Ganhou, historicamente, realce entre os *latecomers* (neo) coloniais com as suas políticas de substituição de importação. Transformou-se “no primeiro laboratório de teste da Escola de Chicago” (Klein 2007, p. 634) e acabou se tornando, nos últimos anos do século passado, uma avançada linha de frente política contra as imposições do fundamentalismo de mercado<sup>7</sup>.

Assim, a discussão sobre novas referências de desenvolvimento para a América Latina, que vão além das tentações do mimetismo, precisam focalizar, de maneira mais sistemática, a Amazônia. Por duas razões, fundamentalmente: de um lado,

---

6 Segundo o Banco Mundial, 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem diariamente com menos de 2 dólares. Além disso, a destruição dos ecossistemas deste planeta continua avançando com uma velocidade assustadora. Segundo relatório recente do WWF e da Sociedade Zoológica de Londres, em 2005, a pegada ecológica, que mede o quanto os homens demandam da biosfera, alcançou uma média mundial de 2,7 ha, superando em 30% a capacidade reprodutiva dos ecossistemas deste planeta. Nos países do hemisfério Norte, esta média foi de 6,5 ha - quase três vezes maior do que a mencionada média mundial. (Folha de São Paulo, 29. 10. 2008).

7 Vivenciam-se as contradições de uma Região que é o maior centro da biodiversidade deste planeta e ao mesmo tempo, no contexto do sistema global, periferia da periferia latino-americana.

porque os processos de sua ocupação acabaram levando, literalmente, à queima da maior riqueza da qual os seus habitantes dispõem, isto é, a sua biodiversidade que, segundo Jeremy Rifkin, representará no século XXI o que representava o petróleo no século XX. Por outro, porque o uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia pressupõe a invenção de um modelo civilizatório tropical que não se enquadra nas propostas desenvolvimentistas que oprimem os cérebros de uma boa parte dos políticos e planejadores latino-americanos, até hoje.

---

## 2

### **A relação estado-nação e a histórica marginalização dos povos ancestrais nos países andino-amazônicos**

Historicamente, o Estado na América Latina se torna demiurgo desenvolvimentista a partir da crise dos regimes oligárquicos que, depois da independência política no início do século XIX, têm consolidado a função do subcontinente como fornecedor de matérias-primas no âmbito da divisão internacional de trabalho.

Sofrendo as conseqüências das interrupções dos fluxos econômicos internacionais, ocasionadas pelas duas guerras mundiais, tais regimes perdem a sua capacidade de garantir a reprodução da síntese social e acabam sendo substituídos por governos nacionais populistas. Estes, por sua vez, encontram sua âncora política em blocos sociais cujos representantes entendem o Estado como instrumento indispensável para “matar dois coelhos com uma cajadada só”, a saber: ampliar e diversificar a base produtiva do país e levar em conta os anseios dos setores populares por justiça social.

Desta maneira, o desenvolvimentismo se posiciona, de um lado, contra uma elite oligárquica que define a sua identidade

---

de cultural a partir do passado colonial<sup>8</sup>, aceita o seu papel como *counterpart* do capital estrangeiro e trata a questão social como uma “questão de polícia” (Washington Luis). Por outro, abre as janelas para os ventos da modernização industrial e insiste na criação de mais emprego, ocupação e renda. Mas, além de não colocar em prática a prometida modernidade, repetidas vezes leva ao poder governos de exceção que visam à neutralização da organização política das classes populares, dificultando, desta maneira, a constituição de uma esfera pública como palco de exercício da cidadania.

No entanto, o que os regimes oligárquicos e os desenvolvimentistas, apesar de suas profundas diferenças, têm em comum, é a negação clara e aberta dos modos de vida autóctones que se reproduzem à margem da relação político-econômica entre metrópole e periferia.

Se as novas elites nacionais dos regimes oligárquicos desprezaram, por exemplo, a civilização andina dos tempos pré-colombianos, isto se explica pela sua identificação com o passado colonial<sup>9</sup>. E se os protagonistas da modernização até hoje não costumam perder tempo com a consideração das relações altamente sinérgicas que muitos povos tradicionais têm desenvolvido com o seu meio natural, em ecossistemas altamente complexos e delicados, isto se deve ao axioma modernizante, segundo o qual os modos de vida que não se enquadram nos moldes da racionalidade instrumental representam obstáculos para o futuro e, conseqüentemente, para o progresso social e econômico da Nação.

No entanto, por mais que sociedades inteiras possam tentar reprimir um passado que é caracterizado por experiências

---

8 Segundo José Carlos Mariátegui, certamente o pensador mais original entre os marxistas latino-americanos dos anos 20 do século passado, “a história nacional (do Peru) começa para todos os nossos historiadores com a história colonial. Mesmo se não formularem isto de forma explícita, para o seu sentimento a história dos índios é pré-nacional. O conservadorismo consegue reconhecer apenas uma única identidade peruana: aquela que foi formada por Espanha e Roma.” (citado em Mires 1980).

9 Do ponto de vista dos seus estilos de vida, estas elites podem ser chamadas de “herodínistas” (Arnold Toynbee): viviam como Herodes, com os pés em Israel e com a cabeça em Roma.

---

traumáticas como a colonização da América Latina que, por sua vez, introduziu na história moderna “o contraste entre metrópole e colônia” - no sentido de transformar as regiões periféricas em campos de experimentação nos quais os códigos morais do comportamento humano da metrópole deixaram de valer, já que “o massacre precisa de um ambiente adequado” (Todorov, 1985, p. 178) - este mesmo passado - que não se deixa extirpar como um simples tumor - sobrevive nas profundidades da consciência coletiva e, em momentos aparentemente calmos, nos quais ninguém está esperando por turbulência alguma, pode vir à tona e se manifestar como a explosão de um vulcão.

Nos países andinos, a crescente mobilização dos povos ancestrais e a sua capacidade de transformar a sua memória num referencial para definir e reivindicar anseios e perspectivas futuros, bem como a sua entrada no palco político, em seus respectivos ambientes nacionais reflete, nitidamente, essa dinâmica histórica que escapa, obviamente, ao foco das bússolas positivistas.

Desta memória faz parte a cosmovisão andina que Julio Valladolid (1993, p.78) aborda, magistralmente, com as seguintes palavras:

*“La Cosmovisión Andina es otra manera de “vivir” el mundo que se inicia con la llegada del hombre a los Andes hace 20.000 años. (...) En este medio natural de gran densidad, diversidad y variabilidad climática y con los suelos de relieve accidentado, tuvo lugar un prolongado proceso de interacciones entre un medio pluri ecológico y variable con las múltiples etnias que aún las habitan. Como consecuencia de ello se desarrolló un modo de “ver” y sobre todo de “vivir” y “sentir” el mundo, que si bien es singular en cada lugar, tiene características generales que en conjunto tipifica neste modo de concebir la vida. Para los andinos el mundo es una totalidad viva. No se comprende a las partes separadas del todo (...) Esta*

*totalidad está confirmada por la comunidad natural pluriecológica constituida por el suelo, clima, agua, animales, plantas e todo el paisaje en general, por la comunidad humana multiétnica que comprende a los diferentes pueblos que viven en los Andes y por la comunidad de deidades telúricas y celestes, a quienes se reconoce el carácter de Huaca, de sagrado en el sentido de tenerles mayor respeto, por haber vivido y visto mucho más y por haber acompañado a nuestros ancestros, porque nos acompaña y acompañará a los hijos de nuestros hijos. Estas comunidades se encuentran relacionadas a través de un continuo y activo diálogo, reciprocidad y efectiva redistribución. Cada comunidad es equivalente a cualquier otra; tienen todas el mismo valor, ninguna vale más y por lo tanto todas son importantes, merecen respeto y consideración (...)*”.

Desprezada tanto pelas elites oligárquicas como pelos protagonistas da modernização, esta cosmovisão do Planalto Andino mantém acesa a chama da diversidade ecológica e sócio-cultural como fonte de vida. Ao insistir na constituição de “una armonía con bienestar para todas las comunidades de la naturaleza” (ibid, p. 81), se posiciona contra a cosmologia ocidental que encara a planta, simplesmente, como uma “máquina transformadora de energia”(ibid, p. 70) e procura, desde os tempos de Francis Bacon (1561-1626) “extraír da natureza, sob tortura, todos os seus segredos.” (cit. in: Capra 1982, p. 52)

Importante realçar que a cosmovisão andina acabou influenciando a nova Carta Magna do Equador, que reconhece, explicitamente, a natureza como um sujeito de direito. (Acosta 2008). Aqui se pode alegar que, na América Latina, há tantos direitos constitucionais que estão sendo desrespeitados e, por esta razão, neste caso específico, dificilmente, haverá diferença. Trata-se de um raciocínio compreensível. No entanto, o que esse

---

mesmo raciocínio negligência é que o conteúdo da nova constituição equatoriana reflete, em grande parte, o despertar e as lutas político-culturais das populações ancestrais desse país.

Neste sentido, a sua verdade não se enquadra na tradição filosófica do *adaequatio intellectus atque rei*. A sua verdade é subversiva pelo fato de ansiar pela implementação de relações sociais emancipadas que, no início deste século XXI e, mais especificamente no contexto andino-amazônico, estão intrinsecamente ligadas à necessidade imperiosa de fazer da utopia do direito à diversidade sócio-cultural uma realidade concreta.

Desta perspectiva, no início deste século XXI, as populações indígenas tanto do Planalto Andino como da Planície Amazônica são, em sua grande maioria, protagonistas *sui generis* das lutas pela proteção da diversidade sócio-ecológica. Estas lutas, por sua vez, fazem parte de um contexto global cujos atores que dispõem de poder político e econômico, continuam, via de regra, avançando para todos os cantos deste planeta com o seu *evangelho* da racionalidade instrumental.

Por outro lado, os indígenas da Amazônia brasileira, representando menos do que 1% da população do maior país da América Latina, de fato não “acumularam” o poder político dos seus irmãos andinos que, como mostra a história recente do Equador e da Bolívia, “tiravam e colocavam” Presidentes com uma velocidade que impressionava ao mundo inteiro.

Entretanto, apesar disso, não pode haver dúvida que, mesmo na Amazônia, eles conseguiram, sobretudo em questões que dizem respeito à demarcação e à defesa de seus territórios, aumentar consideravelmente o seu poder de negociação com as instituições públicas.

### 3

## A ocupação da Amazônia: um processo recente

Quando se está referindo aqui à Amazônia se está tratando de um espaço de mais de 08 milhões de km<sup>2</sup> que abriga cerca de 30 milhões de pessoas. Fala-se de uma Região, portanto, dividida em fronteiras políticas de oito países sul-americanos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Refere-se, também, à maior floresta tropical contínua do mundo, concentrando a maior biodiversidade do planeta.

Uma Região que se pautou por importar um modelo de integração e desenvolvimento absolutamente miméticos e imitativos que confundiu modernização com industrialização, posta a Amazônia como um estoque a ser explorado, de forma a garantir, inclusive, através de seus abundantes recursos naturais, o pagamento das dívidas externas contraídas.

Trata-se de um processo que, colonialmente, tratou de integrar áreas antes totalmente marginalizadas e desarticuladas dos centros nacionais de acumulação, através de grandes projetos minerais, pecuários, madeireiros e de colonização, induzindo ou forçando processos migratórios para zonas tidas como “grandes

---



vazios”, assentados na lógica do “Integrar para Não Entregar”. (A velha tese da cobiça internacional)

Exemplos dessa lógica foram visíveis nos distintos países amazônicos, além do Brasil, cujo processo de integração não apenas é mais conhecido como apresentou os piores resultados, talvez:

- ♦ “A Conquista do Peru pelos Peruanos”. Assim era o discurso da política dos governos belaundistas para a Amazônia: ocupar, povoar, defender, integrar. Surgem os *Proyectos Especiales de la Selva y la Carretera Marginal de la Selva*, levando à ampliação da fronteira agrícola como solução aos problemas da Costa e da Serra, em desconsideração às populações locais;
- ♦ Venezuela e a “Conquista del Sur”. Mais tardiamente que nos outros países, a visão desenvolvimentista da política venezuelana para a Amazônia se consubstanciou, em 69, no Cordesur, instalando um processo de integração nacional que interferiu diretamente na majoritária população indígena, a partir da política de terras baldias, integração sem infraestrutura, acrescida de um incentivo à colonização nos anos 70;
- ♦ Narcotráfico, Guerrilha e a “Modernização” na Colômbia. Cópia semelhante: a oferta de créditos, os estímulos à colonização, à construção de estradas e à ampliação da fronteira agrícola, tentando superar a tradicional ausência do Estado na Amazônia colombiana, geraram pobreza, narcotráfico e destruição ambiental, fermento para a guerra que até hoje vitimiza esse país;
- ♦ O “Modelo Petrolero” da Modernização Equatoriana. Até os 70, uma área marginal ao restante do país, a Amazônia equatoriana não fugiu à regra: fomentado o conflito com o Peru, na Cordilheira do Condor, a Amazônia foi vista como área de segurança militar. Para povoá-la, incentivaram-se processos migratórios que, por sua vez, aliviavam

os problemas agrários nos Andes. O processo se agravou com o *boom* petrolero, abrindo a área amazônica às grandes empresas transnacionais. Consequência: conflitos com as populações locais e destruição ambiental;

- A Amazônia como Alternativa à Exploração Mineral. Em Bolívia não foi diferente: a crise da exploração dos minérios desloca o eixo da política desenvolvimentista para a Amazônia, através de projetos dirigidos de colonização nos 60 e 70, com vias de comunicação que levarão a sérios conflitos entre indígenas e colonos, ampliando as possibilidades da coca.

Enfim, uma Região que, *de dolor a dolor*, convive com enormes conflitos, sociais, ambientais e culturais e com a galopante erosão de sua única base de reprodução: seus recursos naturais.

Uma área compartilhada por uma riqueza de identidades culturais à margem dos processos de acumulação gerados por sua inserção na divisão internacional do trabalho, que relegou à Amazônia o papel de mera supridora de matérias-primas.

Uma Região que enfrenta baixos índices de desenvolvimento humano com altos indicadores de violência, jamais vistos em sua história, resultados de processos de “urbanização selvagem e proletarização passiva”, na cidade e no campo. Povoada por pobres, majoritariamente.

Ou seja, a imitação dos modelos fordistas e desenvolvimentistas de uma industrialização retardatária nem gerou modernização, nem progresso humano e sim: pobreza, destruição ambiental, conflito social e perdas culturais.

Uma Região de Mitos e Lendas que passou do conceito de Inferno Verde para o de Pulmão de Mundo e que hoje é, talvez, a mais importante área do Globo, quando se discute o Futuro do Planeta.

Ressaltadas as especificidades dos processos nacionais de ocupação, há traços comuns que podem ser identificados como alcançando a Região como um todo:

---

- ♦ Os programas oficiais de desenvolvimento foram patrocinados diretamente pelo Estado, através de normas que privilegiaram o capital externo à Região;
- ♦ Tais programas buscaram integrar a Amazônia ao contexto nacional e aos mercados internacionais com objetivos geopolíticos centralizados em conceitos formais de soberania nacional e de crescimento econômico (“integrar para não entregar”);
- ♦ A Região foi vista como geradora de divisas que suportariam o crescimento econômico nacional, diminuindo o peso dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado (dívida externa) através da exportação de produtos naturais da floresta (“última fronteira”);
- ♦ A Amazônia foi tratada como espaço que se destinava a diminuir as pressões internas de origem econômico-demográfica de outras áreas dos territórios nacionais, através da transferência de contingentes populacionais para a Região (“terras sem homens para homens sem terra”);
- ♦ A lógica de ocupação, em geral, encontrava sua raiz mais profunda em uma visão latino-americana que aliava o desenvolvimento à segurança nacional, conceitos teorizados a partir de uma visão geopolítica de cunho militar.

Diferentemente do Planalto Andino, a Amazônia, porém, abstraindo-se o rápido *intermezzo* do *boom* da borracha, passa somente a partir dos anos sessenta do século passado por um processo de integração mais sistemática ao sistema econômico global.

Mesmo considerando que os militares dos países amazônicos levantaram cedo a questão da segurança como parte integral e inviolável do território nacional, as abordagens geopolíticas tornaram-se algo mais concreto e factível apenas no momento em que os imperativos econômicos dos pólos centrais da acumulação exigiram a definição de novas políticas, nas quais a ocupação definitiva do espaço amazônico, a então “periferia não-

-integrada” (Berta Becker), acabou alcançando o *status* de uma empreitada promissora.

Esta tendência ganhou contornos paradigmáticos e fortes no Brasil. Além de dispor da economia mais potente e dinâmica de toda a América Latina abocanha, com dois terços da Bacia Amazônica, um território de 4.982.000 km<sup>2</sup> que, pela sua baixa densidade populacional, acabou atraindo, por vias espontâneas e dirigidas, uma parte da população excedente de outras regiões do país. Esta transferência dos “homens sem terra para a terra sem homens” serviu, certamente, como instrumento de mitigação das tensões sociais no Sul, no Sudeste ou no Nordeste do Brasil.

No entanto, o ponto crucial da valorização estratégica e econômica da Amazônia estava ligado, primordialmente, aos gargalos que enfrentou a industrialização retardatária no Brasil.

Neste contexto, vale lembrar o “II Plano de Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia 1975-1979” (Sudam 1976, p. 52), no qual se pode ler:

“A política de desenvolvimento, no caso da Amazônia, consideradas as características do quadro de recursos naturais em que opera a economia regional, orientar-se-á para a consecução do objetivo maior do II PND, isto é, a manutenção de altas taxas do PIB, através de ampla contribuição em relação ao setor de comércio exterior. Em relação a esse objetivo, a Região de Fronteira Tropical pode contribuir significativamente através de geração de divisas, resultantes de exportações; de economia de divisas, produzindo insumos básicos para a Região Centro-Sul, hoje importados; e finalmente pela liberação de produto exportável, comprometida hoje por demanda interna.”

Nestes termos, a política desenvolvimentista brasileira expressa sua ligação à teoria do ciclo de endividamento (Chenery, Strout 1966), que parte do princípio de que a aplicação produtiva de financiamentos externos gera um volume exportável de bens, por meio do qual o futuro pagamento do principal e dos juros dos créditos tomados pode ser garantido.

---

Pelo menos nos anos 70, este enfoque veio ao encontro da crescente disponibilidade de capital-dinheiro no setor bancário transnacional, gerada, por sua vez, pela queda da taxa de lucro nos países industrializados e pela consequente redução dos investimentos produtivos nesta parte do mundo, bem como pelo aumento dos preços do petróleo bruto por parte dos membros da OPEC, levando a uma oferta de recursos financeiros privados com custos extremamente baixos. Desta maneira, juntaram-se a “fome com a vontade de comer”: o setor financeiro internacional correndo atrás de aplicações rentáveis no mundo inteiro e o Brasil tentando acelerar a sua entrada definitiva no clube dos países altamente industrializados.

Por outro lado, os planejadores brasileiros estavam, sem sombra de dúvida, conscientes do fato de que a sua estratégia de priorizar na Amazônia projetos minerais, agropecuários, madeireiros, hidroelétricos, dotados, segundo eles, por vantagens comparativas no âmbito da economia (inter) nacional, traria, fatalmente, desequilíbrios para a sociedade regional. Realçaram que estes precisavam ser corrigidos por intervenções da política pública para que a Região pudesse “participar das vantagens e utilidades que cederá ao país e ao exterior.” (ibid, p. 56).

No entanto, a partir da crise da dívida externa que eclode em 1982, e coincide com a democratização dos sistemas políticos do Brasil e dos outros países da América Latina, ganham forma e força as políticas neoliberais que submetem o Estado nacional a um forte tratamento de emagrecimento, fazendo com que o então poderoso “colonizador” da fronteira amazônica não dispusesse dos recursos técnico-financeiros para colocar em prática a anunciada correção dos desequilíbrios sócioeconômicos e ambientais já esperados.

Em consequência disso, a Amazônia, cantada em verso e prosa nos anos 60 e 70 como Região-Solução dos problemas do desenvolvimento de seus distintos países, entra na contramão de

---

um processo de profunda polarização sócioespacial<sup>10</sup>, por sua vez, responsável pela configuração de um cenário de destruição da natureza - interna e externa aos amazônidas - que envolve:

- ♦ Tensões permanentes e choques violentos entre os mais diversos atores sociais (pecuaristas, madeireiros, os sem-terra, populações tradicionais, colonos, indígenas, seringueiros, pequenos produtores rurais, mineradoras) que estão disputando a apropriação dos recursos naturais;
- ♦ Um crescente êxodo rural que se traduz na *informalização* do trabalho e na *favelização* dos espaços nas zonas urbanas e, *last but not least*,
- ♦ Altas taxas de desmatamento que transformaram os países amazônicos, e o Brasil, principalmente, em emissores de gases de carbono causados pela destruição de florestas tropicais

Foi apenas no final dos anos 80, no âmbito da preparação e da realização da ECO-92, que o Grupo dos sete Países mais industrializados (G7) descobriu a importância do Trópico Úmido para o futuro da humanidade. Nesse contexto é que foi lançada, com o “Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil”, uma série de iniciativas (projetos de pesquisa, projetos demonstrativos, etc.) que, sem dúvida alguma, foram relevantes para a discussão do desenvolvimento sustentável no contexto regional. No entanto, foi tênue a contribuição para reverter as tendências da destruição sócio-ambiental na Amazônia. Aliás, por uma razão

---

10 A título de exemplo: no Pará, um dos palcos principais do Modelo Amazônico de Desenvolvimento do mencionado II Plano de Desenvolvimento Nacional, os Municípios de Barcarena, Parauapebas e Oriximiná, pelo fato de concentrarem uma grande parte das atividades mineradoras do Estado, contribuíram em 2003 com 12,3% para o seu PIB, abrigando apenas 2,9 % do seu efetivo demográfico. No mesmo ano, as Meso-regiões Nordeste Paraense e Marajó, nas quais viviam no ano de referência, respectivamente, 23% e 6% de toda a população do Pará, produziram somente 12% e 3% do PIB. No entanto, o fato de que os mencionados Municípios representarem, no âmbito da sócioeconomia paraense, pólos de crescimento, não garante avanços substanciais na superação de suas profundas mazelas sociais. Em 2000, as suas taxas de analfabetismo eram maiores do que as de Soure, Município situado na Ilha de Marajó a qual apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Pará. (ver: Mitschein, Chaves 2008)

---

muito clara. Reservaram este desafio aos agentes públicos do Brasil que, na última década do século XX, ainda estavam enfrentando, a duras penas, os impactos da crise da dívida externa.

Os Governos amazônicos, por sua vez, se encontraram, durante a discussão sobre o futuro das florestais tropicais, “entre a cruz e a espada”. De um lado, precisavam se relacionar com movimentos ecológicos que lhes cobravam, por razões óbvias, mais presença no contexto amazônico, deixando bem claro que políticas de controle ambiental e de desenvolvimento sustentável, em uma Região de dimensões continentais, dificilmente poderiam ser implementadas com um Estado minimalista.

Por outro, não podiam tapar os ouvidos diante das exigências dos *grão-mestres* do sistema financeiro internacional que deixavam bem claro o que esperavam de governos dos países em desenvolvimento: políticas de contenção dos gastos públicos para ampliar o raio de ação dos agentes de mercado.

Por conseqüência, as instâncias públicas dos países que compartilham a Bacia Amazônica, enfrentavam dois tipos de demanda que só poderiam atender, simultaneamente, se soubessem “chupar cana e assobiar” ao mesmo tempo. Como não sabiam, tendiam a seguir, na prática, as receitas que vinham do lado econômico. Pela própria pressão que aquelas exigências exerciam! Além disso, e ao mesmo tempo, tais instâncias adotaram, no auge da hegemonia neoliberal, o discurso sobre a necessidade do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Faz parte da complexidade deste quadro o fato de que os projetos-piloto, financiados em grande parte com recursos externos, tenham incentivado, no próprio contexto regional, abordagens críticas sobre os efeitos uniformizantes da civilização moderna. Críticas que levaram, inclusive, à intensificação de estudos e discussões sobre as formas pelas quais as populações nativas da Amazônia manejavam os recursos do seu meio natural e sobre a possível importância de suas práticas históricas para o mundo contemporâneo<sup>11</sup>.

11 Menciona-se, neste contexto, o antropólogo norte-americano Darrel Posey (1984,

Começam a brotar, então, como sementes, iniciativas inovadoras, numa época em que boa parte das faculdades agrárias da Região ainda referenciava a “revolução verde” como “solução padrão”; e os defensores do “progresso a qualquer custo” costumavam denunciar atores regionais que tivessem a ousadia de criticar as modalidades e a dinâmica da ocupação da Amazônia como quinta coluna dos países industrializados.

---

1992) então no Museu Paraense Emilio Goeldi, o geógrafo colombiano Conrado Benhur Ceron Solarte (1990) da Universidade de Nariño e o agrônomo paraense Pedro Saviniano Miranda. Solarte, em sua tese de conclusão do Curso Internacional de Formação de Especialistas Universitários em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (UFPA, FIPAM VII, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) abordando de maneira brilhante o manejo sustentável da floresta tropical pelos indígenas Awa Kwaiker; Pedro Saviniano (1993, 1996, 1999), com o apoio de pesquisadores e técnicos locais, concebeu, no âmbito do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia-POEMA (UFPA, Núcleo de Meio Ambiente) um Sistema Agroflorestal (SAF) que “tomou de empréstimo” alguns aspectos da agricultura do povo Kayapó, estudado por Posey. O SAF do POEMA, chamado “agricultura em andares”, foi testado em diversos Municípios do Pará e se tornou, no âmbito da cooperação entre o Brasil e o Equador, um insumo importante para a elaboração de um Sistema Agroflorestal para o Parque Sangay (Rivas, 2000) que envolveu os indígenas Shuar da Província de Morona Santiago. (Marchán Brito, 2000)

---



## 4

**O peso das heranças do passado e a necessidade da cooperação inter-regional em torno das oportunidades do desenvolvimento sustentável**

Os atuais governos da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica herdaram um quadro complexo e complicado de ocupação regional, dominado, por sua vez, por tendências expressivas de polarização sócioespacial. Faz parte desta herança o fato de que, em países como Equador ou Brasil, as *Amazônias* ganharam importância, de maneira crescente, para o processo de reprodução das economias nacionais.

No caso equatoriano, a sociedade toda depende do “ouro negro” do oriente (Varea, 1995) e no Brasil, somente o Pará ganha, através do setor mineral, principalmente, *hard cash* para o país inteiro. Hoje, esses projetos são fatos consumados para qualquer governo. Pode-se discutir até a partilha dos seus lucros entre o Estado nacional e os territórios onde funcionam. Mas, certamente, não a questão de *to be or not to be*.

Além disso, por mais que os governos de Chavez, Lula, Evo

---

e Correa tenham sido eleitos pela sua oposição às estratégias neoliberais, o discurso sobre a necessidade de resgatar o Estado como regulador efetivo das relações sociais tem que se afirmar no âmbito de um sistema econômico global que, além de impor aos seus *stakeholders a rezar o Pai Nosso* da competitividade sistêmica está movido pela preponderância dos mercados financeiros que, por sua vez, diminuem sensivelmente a capacidade de intervenção do Estado Nacional.

Mas, mesmo partindo da hipótese de que, apesar de todas estas imponderabilidades, o elenco das instituições públicas dos governos dos países amazônicos esteja, em médio prazo, ganhando musculatura técnica e financeira, o que será que isto significará para a Amazônia?

Pelo menos à primeira vista, um Estado que supere a anemia que as receitas neoliberais lhe causaram terá melhores condições para tentar combater os profundos desequilíbrios sócioeconômicos e ecológicos que a ocupação da Amazônia proporcionou.

Entretanto, esta hipótese tem que ser avaliada com cautela. Ela dificilmente se concretizará se as políticas governamentais não ultrapassarem o viés desenvolvimentista que ainda figura como referencial de futuro nos países latino-americanos - uma vez que os estilos de vida dos centros metropolitanos continuam pesando na consciência média de partes consideráveis das elites e dos próprios setores populares.

Ou seja: o fortalecimento do Estado por si só não proporciona, nem automaticamente, nem de maneira milagrosa, uma sustentabilidade maior entre sociedade e natureza. Pelo contrário: o que as experiências do desenvolvimento retardatário mostram, com nitidez, é que nestes processos o Estado assume o papel do colonizador para dentro, que em nome do progresso da Nação passa por cima das diversidades sócio culturais e ambientais dos territórios locais/regionais.

Neste sentido, os Estados latino-americanos que compartilham a Bacia Amazônica se encontram numa encruzilhada his-

---

tórica: ou seguem o caminho desenvolvimentista que, além de ter se revelado, no decorrer de sua trajetória, como um cheque sem fundo para a maior parte da população do subcontinente, gerou, num reduzidíssimo prazo de tempo, conseqüências extremamente prejudiciais para o maior centro de diversidade biológica e sócio-cultural deste planeta; ou insistem na implementação e na consolidação de um projeto de integração regional que, ao inter-relacionar o objetivo da justiça social com a procura de uma relação sustentável entre o homem e o seu meio natural, priorize a criação de instituições financeiras autônomas, meios de comunicação independentes, instrumentos próprios de controle dos recursos naturais, a ampliação e o aprimoramento das capacidades técnico-científicas.

Em favor da segunda alternativa há dois argumentos fundamentais:

1. Considerando-se que, do ponto de vista ecológico, a Bacia Amazônica é uma realidade indivisível, a sua administração sustentável seria favorecida pela cooperação estreita entre os Estados que a ocupam;
2. Nenhum dos Estados envolvidos – e isto vale também para o Brasil que, “gigante pela própria natureza”, abocanha dois terços da Amazônia - tem condições para superar a dinâmica do cenário de destruição sócio-ambiental individualmente.

Por outro lado, no que diz respeito à segunda opção, ela precisa ser colocada em prática entre vizinhos bastante desiguais do ponto de vista de suas estruturas sócioeconômicas e de suas capacidades de produção. Basta mencionar que o Brasil gera um PIB de aproximadamente US\$1.8 trilhões (2007) que é trinta vezes maior do que o do Equador.

Contudo, se a viabilização de um bloco regional pode ser considerada, em tese, como instrumento de combate à polarização sócioespacial que a lógica do desenvolvimento desigual (re) produz, neste caso é preciso definir e fazer valer políticas

inter-regionais que procurem superar o princípio do tratamento igual dos desiguais que, abstraindo raras exceções, prevalece no sistema econômico global. Um sistema, aliás, que, fatalmente, privilegia os países economicamente mais fortes, já que impede o estabelecimento de um *fair trade*, que deve garantir para todos os envolvidos o pagamento dos custos de produção, de uma reprodução digna da mão de obra e das necessidades de regeneração dos recursos naturais aproveitados.

Parte-se do princípio de que há, fundamentalmente, duas razões para que os *pesos pesados* da sócioeconomia latino-americana levem a sério a definição e a implementação de regras de reciprocidade com os mais fracos.

Primeiro, considerando-se que o contexto internacional está se tornando cada vez mais complexo e competitivo, a criação de blocos regionais tornou-se um desafio imperativo que, dificilmente, será enfrentado com êxito se os menos iguais se sentirem tratados de acordo com o igualitarismo da lei que, como diria Anatole France, proíbe tanto aos ricos como aos pobres mendigarem na rua, roubarem pão ou dormirem em baixo das pontes.

Segundo, regras de reciprocidade entre desiguais são, ao mesmo tempo, de fundamental importância para o consumo interno, uma vez que em todos os países latino-americanos foram estabelecidas, historicamente, relações de colonialismo interno entre os pólos da acumulação e os seus *hinterlands*. Os mencionados exemplos do petróleo na Amazônia equatoriana e do setor mineral na Amazônia brasileira são exemplos recentes dessa dinâmica.

Assim, as discussões sobre as formas de integração entre os países da Bacia Amazônica, que se baseiem em princípios da justiça social e da sustentabilidade ecológica, podem servir de insumo para incentivar e aprofundar, internamente, nos próprios contextos nacionais, debates sobre essa mesma problemática.

Pode-se dizer que depois de sua mercantilização, no auge do fundamentalismo de mercado, a política de hoje corre o risco de passar por um processo de “estatização”, no sentido de se tor-

---

nar objeto principal das decisões de uma tecnoburocracia corporativa que, ciosa de sua valorização, define *ex-cathedra* os caminhos a serem seguidos no país inteiro, negligenciando as dimensões múltiplas das realidades nacionais altamente diversas em termos sociais, culturais e ambientais. Trata-se de um perigo que não é apenas inerente às políticas de desenvolvimentismo que são, por sua própria natureza, uniformizantes. Ele se faz presente, também, em iniciativas que, com as melhores intenções possíveis, procuram:

- ♦ Combater o êxodo rural e a *favelização* do espaço urbano;
- ♦ Criar condições de segurança alimentar e de educação profissionalizante;
- ♦ Levar a sério estratégias de reflorestamento que favorecem a agricultura familiar mediante a implantação de sistemas agroflorestais;
- ♦ Insistir no fortalecimento do empreendedorismo popular no campo e na cidade como estratégia importante para proporcionar ocupação, emprego e renda (Mitschein, Chaves, 2008); e
- ♦ Incentivar projetos que associam a proteção da biodiversidade e a mitigação do efeito estufa às vias de desenvolvimento local.

Por mais que, do ponto de vista de sua própria condição sócioeconômica, as populações de baixa renda devam ter um interesse fundamental na implantação de projetos dessa natureza, a articulação entre, como diria Alvin Toffler, a enxada e o computador, precisa ser trabalhada, antes de tudo, de baixo para cima. Pelo caminho oposto, dificilmente, se tornará realidade.

De qualquer maneira, se tal articulação não avançar, a constituição de um ambiente favorável à promoção de vias de desenvolvimento local que sejam capazes de promover cadeias (re) produtivas endógenas se tornará, certamente, algo pouco factível.

Neste sentido, para sair da armadilha que está implícita na alternativa negativa entre mercantilização ou estatização da

política, torna-se necessário insistir, no âmbito das vigentes contradições e conflitos sociais, na conquista de um novo equilíbrio entre o público e o privado que se deve concretizar na construção de um Estado, por sua vez caracterizado pelas seguintes atribuições: autoridade e força do ponto de vista de sua capacidade de intervenção; flexibilidade em termos operativos; capacidade de dialogar e cooperar com os atores da sociedade civil organizada e do setor privado em torno das perspectivas da sustentabilidade; disposição para incentivar a descentralização das decisões sobre as opções do desenvolvimento nos territórios; e, *last but not least*, vontade para contribuir e consolidar os espaços da cooperação política, sócioeconômica e cultural na Bacia Amazônica e na América Latina, de um modo geral.

Contudo, estratégias de proteção e de uso sustentável das áreas amazônicas, certamente teriam mais chances de prosperar se fizessem parte de projetos nacionais e interregionais que entendessem como seu *overall goal* a implementação de biocivilizações que visassem “ao uso múltiplo da biomassa terrestre e aquática como alimentos humanos, ração para animais, adubos verdes, bio-energias, materiais de construção, fibras, plásticos e demais bioprodutos da química verde e das biorefinarias do futuro, fármacos e biocosméticos” (Sachs, 2009).

Esta concepção de biocivilização não abriria apenas a chance de associar a saída da era das energias fósseis com a geração de ocupação, emprego e renda em escalas maiores. Ela, também, incentivaria levantar a hipótese de que sociedades que se reproduzem com base no uso sistemático dos seus recursos naturais renováveis podem sentir-se motivadas a resgatar, com mais afinco, a história de suas culturas indígenas e o respeito milenar das mesmas pela diversidade sócio-ambiental.

Na América Latina, pelo fato de ainda representarem um elenco de memórias vivas e presentes no cotidiano, aquelas culturas são armas essenciais para enfrentar o reino da racionalidade instrumental, cujos representantes “conquistaram o globo

---

geograficamente, o plainaram culturalmente e estão na iminência de esgotar os seus recursos naturais.” (Schmidt 1994, p. 362).

Neste sentido, as culturas indígenas dos países andino-amazônicos, pelo fato de lembrarem que “as raízes da nossa vida social se encontram no mundo natural” (Rifkin, IBID p.348) são de fundamental importância para a discussão sobre o direito à diversidade sócio-ambiental enquanto utopia do futuro.

Sem a construção de um padrão novo e inovador de aprendizagem social não haverá desenvolvimento sustentável.

No caso da Amazônia, e mais claramente perceptível, talvez, na Amazônia brasileira, cabe dividir os problemas a serem enfrentados - e solucionados - em dois grandes blocos, que envolvem:

- ♦ A crescente concentração demográfica da população regional em zonas urbanas que, além de traduzirem a dinâmica da polarização sócioespacial do processo de ocupação da Região, introduz um elenco de desafios sociais e econômicos (*favelização* do espaço, *informalização* do trabalho, aumento da vulnerabilidade social e da violência etc.) que, nas condições atuais, supera de longe a capacidade gerencial dos administradores regionais; e,
- ♦ A necessidade imperiosa de implantar e desenvolver – neste campo, aliás, é preciso mais ação e menos discurso – estratégias de preservação e de manejo que permitam manter a floresta em pé.

Não há falta de opções promissoras de uso dos recursos naturais para enfrentar estes dois blocos de problemas. A título de exemplo, faz-se questão de mencionar, como possíveis linhas de ação:

- ♦ A promoção de estratégias de segurança alimentar para as populações de baixa renda no campo e na cidade através do fortalecimento do empreendedorismo popular;
- ♦ Políticas de incentivo à criação de cadeias produtivas que usem sustentavelmente a rica biodiversidade para as demandas dos mercados (inter) nacionais;

- ♦ Programas de aproveitamento sistemático do potencial da pesca e da piscicultura diante da insuficiente oferta internacional de peixes; e, não menos importante,
- ♦ Iniciativas de reflorestamento em áreas alteradas bem como políticas de *avoided deforestation* que, diante da necessidade global da mitigação do efeito estufa, representam, em princípio, uma nova fonte de mobilização de recursos financeiros em benefício da sociedade amazônica.

No entanto, a existência de oportunidades, evidentemente, não diz nada sobre as potencialidades de sua realização. Considerando que a realidade amazônica coloca lado a lado tendências de destruição sócio-ambiental e opções de desenvolvimento que abrem perspectivas de um futuro virtualmente mais sustentável, os *decision-makers* das administrações públicas precisam institucionalizar um padrão novo e inovador de aprendizagem social que ponha os atores da sociedade regional à altura dos problemas e das possíveis soluções em seus respectivos territórios. Isto exige, de qualquer maneira, pesados investimentos públicos nas áreas de educação, da ciência e de tecnologia.

Neste contexto, cabe lembrar os baixos níveis educacionais da população na faixa etária de 7 a 24 anos, e as altas taxas do analfabetismo pleno e funcional da população adulta. Estes mostram que em toda a Amazônia os sistemas de educação formal das instituições municipais e estaduais continuam andando “a passos de cágado”.

Além disso, o próprio conteúdo curricular, elaborado por especialistas das cidades, distancia, geralmente, as crianças e os adolescentes da natureza e do saber empírico do seu ambiente local, pregando assim, na melhor das hipóteses, de forma involuntária, a superioridade da cultura urbana e contribuindo, desta maneira, para o êxodo rural que, normalmente, transforma os pobres do campo em ocupantes dos espaços favelizados dos sítios urbanos.

Cabe acrescentar, ainda, que os investimentos públicos em linhas de educação profissionalizante - que focalizem e priorizem as vocações econômicas locais - são tímidos e insuficientes, para

---



dizer o mínimo. Trata-se de um dado extremamente preocupante uma vez que, diante do vigente quadro da economia da Amazônia, o empreendedorismo popular e associativo, por mais que atualmente represente “uma muda ainda frágil, que, certamente, precisa de muita água e bastante adubo para virar uma planta resistente e vigorosa” (Mitschein, Chaves 2008, p. 184), deve ser encarado como um dos instrumentos fundamentais para combater, em médio prazo, o subemprego e o desemprego estruturais.

No que concerne à ciência e à tecnologia, os responsáveis por estas áreas no contexto regional vivem reclamando, como no caso exemplar do Brasil, que toda a Amazônia brasileira dispõe de menos doutores do que a Universidade de São Paulo (USP).

Este exemplo é como reflexo das disparidades interregionais que caracterizam os países amazônicos de um modo geral, e contra as quais, em seu campo específico e com toda razão, estão mobilizando as suas energias.

No entanto, no contexto da capacitação e da promoção de jovens cientistas e tecnólogos é preciso ter cautela. Por mais que seja indiscutível que a qualificação do quadro técnico-científico nas universidades amazônicas tenha que avançar, é imperioso dar aos estudantes e docentes de todas as disciplinas condição de se familiarizarem com a história da racionalidade instrumental e a sua íntima ligação com os poderes econômicos e políticos. Ou, como diriam Adorno e Horkheimer, com a história da relação entre a “razão obsoleta” e a “dominação cega”, e o mais recente processo de secularização da ciência, cuja essência Ulrich Beck (1986, p. 271) descreve com as seguintes palavras:

“De um lado, a aspiração explicativa da ciência se retirou na hipótese, ou seja, na suposição sujeita à revogação. Por outro, a realidade se dissipou em dados que estão sendo produzidos. Desta maneira, os fatos – as antigas peças celestiais da realidade – são nada mais do que respostas a perguntas que poderiam ter sido formuladas de outra forma. Produtos de regras que definem o que deve ser levado em conta ou o que deve ser desconsiderado.

Um outro computador, um outro especialista, um outro instituto - uma outra "realidade". Seria um milagre se fosse diferente, um milagre e não ciência. (...) A ciência se torna humana. Ela está cheia de equívocos e erros. (...) Quando três cientistas estão juntos, se chocam quinze opiniões."

Na medida em que a comunidade acadêmica na Amazônia se relacionar, de maneira sistemática, com a história da relação entre "a razão obsoleta e a dominação cega" e com as implicações da secularização da ciência, ela, em tese, abrirá perspectivas para:

1. Criar cada vez mais *anticorpos* contra a "doença do academicismo mimético" que se manifesta na vontade do mais periférico em querer copiar aqueles que estão, aparentemente, mais próximos do centro<sup>12</sup>; e
2. Internalizar, de fato, que, como escrevem os autores indianos Chand e Gupta (1998, p. 19), "no particular knowledge system, dominant or otherwise, is adequate for ensuring the sustainability of development".

Desta maneira, a comunidade acadêmica na Amazônia poderia se sentir sensibilizada a reconhecer as limitações da "mathesis universalis", de René Descartes, que historicamente abre as portas para a ciência moderna e que, pelo fato de encarar o saber tradicional como algo que "em sua totalidade está errado" (Welsch 1988, p. 71), incentiva avaliações das culturas tradicionais como coisa do passado que "atrapalham" o desenvolvimento de hoje. Daria, assim, um passo importante para institucionalizar, de fato e de maneira operativa, as bases de um diálogo produtivo com as populações ancestrais cujos antepassados manejaram milenarmente os ecossistemas tropicais sem deteriorá-los. A ampliação e a consolidação de diálogos deste tipo são de fundamental importância para a construção de padrão novo e inovador de aprendizagem social que, por sua vez, se apresenta como *conditio sine qua non* para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

12 Isto faz com que, por exemplo, universidades do Norte do Brasil encarem as do Sul como seus centros de referência; e estas, por sua vez, dirijam os seus olhos ansiosos para universidades norte-americanas e européias.

## 5 Responsabilidades compartilhadas: um caminho para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

O desenvolvimento sustentável da Amazônia, hoje, e seu futuro, exigem a conformação de Alianças, Alianças pela Vida, em todo este planeta.

O primeiro passo é o de perceber que, além das decisões de política externa que se precisa definir, de forma inovadora, para fazer face aos problemas das desigualdades entre centro e periferia, se terá que encarar e decidir, internamente, sobre que modelo de sociedade permitirá a toda sociedade nacional, e não apenas a segmentos minoritários opulentos, avançar no caminho da dignidade cidadã.

Por isso, não basta priorizar, dentre os desafios globais, o da preservação do meio ambiente natural. Essa Agenda tem de incluir, necessariamente, a aliança imprescindível entre o uso ecologicamente prudente da biodiversidade e a superação da pobreza reinante no interior das sociedades nacionais, como uma responsabilidade de todos, inclusive dos *global players*, ainda incipiente, mais de duas décadas após a Eco-92.

---

Importante é lembrar, também, que as políticas nacionais nos países amazônicos, nas últimas décadas, reservaram espaços importantes de suas ricas áreas de biodiversidade como capazes de absorver contingentes populacionais, geralmente pobres, excedentes de outras áreas do país e, ao mesmo tempo aproveitaram-se de parte desses recursos como insumo para a manutenção de altas taxas de crescimento econômico, beneficiando a uma determinada elite da sociedade nacional. A pressão sobre os recursos naturais foi evidente.

Daí a importância de perceber, também que, além de necessárias decisões e ações de política externa dos países mais desenvolvidos, que dizem respeito ao contexto global das relações desiguais entre centro-periferia, decisões – e consequentes ações – de política interna se impõem aos Estados Nacionais, relativas à definição quanto ao modelo de sociedade que desejam perseguir e que permita a toda a sociedade nacional, e não apenas a segmentos minoritários opulentos, avançar no caminho da dignidade cidadã. Esta passa, necessariamente, pela superação da pobreza, pela definição do uso que pretendem dar a sua biodiversidade e, acima de tudo, pela decisão quanto a que benefícios e a que beneficiários este uso deseja priorizar.

No caso da Amazônia essa definição assume contornos de extrema urgência. A maior floresta tropical contínua do mundo, o maior banco genético do planeta, a maior bacia hidrográfica do mundo, o maior reservatório de água doce do mundo... nem esses, nem outros qualificativos têm alterado a histórica marginalização que sofre a Região, integrada periféricamente – e porque não dizer, ainda colonialmente – aos centros econômicos nacionais e globais.

Em um mundo onde bionegócios e biotecnologia passam a ter influência crescente, inclusive em termos econômicos, a Amazônia, com sua mega-biodiversidade é, sem dúvida, um tesouro inestimável. Abre-se para ela, portanto, condições, talvez únicas, de conciliar Preservação e Uso Sustentável de seus recursos na-

---

turais, gerando trabalho, ocupação e renda para suas populações, majoritariamente pobres e excluídas, até hoje.

Entretanto, o risco de que a Região mantenha seu secular lugar na divisão internacional do trabalho, como simples supridora de matérias-primas, não é desprezível (com a continuidade do perverso binômio destruição ambiental/pobreza). Daí que, a possibilidade do desenvolvimento sustentável - com todas as inerentes implicações ecológicas, sociais, culturais e econômicas - exige o reconhecimento ativo, por parte dos próprios governos nacionais amazônicos, da importância estratégica da Região, em termos internos e externos, e do poder que a soberania sobre o maior banco genético do planeta lhes confere.

No plano nacional, o desenvolvimento da Amazônia requer um esforço de construção de alianças entre sociedade civil, governos e atores privados, de forma a que este desenvolvimento não se desenhe como cópia contínua e mimética de processos externos, sem o necessário respeito às especificidades culturais, ecológicas, sociais e econômicas regionais.

Pressupõe, portanto, o fortalecimento das organizações da sociedade civil, em suas distintas especificidades e diferenças, o investimento público em programas de combate à pobreza e de desenvolvimento, a atração do investimento privado, a partir de políticas públicas diferenciadas, que favoreçam aos mais frágeis, em termos culturais, econômicos e sociais.

Essas estratégias poderão impulsionar a afirmação sócio-cultural dos atores regionais, importante para qualquer avanço, seja no meio rural, seja no urbano, inclusive criando sinergias entre campo e cidade.

Isso implica em decisão política, com o conseqüente ônus, para os governos da Região, em todas as suas esferas, (é certo que estão *amarrados* por políticas de reajuste e de contenção de gastos públicos), inclusive no tocante ao desafio da construção de uma efetiva, concreta e substantiva cooperação regional amazônica em torno de propostas viáveis de desenvolvimento local,

o que fortaleceria uma posição regional comum e concertada em torno da Amazônia frente ao mundo, como também aceleraria ações e otimizaria recursos de toda ordem.

No plano internacional é necessário avançar e influir na definição de um concreto “Projeto Global” que inclua o desenvolvimento sustentável da Amazônia como prioridade planetária, acompanhado de recursos financeiros – que os governos amazônicos não dispõem em sua plenitude - que ultrapassem a caridade das migalhas regaladas até hoje aos pobres na Amazônia.

Um Projeto Global, com responsabilidades compartilhadas entre o nacional e o internacional, provido de recursos financeiros que, de fato, criem condições de promover a produção sustentável e a comercialização de bens e recursos da floresta, mas, também, a manutenção da floresta em pé, importante, seguramente para o clima global e o futuro desta Terra.

---

## 6

### O mercado: uma saída para o desenvolvimento amazônico?

Uma Região como a Amazônica, última floresta tropical contínua do mundo, apresenta especificidades muitas vezes esquecidas pelos que definem e implementam, em nível nacional e internacional políticas a ela relacionadas.

Inserida no mercado global, historicamente como exportadora de matérias-primas, principalmente a partir da exploração de seus recursos não renováveis, como o minério e o petróleo, a Região continua, de forma evidente, sujeita às consequências dessa inserção, gerando impactos negativos de, pelo menos, duas ordens:

- ♦ De ordem externa, na medida em que as variáveis do sistema econômico global (taxas de juros e preços de commodities, por exemplo) estão sujeitas a mudanças constantes; e mais: tais mudanças fogem ao controle e à capacidade de manipulação dos governos nacionais, por sua condição periférica primário-exportadora;
  - ♦ De ordem interna, na medida em que tal inserção, e a maneira de como a mesma se deu, resultou em sua abertura a padrões de vida, consumo, e urbanização impor-
-

tados dos centros do sistema, com a agravante de que a riqueza gerada por essa mesma inserção permitiu que apenas uma pequena elite se aproveitasse das riquezas produzidas.

Ao lado da ampliação de infraestrutura física e da urbanização galopante dos últimos anos, ampliou-se a fronteira agrícola, através de processos dirigidos de colonização, em convívio com uma forte migração espontânea provinda de zonas deprimidas para áreas “novas”, abertas pela exploração de recursos naturais, como os minerais, e pela alardeada abundância de “terras sem homens para homens sem terra”, bordão importante das políticas nacionais de ocupação e integração da Amazônia.

A chamada última fronteira, centrada em uma base econômica primário-exportadora, levou a uma crescente utilização dos recursos naturais, sob uma visão de curto prazo, sem um correspondente investimento em tecnologia e capacitação que permitisse um uso cercado de prudência ecológica dessa mesma exploração, passando também ao largo de uma preocupação social em termos da distribuição das riquezas geradas.

Tem-se, assim, em uma descrição bem geral, um modelo de desenvolvimento desequilibrado, baseado na exploração máxima dos recursos naturais, sem preocupação com a conservação ambiental ou com a distribuição equitativa da renda regional.

Esse foi o cenário da ocupação amazônica a partir dos anos sessenta. Como conseqüência, gerou-se um empobrecimento generalizado no campo e uma urbanização selvagem nas grandes cidades amazônicas, com deterioração permanente das bases naturais da Região, inclusive por parte dos contingentes mais pobres de sua população.

Esse cenário deixou visível que a luta contra a pobreza na Amazônia está absolutamente ligada a uma visão ampla de sustentabilidade, em todos os seus aspectos, uma vez que a erosão da base natural significa a erosão da base humana de sobrevivência na Região.

---



Nesse contexto, a questão da geração de emprego e renda para as populações pobres e vulneráveis, no campo e na cidade - principalmente colonas, migrantes, ribeirinhas, produtoras agroextrativistas, e populações tradicionais (deslocadas de seus habitats originais ou impactadas pelas políticas de ocupação) – é, sem dúvida, um desafio a ser enfrentado, na luta contra a pobreza, com preservação dos recursos naturais.

No meio rural, onde se localizam os recursos naturais mais abundantes, base da sobrevivência das populações rurais, mas, também, urbanas, algumas indagações são pertinentes:

- ♦ Como melhorar a qualidade de vida dessas populações, marcadas pela pobreza, a partir do uso de seus recursos naturais!?
  - ♦ Como frear o êxodo rural na direção campo-cidade, fixando o produtor em seu local de origem, com renda e o emprego!?
  - ♦ Em que medida é viável a constituição de um novo empresariado, conformado por uma rede de pequenos produtores rurais organizados, capazes de integrarem-se, de forma economicamente viável, aos mercados!?
  - ♦ Como incentivar cadeias e/ou aglomerados produtivos que integrem novos atores econômicos, com responsabilidade social e ecológica, criando sinergias campo-cidade!?
  - ♦ Como criar pontes entre produção e mercado, elo final imprescindível – e difícil - para a consolidação desse novo empresariado!?
  - ♦ Como fomentar uma “inteligência” local, tecnicamente forte, socialmente responsável e politicamente comprometida com as questões amazônicas da pobreza e da conservação ambiental, base de uma verdadeira Escola de Pensamento e Ação para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, indo além do academicismo majoritariamente reinante, cujo único compromisso é publicar, publicar e republicar!?
-

Para responder a essas questões é importante perceber os obstáculos atuais, dentre os quais pode ser realçada a fragilidade do setor privado na Amazônia, em geral. Essa fragilidade é maior quando se pesquisa o interesse empresarial por setores que envolvem o uso sustentável dos recursos naturais. Ou seja, percebe-se que o interesse pelo uso da biodiversidade, de forma não predatória, inclusive com responsabilidade social, é ainda pequeno na Amazônia.

Pode-se especular que o setor empresarial calcule os riscos de investimento produtivo na Amazônia, receando, quiçá, que a competição no mercado se torne difícil, uma vez que, nas condições objetivas atuais, os custos de produção poderiam se tornar maiores, pelas dificuldades inerentes à produção rural onde energia, estradas e transportes, por exemplo, via de regra precários, representariam ônus adicional.

São ainda frágeis, também, os mecanismos que promovem e induzem, com agilidade, no meio rural, o fortalecimento de um empresariado formado de pequenos produtores organizados, e o uso não predatório de seus recursos naturais.

Por outro lado, no contexto pan-amazônico, ainda que a promoção de políticas públicas nacionais de incentivos, como créditos subsidiados ou isenções tributárias, venham beneficiando atualmente a certos setores da população rural e urbana mais pobre, os instrumentos governamentais de estímulo empresarial e de investimentos produtivos, dirigem-se em sua maioria, ao médio e ao grande empresariado.

Há, portanto, um vácuo, um enorme espaço de ação para o fomento da formação de um tipo de empresariado novo, centrado em uma rede de pequenos produtores organizados, que utilize, processe e comercialize seus recursos naturais, com responsabilidade social e ecológica.

Entretanto, estima-se que a aliança entre uma vontade política forte com incentivos econômicos eficientes poderia resultar em um programa de estímulo à constituição paulatina desse

---

novo empresariado de base rural, favorecendo *links* entre campo e cidade, com o surgimento de cadeias e/ou aglomerados produtivos mais amplos e economicamente viáveis, capazes de superar os obstáculos atuais.

Nesse sentido, eventuais e momentâneos custos de produção mais altos poderiam ser compensados, em curto e em médio prazos, pela abertura de importantes espaços de mercado, inclusive em nível internacional, onde o apelo do marketing “Amazônia Sustentável para Todos” estaria à frente de cada produto exportado.

Porém, os processos de produção, agroindustrialização, distribuição e comercialização dessa rede empresarial de que se trata acima esbarra em uma série de outros desafios, dos quais se destacam:

- ✦ Fragilidade da organização dos produtores e da sociedade civil, como um todo;
- ✦ Diferenças internas flagrantes quanto à capacidade de produção;
- ✦ Grandes distâncias e, às vezes, isolamento dos centros consumidores, que se apresentam com insuficiente ou onerosa infraestrutura física para a distribuição e/ou armazenamento da produção;
- ✦ Fragilidade de capital humano especializado, principalmente, em assuntos de mercado e comercialização;
- ✦ Insuficiente e cara oferta de crédito, e outros mecanismos de fomento para a pequena produção;
- ✦ Baixa capacidade de atração de recursos e/ou investimentos produtivos do setor privado;
- ✦ Pouco valor agregado aos produtos com escassos processos de agroindustrialização;
- ✦ Frágil presença do Estado como indutor do desenvolvimento;
- ✦ Enormes dificuldades burocráticas para comercialização;
- ✦ Desconhecimento, pelo consumidor nacional e internacional, dos produtos típicos da Amazônia;

- ♦ Erosão galopante dos recursos naturais disponíveis;
- ♦ Incipiente formação de cadeias, aglomerados ou *clusters* com base na pequena produção;

Essas dificuldades estruturais poderiam ser paulatinamente compensadas se um elenco de prioridades integrasse, de forma permanente, as políticas, programas e projetos de desenvolvimento mercadológicos, tais como:

- ♦ A recuperação de áreas já alteradas, inclusive para sua utilização econômica. Trata-se de usar sustentavelmente, desde a produção, áreas já alteradas as quais podem ser recuperadas, inclusive para seu uso econômico, ao invés de avançar em áreas de floresta nativa, cujo uso merece uma política específica de conservação e exploração;
  - ♦ O reconhecimento das opções produtivas e das vocações específicas – em termos ecológicos, sociais e culturais, em nível local e regional. Considerando-se a complexidade e a diversidade que caracterizam o ambiente natural, bem como os diferentes tratos culturais que as populações específicas dão a esses ambientes, o reconhecimento de vocações é condição básica no sentido de implementar alternativas produtivas e empresariais, e selecionar cadeias produtivas a serem estimuladas;
  - ♦ O uso de formas diferenciadas de fomento financeiro, dadas as especificidades locais e regionais. Torna-se importante partir da consciência de que os atores são frágeis, distintos e específicos e que merecem, portanto, mecanismos apropriados e diferenciados de fomento financeiro e mercadológico;
  - ♦ A promoção de cadeias e/ou arranjos produtivos locais com *links* entre campo-cidade, ao invés de empreendimentos isolados. Cadeias produtivas, ou arranjos produtivos locais, que criem sinergias recíprocas entre campo e cidade, acelerem a capacidade e a replicabilidade de ações, fortaleçam laços associativistas e favoreçam a in-
-

tegração entre distintos agentes econômicos reunidos em um mesmo segmento de negócio.

Esses Eixos deveriam ter seus corolários em Linhas de Ação sistemáticas, como, por exemplo:

1. A Geração Participativa de Conhecimentos e Transferências de Habilidades para a Produção, Promoção e a Comercialização. O capital humano poderia ser mais bem mobilizado com o fomento a processos de formação, através de capacitação e assistência técnica, inclusive em nível profissionalizante, voltados para a transferência de habilidades específicas em termos gerenciais, tecnológicos, e mercadológicos, habilidades essas que fazem falta à Região. Ainda que em torno dos órgãos públicos, universidades, terceiro setor e setor privado, tenha se consubstanciado, nos últimos quinze anos, um respeitável quadro técnico ligado à questão da produção, o mesmo não ocorre quando o desafio crucial que se deseja enfrentar é o estabelecimento de vínculos com mercados, através de um processo de comercialização eficiente. Os principais beneficiários deveriam ser: técnicos governamentais e não governamentais, pequenos empresários e lideranças rurais, jovens urbanos e rurais, todos diretamente envolvidos com experiências de desenvolvimento sustentável, capazes de atuar nas ações de promoção e comercialização da pequena produção;
2. A Informação Mercadológica. Trata-se de implantar e dinamizar sistemas de informação, inclusive informatizados, onde organizações de pequenos produtores/empresários organizados e suas representações mantenham, com atualidade, a oferta de seus produtos, produtos estes que entrarão paulatinamente em bancos de dados, na medida em que atendam às demandas e especificações de mercado, em suas exigências de preço, quantidade, qualidade e entrega sistemática. Da mesma maneira tais

bancos contarão com informações atualizadas da demanda, seja de mercados locais, nacionais, ou internacionais que poderão, de maneira informatizada, ter acesso aos produtos ofertados. Dessa maneira, estabelecem-se as bases de uma ponte entre a oferta e a demanda. Ademais, é vital a produção de dados atualizados sobre mercados diretamente relacionados e apropriados aos produtos cuja promoção e comercialização desejam-se estimular. Aqui, ademais de dados estatísticos públicos, a estratégia é a de perceber e sentir com antecedência, as demandas e interesses de mercados, atuais e futuros, que possam, também, servir de base e orientação para a definição, pelo lado da oferta, das políticas de investimento na própria produção. Por outro lado, esses dados também se tornarão importantes para a definição das estratégias de marketing a serem definidas em cada setor da produção.

3. A Promoção e Divulgação Sistemática de Produtos Amazônicos em Mercados Apropriados. Esforço considerável deveria ser canalizado para a promoção e divulgação prioritária de produtos amazônicos que apresentassem condições razoáveis de competitividade - quantidades disponíveis, qualidade, maiores valores agregados, capacidade de entrega e distribuição, preços competitivos - e de impacto na geração de ocupação e renda. Isso permitiria, inclusive em nível nacional, maior conhecimento dos produtos amazônicos e seu acesso às cadeias de comercialização. Como efeito para trás, essa divulgação poderia estimular o interesse daqueles segmentos que, ainda fora do mercado, têm potencial para alcançar as condições de mercado acima assinaladas. Trata-se, então, de investir em uma agressiva ação de marketing e propaganda, nos mercados identificados como apropriados, bem como na realização de missões sistemáticas e específicas de negócios, feiras e rodadas, locais, nacionais e internacionais,
-

fomentando, inclusive, parcerias público-privadas. Seria conveniente estimular o empresariado local estabelecido a se integrar na dinâmica de promoção e comercialização da pequena produção, através dos mais distintos e inovadores instrumentos de marketing social e parcerias solidárias, chamando-os a participar das cadeias produtivas gestadas no meio rural, inclusive na condição de mercados que absorvam produtos que ainda se encontrem em fase inicial do processo produtivo.

Tarefa dessa envergadura não poderia ser atribuição de um ou outro ente, público, ou privado, mas de toda a sociedade amazônica, cimentada por políticas firmes de inclusão que priorizassem aos mais fracos.

Evidentemente há um caminho largo a percorrer para que redes de pequenos produtores organizados em cadeias, arranjos ou clusters sustentáveis possam ser consideradas como um segmento empresarial forte e consolidado.

Este caminho exige trabalhar com o conceito de mesa redonda, forjando alianças entre todos os setores sociais: o público, o privado e o não governamental. Nenhum desses segmentos terá a capacidade, isoladamente, de executar tarefas tão urgentes e tão imprescindíveis. Assim:

- ♦ Ao Poder Público, compete primordialmente a função de servir como indutor, animador, fomentador e articulador do processo. Não se trata, então, de diminuir a presença do Estado, como pregaram as últimas décadas de políticas ditas neoliberais. Ao contrário, cabe a ele a principal responsabilidade de liderar um inadiável processo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável na Amazônia. Inclusive como regulador e balizador das relações de mercado que, de *per se*, não levarão ao estabelecimento de relações econômicas justas e equitativas.
- ♦ Aos Setores Empresariais consolidados cabe a tarefa de reconhecer a importância de sua participação em deter-

minados elos das cadeias produtivas que utilizam recursos naturais, servindo, seja como mercados para insumos e bens não-finais produzidos no meio rural, seja como parceiros em investimentos produtivos rurais, facilitando e gerando sinergias entre campo e cidade;

- ✦ Os Movimentos Sociais de toda a natureza, conformados em Sindicatos, Cooperativas, Associações, ONGs, e outras tantas formas organizativas, além de continuarem a perseguir processos cada vez mais eficientes e representativos de seus próprios interesses não poderão se furtar a sentar à Mesa, exercitar o diálogo, às vezes difícil, com os demais setores sociais, contribuindo, assim, também, para seu fortalecimento e consolidação.

Uma questão, porém, não deve ser silenciada: o caminho do mercado será absolutamente fatal, a única via possível para o pequeno produtor agroextrativista?

Evidentemente que nem todas as comunidades, principalmente as rurais, se transformarão em empresárias. Ou seja: o acesso ao mercado pode gerar ocupação e renda substantiva para alguns, pode levar à superação real da pobreza (não adianta simplesmente passar da linha da miséria para a pobreza), mas não para todos, pelo menos em um horizonte próximo: as ferramentas, os mecanismos, os estímulos, os incentivos e as condições objetivas que necessitam não estão ao seu dispor atualmente, (nem estarão em médio prazo) de forma a que se instalem cadeias ou arranjos produtivos que produzam uma generalizada melhoria de qualidade de vida para a maioria dos envolvidos.

Se isto é verdade, se apenas uma parcela da sociedade amazônica conseguirá superar sua situação de pobreza com base na comercialização de seus produtos no mercado, a pergunta, que não cala, então, é: o que acontecerá com aqueles que não terão condições de inserção nos mercados? Ou melhor: qual a saída para o combate à pobreza além da saída do mercado?

---



Uma das respostas possíveis são os PAS - Sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais, tema que renderia uma reflexão ampliada. Mas tocar neste tema, para abrir um leque de discussões urgentes, é importante.

O pouco que se tem sobre os resultados de sistemas de PAS, já implantados, permite-se afirmar<sup>13</sup> que seus impactos positivos se fazem sentir na:

- ♦ Melhor garantia da segurança alimentar, seja pelo aumento do poder de compra, seja pela ampliação da produção em si mesma;
- ♦ Diminuição do sistema tradicional de corte e queima da agricultura itinerante;
- ♦ Recuperação da cobertura vegetal;
- ♦ Diminuição de incêndios florestais;
- ♦ Transferência de recursos para os mais vulneráveis.

Deve-se considerar que os bons resultados da aplicação de sistemas dessa natureza são aqueles em que os atores envolvidos como provedores apresentam maior nível de organização social.

Por outro lado, deve-se propor, neste contexto, que a aplicação de PAS deveria ser prioritariamente focada em ações que envolvam comunidades tradicionais ou de pequenos produtores organizados para a conservação de seus recursos naturais. Há algumas experiências, inclusive, de sistemas mistos, onde são combinadas ações de conservação – onde o Sistema de PAS seria adequado – com atividades de produção sustentável, onde o mercado é um alvo a conquistar.

Enfim, pode-se dizer que os caminhos do desenvolvimento sustentável da Amazônia não são utópicos. São reais, múltiplos, distintos e específicos, e não vêm como receitas prontas, aplicáveis uniformemente em qualquer lugar, para qualquer cultura, ou povo. Ao contrário, são flexíveis, adaptáveis, e muitas vezes, únicos. Exigem ousadia inovadora, competente e comprometida.

13 Hek, Simone de. et al. Aplicación de Pagos por Servicios Ambientales en manejo de Cuencas Hidrográficas: lecciones de experiencias recientes em América Latina. In: FAO-Chile, 2004.

Ousadia do tamanho do desafio. Ousadia de corajosamente decidir pela sustentabilidade como único futuro possível do Planeta.

Ousadia de perceber que a pobreza não pode ser aceita como uma fatalidade histórica à qual os amazônicos estarão acorrentados para todo o sempre.

---

**PARTE II**

**COMO O VIVIDO PODE SER APRENDIDO E  
TRANSMITIDO**

---

## 7 Uma história pioneira de aprendizagem

Os capítulos anteriores foram os amplos e históricos referenciais que levaram a um grupo de dirigentes de organizações amazônicas, principalmente de caráter não governamental, de cinco países amazônicos – Bolívia, Brasil, Colômbia Equador e Venezuela – a iniciar uma experiência única no plano regional: a grande ousadia em que se constituiu o Consórcio Regional Bolsa Amazônia,

A partir da experiência da Universidade Federal do Pará, através do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA, cujo lastro de realizações em torno de ações de desenvolvimento sustentável já era amplamente reconhecido, não apenas na Amazônia brasileira, mas, também, em outros países amazônicos, foi tomada a decisão, pelo setor de cooperação internacional deste Programa, em realizar uma série sistemática de debates em torno de experiências de desenvolvimento sustentável envolvendo comunidades rurais do Trópico Úmido.

A proposta buscava perceber as raízes mais profundas de certos problemas referentes à pequena produção organizada, principalmente no relativo a uma constante incapacidade de atingir níveis de sustentabilidade, inclusive em termos econômi-

---

cos, visando melhorar a qualidade de vida dos produtores e os ganhos monetários de seus empreendimentos, de forma permanente.

Dentre os debates realizados, um foi exemplar, tanto pela diversidade de origem das experiências relatadas como pelo número de projetos reunidos: o “Forum Belém – Vias de Desenvolvimento Sustentável. Dimensões do Desafio”, realizado no Brasil, em novembro de 1996, na capital do Estado do Pará, Belém.

O chamado Forum Belém reuniu instituições técnico-científicas, governamentais, nãogovernamentais, representantes de projetos de desenvolvimento sustentável de África, Ásia, América Latina, Europa e América do Norte, além de empresários nacionais e internacionais. Deste memorável evento resultou a proposta de um Programa Regional amazônico que se intitulou BOLSA AMAZÔNIA, então.

Mais um fato se insere neste cenário.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a UNCTAD, havia lançado, no final de 1996, fundamental iniciativa – BIOTRADE – um importante esforço de colaboração com o Secretariado da Convenção sobre Biodiversidade Biológica, as Agências Especializadas das Nações Unidas, Organizações Governamentais e Nãogovernamentais, Instituições Acadêmicas, Comunidades organizadas, além de importantes segmentos do Setor Privado.

Esse verdadeiro mutirão, iniciado sob a égide da UNCTAD e da Fundação BIOTRADE vinha diretamente ao encontro das perspectivas da proposta de um Programa pan-amazônico - Bolsa Amazônia - e dos parceiros de todos os países amazônicos que haviam *comprado a idéia* de um trabalho coletivo em nível regional.

Tratava-se, então, de unir esforços, em uma perspectiva bem clara de lançar as bases para que o binômio Conservação/Desenvolvimento se tornasse uma realidade inteiramente palpável e concreta e que os desafios inerentes a processos de desenvolvimento local fossem enfrentados.

---

O Memorandum de Entendimento firmado entre os parceiros UNCTAD/BIOTRADE e Universidade Federal do Pará deu a substância necessária para o lançamento da proposta da Bolsa Amazônia.

Como um programa regional, a Bolsa Amazônia nasceu com os objetivos de:

- ♦ Estabelecer uma Rede Regional, sem personalidade jurídica própria, capaz de articular e trabalhar com distintas organizações que, em cinco países amazônicos, discutiam e executavam programas e projetos de desenvolvimento de populações rurais;
- ♦ Promover o aproveitamento sustentável dos recursos naturais da Amazônia, através do estabelecimento de uma rede eficiente de relações econômicas entre pequenos produtores amazônicos organizados e empresas locais, nacionais e internacionais, de responsabilidade ambiental e social, interessados, todos, no uso racional da biodiversidade biológica, conservando-a para as gerações futuras e na superação da pobreza em nível global;
- ♦ Estabelecer parcerias estratégicas entre atores locais, nacionais, internacionais, governamentais, não governamentais e privados, visando ao financiamento, à pesquisa, à disseminação de informação, à geração e transferência de tecnologias, à capacitação empresarial de produtores, tendo em vista a valorização da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

A proposta era de, a partir do uso e agregação de valor aos produtos naturais (que ainda dispunham as comunidades rurais), integrar ao mercado as organizações de pequenos produtores agroextrativistas, através da prestação de assistência técnica e capacitação, informação e promoção para a comercialização, uma vez que, em todos os debates realizados anteriormente, em nível mundial, como referido acima, estava claro que o grande

---

gargalo das experiências analisadas era, principalmente, o acesso aos mercados.

Diante disso e tendo em conta que a cooperação regional poderia ser um mecanismo efetivo de otimização do uso dos recursos disponíveis e de aceleração de resultados no referente à melhoria das condições de vida das populações locais, aquelas instituições dos países da Bacia Amazônica comprometidas com a preservação ambiental e com atuação efetiva em processos de desenvolvimento regional decidiram compartilhar experiências, transferir habilidades e tecnologias, formar recursos humanos, prestar assistência técnica, gerencial e mercadológica em apoio à produção e à comercialização de produtos amazônicos, sobretudo aqueles oriundos da pequena produção agroextrativista organizada.

A partir desses antecedentes foram selecionadas instituições em Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela, países cujas instituições decidiram, imediatamente, unir-se à proposta de um programa regional. Surge assim, em 1998, o que se passou a denominar inicialmente de Programa e, posteriormente, de Consórcio Regional Bolsa Amazônia, coordenada por uma Secretaria Geral, esta incumbida de promover e apoiar o processo. O apoio da Comissão Européia foi fundamental para o desenvolvimento desse processo de integração e na conformação de um novo modelo de articulação do Consórcio com instituições públicas e privadas.

Entre seu início, 1998, e até 2009, estiveram participando como Membros do Consórcio mais de duas dezenas de organizações<sup>14</sup>.

---

14 MEMBROS: IPHAE - Instituto para el Hombre, Agricultura y Ecología, Bolívia; Madre Tierra Amazonia Ltda, Bolívia; SUMAR Ltda. - Suelos y Manos Amazónicos Racionales, Bolívia; Kamer Ltda, Bolívia; CAIC - Cooperativa Agrícola Integral Campesina, Bolívia; Coinacapa - Cooperativa Integral Agroextractivista Campesina de Pando, Bolívia; POEMAR - Núcleo de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável, Brasil; POEMA - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, UFFa, Brasil. Bolsa Amazônia, Brasil; IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Brasil; São José Liberto, Brasil; PIEBT - Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, UFFa, Brasil; SEBRAE-Pa, Brasil; MAMBESHOP, Colômbia;

---

Por outro lado, desde seu nascimento, apoiaram ou foram beneficiárias mais constantes dos projetos do Consórcio, em nível regional e/ou nacional, dezenas de organizações parceiras, em períodos distintos de participação<sup>15</sup>.

Gaia Amazonas, Colômbia; Eco Fakto Ltda, Colômbia; AMBIENTE Y SOCIEDAD, Equador; Sinchi Sacha, Equador; FEPP - Fondo Ecuatoriano Populorum Progreso, Equador; ECOCIENCIA - Fundación Ecuatoriana de Estudios Ecológicos, Equador; Natura, Equador; FURARE - Fundación Rain Forest Rescue, Equador; CEDIME - Centro de Investigaciones de los Movimientos Sociales, Equador; CHANKUAP, Equador; TSANTZA, Equador; CEPAI - Centro de Educación y Promoción de la Autogestión Indígena, Venezuela; APIPROCA - Asociación de Piaros Productores de Cacao, Venezuela; Yuriñi Yuguai, Venezuela; HUARIME, Venezuela; RERE, Venezuela;

- 15 PROVIDORES e/ou BENEFICIÁRIOS: OXFAM-NOVIB - Organização Holandesa para a Cooperação Internacional do Desenvolvimento; UNCTAD- United Nations Conference For Trade and Sustainable Development/Biotrade Initiative; HIVOS - Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries, Bolívia e Equador; IAF - Interamerican Foundation; ABC - Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores, Brasil; Banco Mundial-International Finance Corporation-GBI-Grassroots Business Initiative; GTZ-Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit; JICA - Japanese International Cooperation Agency; Fundação Banco do Brasil, Brasil; DEG- Deutscher Entwicklungssellschaft; SECTAM - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Pará, Brasil; ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia, Brasil; CIDS - Coordenadoria de Cooperação Internacional do Governo do Pará, Brasil; Daimler Chrysler A.G.; Programa Raízes/Secretaria de Justiça do Pará, Brasil; SETEPS - Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social do Pará, Brasil; PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Brasil; Banco da Amazônia S.A, Brasil; CE - Comissão Européia; Fundación Sinchi, Colômbia; ILDIS - Friederich Ebert Stiftung, Equador; DED - Deutscher Entwicklungsdienst, Alemanha; Comitê Holandês de la UICN; New Venture World Resources Institute; ECORAE, Equador; ESPEA - Escuela Politécnica Ecológica Amazônica, Equador; Municipio de Mera, Equador; AOPEB - Asociación de Organizaciones de Productores Ecológicos de Bolívia; AGRECOL - Agricultura Ecológica, Bolívia; RENACE - Fundación Red Nacional de Acción Ecológica Sostenible, Bolívia; PNBS - Programa Nacional de Biocomercio Sostenible, Bolívia; FDPA - Trópico Húmedo; UFPA - Universidade Federal do Pará, Brasil; ECOARTE - Jóias da Amazônia, Brasil; COOPFRUIT - Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais, Brasil; COOPED - Cooperativa do Programa de Execução Descentralizada do Moju, Brasil; POEMATEC - Comércio de Tecnologia da Amazônia, Brasil; AMAZON PAPER Ltda, Brasil; ASSEEFA - Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia, Brasil; Centro Cristo Trabalhador - Prelazia de Abaetetuba, Brasil; MIRAGINA - Ltda, Acre, Brasil; AYTU - Embalagens Artesanais da Amazônia Ltda, Brasil; Abaeté Artesanatos Ltda, Brasil; Associação de Mulheres Ceramistas da Colônia Chicano, Brasil; Mel Natureza - Associações de Apicultores de Tomé-Açu, Brasil; Asociación de Productores "La Delicia", Equador; GAMBOINA Ltda, Equador; CORPEI - Corporación de Promoción de Exportaciones e Inversiones, Equador; Colegio Gamboa, Equador; Biocomercio Sostenible, Equador; Cooperativas Indígenas Venezuelanas:- Sanemap; Cooperativa Siai, Cooperativa Las Tinajas; Buoca; Barineje; Lapa; Asociaciones ASOCUOI; UNAMO; PUORIBU; Asociación Agropecuaria Agua Mena; Asociación



Assim, o Consórcio se estruturou como uma Rede, dela tendo participado, em um momento ou outro, mais de 80 instituições, nas condições de Membros, Parceiros, Doadores e/ou Beneficiários<sup>16</sup>, algo jamais ocorrido até então!

Em cada país referido, havia uma instituição coordenadora denominada de Secretaria Executiva Nacional ou Bolsa Nacional que, por sua vez, tinha a missão de promover a articulação com os demais atores organizados, em suas respectivas áreas amazônicas.

O objetivo da regionalização da cooperação era a de acelerar processos, compartilhar e transferir experiências, adaptar metodologias e, também, paulatinamente, criar uma massa de pessoas e de atores institucionais que pensassem a Amazônia como Região integrada.

Com o apoio da Secretaria Geral do Consórcio foram realizadas reuniões regionais de articulação<sup>17</sup>, para debates e troca de experiências, negociações para implantação de projetos conjuntos regionais, onde se situou exemplarmente Acordo realizado com OXFAM-NOVIB, definição de formação de recursos humanos em programas conjuntos, ultrapassando-se a visão meramente nacional, além de ter sido definida a realização, pela primeira vez na Bacia Amazônica, de um Plano Estratégico Regional que apoiaria e direcionaria os processos sustentáveis de desenvolvimento, a implantação de um sistema de informação regionalizado, a promoção comum de produtos escolhidos como

---

Tencua; Asociación Ruhuanichã; Cooperativa Artesanal de Cacuri; Cooperativa Serã; Cooperativa Wasaraña; Cooperativa Reyó; Cooperativa Familiar Cavi; Asociaciones UMAV, AYEPROCA.

16 Não obstante os esforços realizados, não integraram esse processo, de forma permanente, instituições peruanas amazônicas, por inúmeras razões que não merecem aqui ser discutidas, muito embora, em distintas ocasiões, organizações daquele país tenham participado de reuniões regionais, cursos e intercâmbios, promovidos pelo Consórcio, dentre os quais se destacam o IIAP – Instituto de Investigación de la Amazonia Peruana e o CETA – Centro de Estudios Teológicos de la Amazonia.

17 Reuniões Internacionais: em Quito – Equador em setembro de 2005 e março de 2009; em Belém do Pará – Brasil em dezembro de 2006 e dezembro de 2007; em Villa de Leyva – Colômbia em abril de 2007; em Riberalta – Bolívia, em outubro de 2006.

---

estrelas e a participação integrada dos parceiros, em feiras, eventos de comercialização e de promoção regional.

Como único Consórcio dessa natureza existente na Amazônia, até 2009, um elo de articulação e de animação entre seus Membros e destes para fora e para dentro, colheu frutos positivos, enfrentou desafios.

Porém, foram aprendidas lições que, no mínimo, devem ser compartilhadas com aqueles que ainda creem que os empreendimentos produtivos de pequenos produtores podem ser uma parte importante do desenvolvimento regional amazônico.

---

## 8 Realidades amazônicas

Antes de iniciar uma visão sumarizada das realidades em que o Consórcio Regional Bolsa Amazônia atuou, é sumamente importante notar que as definições, principalmente quanto à extensão da Amazônia, variam de acordo com os critérios regionais utilizados, ou em função das distintas visões nacionais. Assim, fala-se de Amazônia Clássica, Amazônia Legal, Região Amazônica, Norte-Amazônico, Amazônia Hidrográfica. Isto porque não há uma definida extensão geográfica legalmente estabelecida, em termos regionais, além de que, como é o caso do Brasil, tanto se pode usar o conceito de Amazônia Legal – aquele definido por lei – como o de Amazônia inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, o que, certamente, evidenciará dados diversos quanto à sua extensão. O mesmo ocorre nos demais países.

Como este livro tem a pretensão de contar uma experiência regional, não mais que isso, este Capítulo sumariza e mantém as informações, análises e dados encontrados nos Relatórios Nacionais de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela, fontes deste livro, inclusive quanto às opiniões rela-

---

tivas aos processos de ocupação e desenvolvimento das respectivas áreas amazônicas.

### **1. A Amazônia Boliviana**

A Amazônia Boliviana<sup>18</sup> envolve dois terços do território boliviano e é geralmente considerada como o Norte-Amazônico. É formada pelos Departamentos de Pando, a Província Vaca Díez do Departamento de Beni e o norte da Província do Departamento La Paz. É uma região que apresenta as seguintes características: vegetação quase exclusivamente conformada pela floresta amazônica contínua (Killeen et al. 1993); economia caracterizada por ciclos (*bust and boom cycles*) de uma série de produtos florestais não madeireiros (Bojanic 2001, Stoian 2000); história sócio-cultural com uma população formada pela mescla de nativos com imigrantes.

A Amazônia boliviana foi governada tradicionalmente por grupos econômicos empresariais agroexportadores (que manejavam também o poder político) gerando elevados lucros de alguns produtos altamente comerciais como a madeira, a castanha, a carne de gado e a soja. Referidos produtos estão associados a altas taxas de desmatamento. Além do mais, como as empresas agroexportadoras pertenciam a umas poucas famílias, os benefícios da comercialização desses produtos naturais se concentravam em mãos de poucas pessoas (Bojanic, 2001).

Ainda que a população do Norte-Amazônico esteja crescendo rapidamente, as densidades populacionais ainda se apresentam baixas. Essa Região tem, aproximadamente, 226.000 habitantes (INE 2007), dos quais 70% estão concentrados nas três maiores cidades da Região: Ríberalta (93.620 habitantes), Guayaramerin (45.525 habitantes) e Cobija (36.162 habitantes), enquanto que as áreas rurais se encontram quase que desa-

---

18 Nota dos Autores: manteve-se a dimensão geográfica restrita da região amazônica boliviana, como indicada pelos responsáveis pelo documento da Bolsa Bolívia, base deste livro. Entretanto, por outros critérios, essa região chegaria a 824.000 km<sup>2</sup>. Ver: Amazonía Sin Mitos, 2ª edição. Editorial Oveja Negra, 1994, pg 56.

---

bitadas, totalizando cerca de 51.000 pessoas. Nas últimas décadas tem ocorrido uma importante migração da população rural em direção a comunidades *libres* (Stoian & Henkemans, 2000).

A economia se baseia no extrativismo, com a comercialização dos produtos oriundos da floresta. O mercado de quina (*Cinchona* spp., da qual se extrai o quinino) atraiu, em meados do século XVIII, os primeiros comerciantes da região; no entanto, foi a borracha (*Hevea brasiliensis*), que realmente mudou a Amazônia boliviana para sempre, com a chegada, a partir de 1880, de grandes grupos de emigrantes nacionais e internacionais.

A época do apogeu econômico resultante da produção e comercialização da borracha começou a declinar com a entrada da borracha asiática no mercado mundial, a partir de 1910, e decresceu ainda mais com o lançamento da borracha sintética nesse mercado. Mesmo assim, esse produto continuou sendo comercializado na Região até a década de 1980, quando a castanha (*Bertholletia excelsa*) foi tomando seu lugar e passou a ser o principal produto regional

No caso da castanha, o crescimento econômico, nos últimos vinte anos, chegou a 30% ao ano (INE, 2006). Ao mesmo tempo, a pobreza aumentou de 60% para 80%. Estes níveis de pobreza estão associados a uma forte dependência social, econômica e política de milhares de produtores tradicionais também chamados na Bolívia de produtores originários<sup>19</sup> que participam de um sistema de exploração baseado no endividamento, onde o pequeno produtor é abastecido em suas necessidades (terçado, farinha etc.) pelo comerciante, durante o período de coleta, pagando sua dívida com sua produção. No passado isto ocorreu com o aproveitamento do córtex da quina e da borracha e atualmente com a castanha e a madeira.

As comunidades do Norte-Amazônico também são mal remuneradas com a venda de sua madeira para empresas madei-

---

19 Pequeno produtor originário refere-se a camponeses e indígenas de comunidades rurais, com produção de pequena escala, altamente vulneráveis devido à sua pobreza.

reiras. Assim, uma árvore inteira, por exemplo, que vale pelo menos 200 dólares de madeira fina e limpa, é vendida de 3 a 20 dólares por árvore em pé.

Esses fatos indicam a necessidade da busca de novos caminhos na luta contra a pobreza rural de populações camponesas e indígenas altamente vulneráveis que vivem, atualmente, em uma das regiões mais pobres de um dos países mais pobres da América Latina e do planeta.

A busca de soluções coincide com a preocupação mundial de combate à pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável e está expressa no Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien (2006), e no Plan Nacional para el Manejo Integral del Bosque (2008), com seu Programa Piloto para la Amazonía del Norte, ambos delimitados pelo atual governo de Bolívia com o propósito de combater as causas e consequências das desigualdades e da exclusão econômica e social, no contexto do desenvolvimento sustentável. Em geral se refere ao objetivo de Vivir Bien, entendido como o acesso e aproveitamento dos bens materiais e da realização subjetiva, intelectual e espiritual, em harmonia com a natureza e com a humanidade.

Outro fator que limita as possibilidades econômicas é a falta de estradas adequadas. Apesar da precariedade mencionada, o início das exportações sustentáveis de castanha, no ano de 1985, coincidiu com a abertura da estrada Riberalta – Rurrenabaque, que conectou o Norte-Amazônico com La Paz e de lá aos portos do Pacífico. As distâncias a outros centros populosos são enormes e as poucas estradas existentes são de terra e cascalho, carecendo de pontes para cruzar a grande quantidade de rios. Geralmente são praticamente intransitáveis durante vários meses do ano. Por exemplo, a viagem de Cobija a La Paz (realizada a partir de 1994), com 1.460 km, pode levar até 10 dias (Rojas et al. 2005), quando normalmente poderia ser realizada em dois dias. Dessa forma, grande parte do transporte regional de pro-

---

duto, nesse trecho, se faz por via fluvial. Os rios Beni e Madre de Díos com seus afluentes são os principais rios navegáveis do Norte-Amazônico.

Os níveis de desmatamento são de apenas 2,6% das florestas originais alteradas (dados 1990: Llanque, 2004), sendo relativamente baixos, se comparados com as estimativas de 13% em nível continental e até 38% no Brasil, como um todo (dados 2001: Malhi et al. 2008). A preservação mencionada está estreitamente ligada ao fato de que a extração anual de produtos florestais não madeireiros sempre foi a principal atividade econômica da Região. Ao mesmo tempo, a baixa densidade demográfica, o isolamento da região e os altos custos dos transportes limitaram até pouco tempo as pressões antropogênicas sobre os recursos florestais (PNUD, 2003).

Assim, a Amazônia boliviana é a região com o maior grau de conservação do país não se inserindo no modelo de abertura de fronteira agropecuária, ainda que se evidencie uma tendência à agricultura de corte e queima além da criação de gado em pequena escala. Mesmo assim, essa pressão sobre a floresta não rompeu o equilíbrio do ecossistema amazônico.

De qualquer forma, seria interessante ter políticas claras para o desenvolvimento sustentável de toda a Região Amazônica. Isto porque, no caso da Bolívia, o país atravessa nos últimos anos o período de maior desmatamento de sua história com aproximadamente 300.000 ha/ano, apresentando-se como o país com o oitavo mais alto nível de desmatamento per capita do mundo, ainda que esteja entre os 20 países do mundo com menor densidade populacional (8,4 habitantes por Km<sup>2</sup> e a grande maioria de pobres).

Apesar dos avanços no processo de saneamento de terras no Norte-Amazônico, ao ponto de Pando ter sido considerado “Departamento saneado”, as tensões persistem, resultantes da pressão sobre os recursos naturais. É um cenário complexo de conflitos pela posse da terra que, aliado a aspectos políticos, ge-

rou o pior enfrentamento armado na Amazônia boliviana, mais concretamente no município de Porvenir – Pando, onde morreram mais de uma centena de camponeses e indígenas, recentemente.

Entre os fatos e mudanças mais importantes ocorridos na Bolívia, nos últimos três anos, vale destacar aspectos políticos e ambientais.

Em nível político, o governo do Presidente Evo Morales iniciou uma revolução social que além de fatos importantes como a nacionalização dos hidrocarbonetos, a instalação da Assembléia Constituinte e a aprovação do texto da Nova Constituição Política do Estado, iniciou o processo de revolução agrária no país, que pretende apoiar financeiramente os empreendimentos de pequenos produtores.

Por outro lado, iniciou-se a elaboração de um documento sobre a Política de Estado para a Amazônia cujo primeiro passo foi o de inserir a Região Amazônica na nova Constituição Política do Estado, com o Plano de Desenvolvimento Amazônico. Esse Plano prevê a instituição de Secretarias Executivas nos Municípios mais representativos do Norte-Amazônico de Bolívia, o que representará excelente oportunidade para a formação de alianças estratégicas na busca de soluções para essa região boliviana.

Em nível departamental e municipal, deverão ser destinados mais fundos para o desenvolvimento produtivo, fundos estes provenientes do imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH). Espera-se que esses fundos beneficiem: assistência técnica, capacitação, rodada de negócios, missões comerciais, estratégia comercial, centros de armazenamento, incubadora de empresas, planos de negócios, etc. (FAM Bolívia, 2007).

Porém, é necessário que se enfatize com clareza que os programas desenhados para a Amazônia têm avançado muito pouco, tanto em nível do Governo Nacional como Departamental e Municipal.

No aspecto ambiental, vale registrar as severas mudanças climáticas que afetaram a produção organizada de pequenos

---



agricultores e coletores na Bolívia, com alteração de temperaturas e incêndios florestais durante os anos de 2007 e 2008.

Mais recentemente, grandes projetos de infraestrutura e integração estão em execução, gerando profundas discussões na Bolívia.

A inserção do Norte-Amazônico nos projetos de Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) é indubitavelmente a prova da importância dessa região, onde se encontram dois projetos em início de execução como o Corredor Norte (Transporte) e o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira (Energia).

Para o caso do Corredor Norte, em junho de 2008 se reuniram em Riberalta os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez Frías (Venezuela) e o anfitrião Juan Evo Morales Ayma (Bolívia) para firmar o acordo de empréstimo para o início das obras. Foi considerado um evento histórico para a cidade de Riberalta que, com apenas 100.000 habitantes é a maior cidade do Norte-Amazônico de Bolívia.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2010 prevê a reativação da matriz produtiva do país através de sua integração física. Esse Plano contempla importantes inversões em infraestrutura viária para consolidar os corredores que estão sob a iniciativa regional IIRSA. Neste marco foi dada prioridade ao desenvolvimento do Corredor Norte, que é o de maior impacto sócioeconômico para o país. Este corredor, além de permitir a conexão do Estado do Acre, no Brasil, com os Departamentos de Pando, em Bolívia, e Madre de Díos, no Peru, deverá melhorar, consideravelmente, a circulação no país, ligando os Departamentos de Beni e Pando com os Departamentos do ocidente do país.

Sem dúvida que, ao se realizar intervenções em áreas frágeis, que representam 25% da superfície total do país, os riscos são latentes, pois, nelas, se concentram cerca de 40% dos recursos florestais da Bolívia (La Otra Frontera. PNUD, 2008)<sup>20</sup>.

20 Maiores informações sobre o Corredor de Integração consultar a publicação: ABC, BID, DHV, CN, Dezembro de 2006. Evaluación Ambiental Estratégica del Corredor Norte: La Paz – Guayaramerin – Cobija. La Paz - Bolivia

Outro grande projeto, o Complexo do Rio Madeira, consta de uma hidrovía de 4.200 km e que tornará possível a navegação de grandes embarcações nos rios Madeira, Madre de Díos e Beni. Estão previstas as construções de quatro hidroelétricas contendo eclusas para navegação, duas situadas em território brasileiro, uma em águas binacionais (boliviano-brasileiras) e outra em Cachuela Esperanza, território boliviano<sup>21</sup>.

O Brasil tem enorme interesse na construção do complexo hidroelétrico, tendo definido o projeto como de interesse nacional. No entanto, o andamento do projeto vem gerando inquietudes geopolíticas entre os países afetados. A execução do mesmo, que inclui a construção de represas em território boliviano, despertou o interesse de alguns setores do país pelas oportunidades econômicas que poderia proporcionar. No entanto, a posição nacional generalizada é de questionamento ao projeto, pelos impactos ambientais e sociais que poderá causar em território boliviano, (La Hora Frontera. PNUD, 2008)<sup>22</sup> uma vez que a Bolívia tem projetos hidroelétricos de geração energética na Amazônia, que atendem às suas necessidades locais.

Além do mais, são de fácil e econômica implantação, com impactos ambientais mínimos pelas tecnologias a utilizar e que poderiam ser manejados por cooperativas locais para distribuição de energia à população. Isto se refere a projetos sobre os rios: Tahuamanu para a cidade de Cobija, Yata para Guayaramerín e Riberalta e outras hidroelétricas de menor porte na Província Iténez.

## **2. A Amazônia Brasileira**

A Amazônia brasileira ocupa uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, representando 61% do território brasileiro<sup>23</sup>. É formada pelos

---

21 Nota dos Sistematizadores: pelo lado brasileiro as duas hidroelétricas encontram-se em construção, em 2012.

22 Informações sobre a opinião e a resistência civil a este projeto pode ser observada na publicação de: FOBOMADE, CGIAB. Marzo 2007. El Norte Amazónico de Bolivia y el Complejo del Río Madera. La Paz – Bolivia.

23 Refere-se à Amazônia Legal. Este percentual cairia para 58,50% se fosse considerada apenas a Amazônia brasileira em sentido hidrográfica, representando, neste caso,

---

Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (Região Norte), parte do Estado do Mato Grosso (Centro-Oeste), e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44° (Nordeste).

Esta vasta região é dominada pelo rio Amazonas<sup>24</sup>, o segundo mais extenso do mundo, com 6.515 km de extensão, com sete mil afluentes ao longo de todo o seu curso, num total de 23 mil km de vias navegáveis. Tão imensa massa líquida é responsável por 20% de toda a água doce que chega ao mar, ou 5,5 quatrilhões de litros (5,5 trilhões de metros cúbicos) de água todos os anos. A cada dia, é mais água do que a descarga de cinco dias do rio Congo, de 11 dias do Mississipi, de um ano do Tamisa, o rio que banha Londres. Também equivale a todo o potencial líquido existente nos Estados Unidos, incluindo-se rios, lagos e reservatórios.

Nos três mil quilômetros que percorre em território brasileiro, a partir da fronteira com o Peru, o Amazonas sofre um desnível de 65 metros, que não vai além de 15 metros ao longo da metade inferior, de 1.500 quilômetros, desse trajeto. Ele banha, então, a maior bacia sedimentar do planeta, de formação geológica mais recente, que vai do Oceano Atlântico, a Leste, até os Andes, a Oeste, delimitada pelos planaltos das Guianas, ao Norte, e Brasileiro, ao Sul, que marcam a passagem para terras mais altas e mais velhas.

Além da água, o outro elemento dominante na paisagem é a floresta. Um terço das florestas tropicais do planeta está na Amazônia. A maciça predominância da floresta densa, com árvores de até 50 metros de altura, copas fechadas, em torno das quais se desenvolve uma notável variedade de vida, faz esquecer que há outros tipos de formação vegetal.

---

67,79% de toda a Bacia amazônica. Ver: Amazonía Sin Mitos, 2ª edição. Editorial Oveja Negra, 1994, pg 56.

24 Os dados apresentados neste ítem têm como fonte os documentos oficiais do IBGE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM e elaborações dos autores para outros trabalhos.

---

Essa floresta vive em estado de quase completa autonomia. Através da evaco-transpiração, gera quase metade das chuvas que sobre ela caem (a outra metade vem do oceano). E também produz os nutrientes que recicla no solo, mantendo uma fina camada de húmus. Botânicos calculam haver de 500 a 1.200 toneladas de matéria orgânica seca por hectare na floresta tropical densa, com produtividade primária de 10 ton/ha/ ano. Considerando as áreas de vegetação mais rala ou menos densa, a média de biomassa ficaria entre 200 a 400 t/ ha e a produtividade líquida anual entre 10 a 20 ton/ha.

Nessa terra de muito verde e muita água, com precipitação pluviométrica média anual de 2.000 milímetros, há mais de 30 mil espécies vegetais (de 50 a 75% do total mundial) e uma infinidade de formas animais vivas, entre as quais cinco mil espécies de peixe (25% do que existe no planeta), das quais nem um terço foi descrita até agora.

A população da Amazônia Brasileira, segundo o Censo Populacional do IBGE, em 2007, é de 23,55 milhões de habitantes, correspondendo a 12,83% do total nacional, com crescimento médio de 1,64% ao ano desde 2000, quando era de 21 milhões. Embora a taxa de crescimento apresente-se decrescente, ela se mantém 40% acima do crescimento médio nacional. Entre 1950 e 2007, a população da Amazônia Legal cresceu 516%, ritmo muito acima da média nacional, que foi de 254%. A densidade demográfica na Região é de 4,5 hab./km<sup>2</sup><sup>25</sup>. Ainda segundo o Sistema Nacional de Saúde (SIASI-FUNAI) residem nos nove Estados amazônicos, 55,9% da população indígena brasileira, ou seja: cerca de 250 mil pessoas distribuídas em 80 etnias.

O crescimento acelerado mencionado anteriormente decorre da intensa migração para a Região. Durante a década de 70 a Amazônia absorveu mais de 20% dos fluxos migratórios dentro do país. Em Rondônia, onde a chegada de colonos foi maior, de cada três habitantes, dois não são naturais do Estado. No su-

---

25 Press Brasília: Amazônia em Dados, 09 de abril de 2008

doeste do Pará, outra típica área de imigração, de cada quatro habitantes, três são migrantes.

A formação de vários pontos de atração no interior do Pará, um dos principais Estados da Amazônia Brasileira, fez com que a população local atingisse 7.431.020 habitantes (IBGE, 2009). Desse total, 71% habitam os centros urbanos e os restantes 29% vivem em áreas localizadas na zona rural. A densidade demográfica, portanto é de 5,9 habitantes por km<sup>2</sup>. Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI - existem 15.500 indígenas espalhados pelas Terras Indígenas existentes nesse Estado.

Dessa forma, o poder público tem sido incapaz de acompanhar o crescimento da população na Amazônia e a expansão das frentes econômicas. Em primeiro lugar por causa dos fluxos migratórios que, em alguns municípios, fizeram com que a taxa demográfica alcançasse a média de 20% ao ano. A população de Tucuruí, no Pará, onde se construiu a maior hidrelétrica inteiramente nacional, com capacidade para 4 mil MW, a população passou de 6 mil para 30 mil em apenas uma década, face ao recrutamento de trabalhadores para a obra.

Outra causa é a extrema concentração dos efeitos dos benefícios decorrentes dos investimentos realizados, formando verdadeiros enclaves na região, que não espriam seus efeitos para a área em torno. Os empreendimentos de grande porte implantados no Pará, por exemplo - Tucuruí, Carajás, Albrás/Alunorte, Bauxita e Jari - se restringem a exportar matérias-primas<sup>26</sup>.

A desproporção entre os recursos disponíveis por pequeno número de projetos produtivos de grande porte e as administrações públicas dos locais onde se instalam adquire contornos mais graves exatamente no Estado do Pará, onde uma única empresa, a Companhia Vale do Rio Doce, arrecada o dobro do Estado, tendo, portanto, uma real capacidade de investimento.

---

26 Os dados referentes a esse item se encontram em: PINTO, Lúcio Flávio. O Pará dos Paraenses. Belém, 1994 Ed. do autor.

As carências sociais e de infraestrutura se tornaram agônicas em função da baixa capacidade de investimento do setor público. O quadro, com algumas variações, é o mesmo em quase toda a Amazônia brasileira.

Até a construção das estradas de integração da Amazônia ao território brasileiro, as terras da região tinham pouco valor. E o valor que tinham era em função do uso que possibilitavam e muito pouco em relação à troca, como mercadoria. Essa característica se explicava pelo extrativismo, uma forma de exploração econômica exercida através da coleta de produtos florestais e não propriamente pela transformação agrícola. A terra tinha, para seus detentores, mais um valor de prestígio ou como fonte para a obtenção de óleos, essências, frutos, raízes ou folhas, ou enquanto tradução do poder político de que desfrutavam. Por isso, a ocupação de áreas não se traduzia por domínio imobiliário.

As estradas modificaram essa situação. A partir do momento em que era possível ir da Amazônia para as outras partes do país e vice-versa, as terras amazônicas passaram a ser um bom negócio. Entre o final da década de 50 e a metade da década de 60, centenas de pessoas do centro-sul brasileiro compraram e revenderam suas terras cortadas pelas estradas Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, numa lucrativa transação imobiliária. Ninguém, nessa fase, estava interessado em tomar posse física da área, as transferências sendo apenas de papéis.

No entanto, a partir do momento em que o governo federal ofereceu colaboração financeira para projetos agropecuários, o que ocorreu em 1966, com a mudança da legislação dos incentivos fiscais, grandes empresas sucederam a especuladores individuais na aquisição de terras, que serviram de base para projetos agropecuários incentivados pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. As terras, adquiridas a preço baixo, eram incorporadas ao capital das empresas por um valor muito superior.

Em 1950 havia menos de 80 mil imóveis rurais na Amazônia, ocupando apenas 7% da superfície da região, e, mesmo

---

assim, menos de 2% dessa área ocupada era dedicada à agricultura, sendo os 98% restantes ainda mantidas como floresta intacta ou campos naturais. Apenas metade dos detentores de áreas eram realmente proprietários (ou ao menos assim se declaravam), sendo os restantes arrendatários, ocupantes ou administradores.

A Amazônia era considerada a área de muita terra e poucos homens, na qual, a partir de 1971, o governo iria transformar em fronteira para o assentamento de pelo menos 500 mil famílias de lavradores sem terras, especialmente do Nordeste, trazidos de suas regiões de origem para o novo Éden fundiário.

Mas, a tentativa de promover a colonização oficial dirigida, com a fixação de colonos às margens das rodovias federais (que, numa faixa de 200 quilômetros de largura, por toda a extensão dessas estradas-tronco, passaria inteiramente ao domínio da União, retirada da posse dos Estados-membros da Federação), durou apenas três anos.

Logo o governo substituiria a pequena unidade de produção pela grande empresa como parceira privilegiada do modelo de ocupação regional. Além de receber o incentivo da SUDAM, através da colaboração financeira, a grande propriedade rural, preferencialmente dedicada à pecuária de corte, seria incentivada através do crédito rural subsidiado e de todas as formas de facilidades dadas à regularização de seus domínios.

O resultado é a nova fronteira aberta à absorção dos excedentes demográficos rurais e da legião de milhares de famílias que trabalhavam a terra sem possuí-la (fala-se em 12 milhões em todo o país), tornou-se o que os estudiosos passaram a chamar de fronteira fechada.

O chamamento dos sem-terra para a Amazônia continuou a exercer o seu fascínio sobre as áreas mais velhas do país, mas a disponibilidade de terras vagas, apesar do chamado vazio demográfico e da baixa produção agropecuária, deixou de existir. A contrafacção dos fluxos migratórios intensos

com a concentração fundiária traduziu-se em crescentes conflitos pela posse da terra.

Por outro lado, os investimentos realizados entre 1970 e 1990 fizeram a Amazônia depender de um pequeno número de atividades produtivas expressivas, quase todas voltadas para a exportação, gerando pouco valor agregado e quase não internalizando seus efeitos, em típicos enclaves.

Mesmo com participação tão modesta nas contas nacionais, a Amazônia abriga algumas realidades isoladas de expressão.

Na Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, por exemplo, funciona o segundo pólo eletro-eletrônico do país. O Pará é o sétimo maior exportador brasileiro e o segundo minerador.

A vocação mineral é evidente, diante da abundância de minerais tradicionais, como o minério de ferro, o cobre e a bauxita, e dos assim chamados novos minerais, como o quartzo e o nióbio, assegurando a presença amazônica no mercado internacional (a Região, por exemplo, é responsável por 25% do estanho que circula no mundo). Mas a contribuição da renda da produção de origem mineral é diminuta em função da queda dos preços relativos dos produtos, gerando relações de troca desiguais para a Região produtora.

Os investimentos do Estado e da iniciativa privada modificaram o perfil da produção da Região, antes especializada no extrativismo vegetal e uma incipiente agricultura comercial, agora baseada nos produtos de origem mineral, mas sua dependência de formadores de preços situados fora de seus limites territoriais e sem possibilidades de sofrer controle por parte dos produtores é um fator de incertezas.

O perfil desse novo setor industrial pode ser aplicado, com as adaptações devidas, ao setor primário. Reduzido ao antigo extrativismo vegetal, da produção de látex à coleta de castanha, a Amazônia continuou tendo uma participação apenas marginal na agropecuária brasileira, exceto por alguns cultivos comerciais que conseguiram estabelecer competitividade, especialmente no

---



Pará e em Rondônia, não o suficiente, porém, para garantir a auto-suficiência regional.

O Pará conseguiu tornar-se o primeiro produtor brasileiro de dendê, o segundo de mandioca e maracujá e o terceiro de cacau e mamão, concentrando ainda 90% da produção de palmito (um dos raros produtos de exportação), além de manter-se como exportador de pimenta-do-reino com alguma importância no mercado internacional.

O próprio governo escolheu a forma mais fácil e, no caso, mais inadequada, para iniciar o amansamento da terra: a pecuária extensiva de corte. De 1967 a 1984, a agropecuária foi o setor privilegiado. No entanto, a partir da segunda metade da década de 80 o modelo pecuário de ocupação territorial entrou em colapso, desenvolvendo-se em seu lugar, ou em conflito com ele, a extração de madeira. A Amazônia tornou-se responsável por quase metade da madeira produzida no Brasil e é o terceiro item de exportação do Estado do Pará, por exemplo.

De qualquer maneira, o debate ao redor da questão do desmatamento fez com que políticas públicas federais e estaduais gerassem várias providências, inclusive medidas de controle e repressão a algumas das principais fontes de agressão à natureza na Amazônia (a fazenda de gado, a extração de madeira, a garimpagem de ouro, a transformação mineral e a agricultura migratória), que resultaram na paulatina redução dos índices de desmatamento, a partir de 1988.

### 3. A Amazônia Colombiana

A Amazônia colombiana ocupa uma superfície de 477.274 Km<sup>2</sup>, o que representa mais de um terço do território nacional.

Ao sul, limita-se com o Equador e Peru, ao oriente com Brasil e Venezuela. Envolve a totalidade dos Departamentos denominados de Amazonas, Putumayo, Caquetá, Guainía, Guaviare e Vaupés e, parcialmente, Cauca, Nariño e Meta, cobrindo

parte do Parque Nacional La Macarena, além de Vichada, entre os rios Vichada e Guaviare, ao norte.

Setenta por cento desta vasta região colombiana é coberta por florestas tropicais úmidas que (Leonor Herrera, 1989), apresentam temperatura média superior aos 22° e precipitação anual superior a 2.000 mm, com chuvas constantes ao longo do ano, e um curto período seco bem marcado. Caracteriza-se por solos pobres e um baixo nível de nutrientes nos rios. O clima permite conservar as 60.000 espécies arbóreas que podem atingir até 100 metros de altura. É o habitat de centenas de tipos distintos de mamíferos e mais de 1.500 espécies de aves e peixes.

Não se pode, no entanto, considerar a Amazônia colombiana como uma unidade ambiental. Ela é formada por diversas zonas ecológicas com diferentes potenciais de subsistência e, portanto, diferentes condições para o desenvolvimento cultural.

Com o objetivo de proteger esta inigualável reserva natural com seus habitantes, o governo colombiano, através do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, criado em 1997 e cujo propósito principal foi o de garantir a conservação da biodiversidade, demarcou 10 Parques Nacionais Naturais: Parque Nacional Natural Amacayacu; Parque Nacional Natural Cahuiñarí; Parque Nacional Natural Chiribiquete; Parque Nacional Natural La Paya; Parque Nacional Natural Tinigua; Parque Nacional Natural Río Puré; Reserva Nacional Natural Nukak; Reserva Nacional Natural Puinawai; Parque Nacional Natural Alto Fragua Indi-Wasi e Parque Nacional Natural Serranía de los Churumbelos Auka-Wasi.

Atualmente, vivem na Amazônia colombiana povos indígenas pertencentes a 52 grupos étnicos distintos, cada qual com uma língua diferente, das quais três são faladas por menos de 100 indígenas (Pisamira, Taiwano e Eduria e Makaguaje). Segundo a Consolidación Amazónica (COAMA) registra-se aproximadamente 96.261 habitantes indígenas nessa Região (os dados variam segundo a fonte) organizados em 162 Resguardos e divididos por

---

mais de 760 assentamentos indígenas. Os departamentos com maior população nativa são Vaupés, Guainía e Amazonas.

Segundo dados de 2005 do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), a totalidade da população amazônica colombiana atinge cerca de 892.392 habitantes. A maioria não é nativa e está representada por colonos provenientes de todo o território nacional, os quais ocuparam principalmente as cabeceiras municipais há vários séculos, tendo se deslocado, posteriormente, também, para áreas de floresta com o propósito de extrair minerais, madeira, quina e borracha.

Coexistem e se confrontam, portanto, dois estilos de vida diferentes que têm um impacto distinto na região. O indígena que, na maioria dos casos, mantém suas formas tradicionais de subsistência, baseadas na horticultura, pesca, caça e a coleta de produtos da floresta; e o colono ou camponês, dedicado a distintas atividades de extração e produção.

Note-se que em 1972 teve início, na Colômbia, o Projeto Radargramétrico. Trata-se de um dos maiores esforços realizados para identificar o potencial de riquezas amazônicas, nos aspectos geológico, florestal, edáfico, faunístico e sócioeconômico, culminado em 1979. Como resultado dessa iniciativa se conseguiu um importante aporte cartográfico da Região (PRORADAM).

Este projeto significou o antes e o depois no que se refere aos conhecimentos sobre a Amazônia colombiana. Depois do PRORADAM foram abertas as portas para um sem número de pesquisas na Região, encaminhando-se novas formas de entender a Amazônia.

Surtem programas promovidos por instituições criadas especialmente para a Amazônia, como é o caso da Corporación Colombiana para la Amazonía Araracuara, e muitas outras fundações privadas. Em 1987, foi iniciado, também, o Programa de Estímulo a la Investigación del Bosque Húmedo Tropical - TROPENBOS e, assim, com muitas outras iniciativas simila-

res, a pesquisa na Amazônia deixou de ser exclusivamente das entidades estatais do centro do país (Andrade, 1992).

Mesmo assim, o discurso político não mudou em sua essência, apesar dos esforços de entidades, como Colciencias, que, em 1985, organizaram o Primeiro Encontro Nacional de Pesquisadores da Amazônia. Assim, as políticas de impacto na Amazônia continuavam na direção contrária aos resultados obtidos pelos pesquisadores.

As diretrizes para uso potencial da Região não foram adotadas e, ao contrário, o governo estimulou, a partir de 1980, a criação de gado na Amazônia colombiana com o propósito de apoiar aos colonos da região (Andrade, 1992).

Ao final dessa década, os meios de comunicação massificaram a idéia de perigo ambiental iminente que enfrentava a Amazônia colombiana. As palavras *conservación* e *desarrollo sostenible* começaram a fazer parte do vocabulário das agendas políticas e passaram a direcionar as estratégias de valorização da Amazônia. Paralelamente, grupos ilegais dedicados aos cultivos ilícitos que haviam se enraizado na região, ameaçavam destruir a biodiversidade.

Nesse contexto aparecem diversas organizações voltadas a proteger a biodiversidade da Amazônia colombiana tendo como fio condutor o estilo de vida tanto das populações nativas como o dos colonos que lá habitavam, de forma a se criar uma simbiose entre qualidade de vida e cuidado com o meio ambiente.

A partir de 1977, o governo nacional começou a conferir caráter legal de proteção às reservas indígenas; o manejo da terra e dos recursos pouco a pouco foi sendo desenvolvido com base nos conhecimentos tradicionais dos grupos que habitavam essas zonas.

Segundo a Consolidación Amazónica (COAMA), atualmente se entende a área de Proteção Indígena (Resguardo Indígena) como “uma instituição legal e sóciopolítica de origem colonial e de caráter especial, formada por uma comunidade in-

---

dígena que, com um título de propriedade comunitária, possui seu território e se rege pelo manejo deste. No seu âmbito interno, o resguardo se rege por uma organização ajustada ao foro indígena, ou seja: com pautas e tradições culturais próprias”. O apoio do programa COAMA aos processos de governabilidade das áreas indígenas protegidas, tem sido de grande importância para os povos indígenas que vivem nelas.

Na maioria das áreas protegidas da Amazônia colombiana habitam pessoas pertencentes a vários grupos étnicos e linguísticos. A Área protegida Predio Putumayo, por exemplo, uma das maiores do Departamento do Amazonas, é ocupada por grupos Witoto, Mirañas, Boras, Andoques, Ocainas, entre muitos outros. Os diferentes grupos assentados numa área protegida se associam em diferentes organizações que exercem sua representação. Segundo dados da CORPOAMAZONIA, no Departamento do Amazonas funcionam a Organización Zonal Indígena de La Pedrera e Mirití-Amazonas (OZIPE-MA), a Asociación de Cabildos Indígenas del Mirití-Amazonas (ACIMA), a Confederación Indígena del Alto Amazonas (COIDAM), a Asociación de Cabildos Indígenas del Trapecio Amazónico (ACITAM), entre outras. O mesmo ocorre nos demais Departamentos da Amazônia colombiana, com amplitude de atuação local.

Na década de 1990 muitas dessas associações começaram a se aliar em organizações mais amplas que transcendiam ao local. A Fundación Gaia e a Fundación Etnollano apoiaram essas novas organizações na consolidação de suas administrações, na conservação de seus territórios e na melhoria da qualidade de vida dessas populações através de programas de desenvolvimento social e ambiental.

Em 1995 é criada a Organización de Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC), de caráter regional, que representa 14 organizações que fazem parte de 52 povos indígenas diferentes. Imediatamente a OPIAC trabalhou para fazer parte

de uma aliança mais ampla que é a Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA).

Paralelamente, no início dessa década, o governo colombiano distribuiu juridicamente o território nacional em 34 Corporaciones Autónomas Regionales (CAR) que foram estabelecidas “como entes corporativos de caráter público, integrados pelas entidades territoriais que, por suas características, constituem geograficamente um mesmo ecossistema ou conformam uma unidade geopolítica, bio-geográfica o hidro-geográfica. São dotadas de autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio e personalidade jurídica, encarregadas de administrar, dentro de sua área de jurisdição, o meio ambiente e de lutar pelo seu desenvolvimento sustentável, em conformidade com as disposições legais e as políticas do Ministério do Meio ambiente” (cf. CORPOAMAZONIA). Para a Região amazônica colombiana a jurisdição é compartilhada por cinco CAR, uma das quais corresponde à Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía (CORPOAMAZONIA), a qual ocupa, aproximadamente, 55% do território da Amazônia colombiana.

Vale à pena mencionar, também, a figura das Asociaciones de Autoridades Tradicionales Indígenas (AATIs), criada em 1993, como uma entidade encarregada de fomentar e coordenar projetos de educação, saúde e habitação, junto com as autoridades locais, regionais e departamentais da Amazônia colombiana. Note-se, como importante, o papel que desempenha a Mesa Permanente de Coordinación Interadministrativa, que foi criada em 2001 com o objetivo de trabalhar com o governo departamental na definição das políticas sobre os territórios das associações na região.

#### **4. A Amazônia Equatoriana**

A Amazônia equatoriana cobre as Províncias de Orellana, Pastaza, Napo, Sucumbíos, Morona Santiago e Zamora Chinchipe, em uma área de 132.000 Km<sup>2</sup>. É uma das quatro regiões naturais do país e representa a metade de sua superfície. Apre-

---

sentando uma temperatura que oscila entre 24° a 25°, é a região biogeográfica mais extensa do país e nela vivem 4,8% da população nacional.

A Amazônia equatoriana possui vastas extensões de floresta úmida tropical, que ocupa uma superfície de 73.909 Km<sup>2</sup>, equivalente a 30% do território nacional.

Os ecossistemas amazônicos são ricos e complexos, caracterizados por sua alta biodiversidade: identificaram-se 8.000 espécies de plantas medicinais e 1.500 espécies de peixes de água doce, com uma concentração de 70% das 25.000 espécies de plantas vasculares que existem no planeta.<sup>27</sup>

Equador é o terceiro país da Bacia amazônica com a maior quantidade de espécies anfíbias, o sexto em plantas com flores e o sexto em mamíferos.

Grande parte da floresta equatoriana está localizada em territórios de povos indígenas ou no interior do Sistema Nacional de Áreas Protegidas<sup>28</sup>.

A Amazônia equatoriana se caracteriza pela sua população diversa e seus altos níveis de conflitividade atribuídos a causas estruturais e a processos históricos que configuraram o complexo cenário atual da Região.

Um breve olhar sobre a história do país basta para constatar que desde a sua constituição como república independente, o Estado equatoriano se caracterizou por ser hegemônico e excludente. Historicamente desconheceu a existência de comunidades com culturas próprias e com formas e práticas ancestrais de uso e controle dos recursos naturais. As minorias étnicas nunca tiveram peso político, na medida em que o Estado jamais lhes deu importância econômica.

O Estado sub-valorizava as florestas, a biodiversidade e o uso que as comunidades indígenas faziam deles. Esta concepção

---

27 Ver em: [www.tropicalforqs.net/yasuni/litcit/htm](http://www.tropicalforqs.net/yasuni/litcit/htm)

28 Para informação sobre áreas naturais protegidas, ver: [www.ambiente.gov.ec/paginas\\_espanol/4ecuador/docs/areas/](http://www.ambiente.gov.ec/paginas_espanol/4ecuador/docs/areas/)

se refletiu claramente nos projetos implantados desde os anos sessenta, voltados para a colonização massiva de áreas de floresta, ou terras devolutas, com a finalidade de expandir a fronteira agrícola e impulsionar o desenvolvimento da Amazônia.

Seguindo a lógica de que somente a terra produtiva tinha valor, foi decretado, em 1973, a segunda Lei de Reforma Agrária e Colonização e a Lei de Terras Devolutas. Essas leis foram consolidando um fenômeno migratório ao interior do país: camponeses procurando obter a legalização de um pedaço de terra.

As políticas estatais foram concebidas com um enfoque desenvolvimentista: incorporar as zonas de intervenção ao desenvolvimento nacional por meio de medidas creditícias para impulsionar a produção agrícola e pecuária destinadas ao mercado.

Para isto foram construídas estradas que permitiram uma relação direta com os centros de comercialização e facilitaram o fluxo de produtos. Este tipo de política é evidente na Amazônia, região onde a presença do Estado, como provedor de serviços públicos e de garantia dos direitos dos cidadãos é quase imperceptível.

Os atores que legitimaram o Estado equatoriano na Amazônia, até a aplicação da Segunda Lei de Reforma Agrária e Colonização foram as Forças Armadas e as Missões católicas e evangélicas que atuaram como eixos dinamizadores do “desenvolvimento”.

Educação, saúde, construção de veredas e caminhos, campos de pouso, pontes, ficaram a cargo das Missões, ainda que fosse dever do Estado assumir essas responsabilidades. A situação era bastante conveniente aos dois atores: o Estado delegava às Missões responsabilidades que a ele competiam e evitava enfrentar a realidade; as Missões, por outro lado, legitimadas pelo Estado, tinham todo o poder para impor sua presença. Porém, a partir de 1973 este papel foi assumido pelas empresas petrolíferas.

Em diversas áreas amazônicas a colonização foi uma ação paralela à cristianização do final do século XIX e começo do sé-

---



culo XX. Em que pese a inexistência de vias de comunicação e ao enorme obstáculo natural que constituíam os rios para a mobilização e a comercialização de produtos, foram sendo conformados assentamentos de colonos em torno das instalações das Missões.

Dessa forma, os missionários foram fundamentais ao processo colonizador, ainda que seu trabalho estivesse direcionado à “catequese”. Na verdade, enfrentaram enormes dificuldades para desenvolver o papel que lhe havia sido delegado em função das características culturais dos indígenas, o que fortaleceu a idéia de que a conversão desses povos ao cristianismo facilitaria a assimilação dos parâmetros culturais pelos colonos<sup>29</sup>.

Um mecanismo utilizado pelos missionários para facilitar a relação com os indígenas foi a formação de povoados (constituídos por indígenas e colonos), que desde 1960 começaram a surgir junto às escolas, aos campos de pouso e demais equipamentos das Missões.

O frágil equilíbrio ecológico da Região não sofreu mudanças radicais ainda que as populações aborígenes tivessem mantido seus tradicionais processos produtivos de coleta de frutos silvestres, caça de animais, pesca e cultivo itinerante em pequenos roçados, que permitiam posterior recuperação natural da floresta.

No entanto, a abertura da economia equatoriana e sua inserção ao mercado internacional, desde meados da década de setenta, geraram processos de transformações culturais, provocando pressões sobre os recursos naturais.

Vale mencionar que os colonos transmitiram a seus filhos a idéia de que a natureza “selvagem e perigosa” deveria ser dominada, induzindo-os a adotar o padrão de produção que trouxeram para essa região, ou seja: o de reproduzir as formas de cultivo da região alto-andina de onde eram originários, em sua maioria.

---

29 Salazar, Ernesto (1989). “La Federación Shuar y la frontera de la colonización” en Amazonía ecuatoriana: la otra cara del Progreso. Quito, Abya-Yala.

---

Além do mais, esse padrão passou a ser institucionalizado, na medida em que as autoridades dos governos locais amazônicos descendiam de colonos que ainda mantinham essa visão.

Como resultado dessas políticas de Estado, mais de 50% da área amazônica equatoriana sofreu intervenção e, nos últimos anos, cerca de 25% de sua superfície total foi alterada<sup>30</sup>. Em 1985, ao redor de 82% da região (92.317 Km<sup>2</sup>) era coberta por florestas. A partir de então, a pressão exercida sobre esse recurso foi intensa e se calcula que anualmente deixem de existir 200.000 ha, o que resulta no desaparecimento de 40% da floresta amazônica do Equador<sup>31</sup>.

Ainda que o desmatamento figure entre os principais danos ambientais, vale ressaltar que ele obedece ao uso do recurso solo, onde está a origem do desordenado processo de colonização da Região, associado a atividades extrativas, sobretudo desde o boom petrolífero de meados da década de setenta.

Atualmente estão sendo fortalecidas as explorações mineiro-petrolíferas, que sem dúvida alguma agravarão a problemática ambiental da Amazônia, como já demonstrado com as atividades extrativas em grande escala, desenvolvidas em outras regiões do país.

O modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado criou uma realidade de pobreza cujos níveis, paradoxalmente, são mais críticos onde se encontram os recursos que estão sendo explorados. A pobreza e indigência na região evidenciam este paradoxo, inclusive com níveis muito mais altos do que aqueles encontrados na Serra e na Costa, superando a média nacional. Essa situação responde à lógica perversa de um enfoque que considera os recursos naturais como uma fonte inesgotável de exploração para obtenção de divisas.

---

30 Segundo dados do Sistema de Indicadores Económicos y Sociales del Ecuador (SIISE 4.0), na região amazônica equatoriana a sobreutilização de terras para uso agropecuário é de 59,4%.

31 CAAM (1995). Lineamientos para la Estrategia de Conservación y Uso de la Biodiversidad del Ecuador. Quito.

---

Essa característica de modelo de desenvolvimento insustentável aplicado no país, além da destruição ambiental, trouxe graves impactos em outros âmbitos:

*“Para los pueblos indígenas de la Amazonía ecuatoriana, las actividades petroleras han significado un cambio radical en su desenvolvimiento. Por más de 40 años, las comunidades indígenas y colonas de la Amazonía norte han sufrido un sin número de atropellos a sus derechos elementales en nombre del desarrollo y bienestar de toda la población. Dos pueblos enteros desaparecieron por la acción de la Tëxaco: los tetetes y los sansabuaris”<sup>32</sup>.*

Grande parte desses povos e nacionalidades ainda consegue seu sustento principalmente da agricultura, da caça, da pesca, da coleta de sementes e óleos e do artesanato familiar, mas em pequena escala, uma vez que os animais e plantas estão se tornando escassos devido à destruição de seu habitat natural. Sua economia e subsistência dependem da criação de pequenos animais, da extração da madeira para o auto-consumo e o mercado. A criação de gado ocorre em menor escala, principalmente pelas dificuldades de acesso ao mercado.

Para complementar e gerar recursos financeiros para as famílias, alguns homens trabalham como diaristas nos sítios dos colonos e em atividades que não requerem muita qualificação, nas empresas petroleiras.

A maior parte de seus territórios está fragmentada devido a vários fatores: os processos de colonização indígena e mestiça; a existência de áreas protegidas que os incluem; a abertura de estradas para uso das petroleiras; a presença de poços de petróleo em seus territórios, onde existe grande contaminação pelos frequentes vazamentos de petróleo e dos resíduos resultantes do processo de extração. Muitas concessões e mega-projetos petro-

---

32 Alberto Acosta (2009). “La maldición de la abundancia. Un riesgo para la democracia” en revista Tendencia No 9, Quito, marzo-abril.

leiros operam em áreas naturais protegidas e em territórios indígenas, cobrindo quase a totalidade das províncias amazônicas.

Registram-se, ainda, os conflitos gerados pelas fumigações realizadas pelo governo colombiano, como estratégia para combater os cultivos ilícitos de coca, e que têm afetado a saúde das populações indígenas e camponesas.

De 1994 a 2006, em termos políticos, pode-se dizer que o país demonstrou uma incessante falta de estabilidade. Três Presidentes da República foram derrubados em apenas oito anos. Registrou-se uma debilidade progressiva da organização social em nível nacional e em especial na Região amazônica, pela ingerência das grandes empresas petroleiras, agrícolas e madeireiras e pela influência de práticas clientelísticas dos partidos políticos, que quase desarticulou as organizações indígenas. Some-se a isso o apoio anteriormente dado ao Plan Colombia, que incrementou os níveis de violência e contaminação ambiental na fronteira norte.

O ano de 2006, no entanto, apresenta-se com um cenário de transformações na conjuntura sóciopolítica equatoriana:

- ♦ O processo eleitoral que ocorreu no país tomou bastante tempo e dedicação dos cidadãos, que concentraram suas atenções na campanha presidencial;
- ♦ A persistente atomização que vinha se arrastando no seio do movimento indígena desde o governo de Lúcio Gutiérrez, culminou com a estrepitosa derrota do candidato dos indígenas à Presidência da República;
- ♦ Uma série de mobilizações cidadãs solicitando transparência na política petroleira desembocaram na saída da petroleira norte-americana Occidental e a transferência de sua concessão para a Petroecuador – empresa Estatal - o que representou um novo e importante fluxo de divisas ao orçamento nacional, a ser investido em planos e projetos sociais.

Um dos fatos políticos mais importantes foi o triunfo eleitoral de Rafael Correa, em outubro de 2006. Este novo governo

---

criou expectativas alentadoras que mantiveram a Região Amazônica em relativa calma, até dezembro de 2007, quando a população da comunidade de Dayuma, Distrito de Orellana, na Província do mesmo nome, realizou um violento protesto pelo não cumprimento das promessas presidenciais de melhoramento da infraestrutura viária e de serviços básicos, bem como de uma distribuição mais equitativa dos recursos provenientes das petroleiras, fato que, segundo a população local, poderia contribuir para um processo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável na Amazônia.

Deve-se notar que houve sinais que alimentaram as expectativas da população mencionada. No próprio Plano de Governo se concebia do seguinte modo a exploração petroleira:

*“La tarea [...] no es simplemente ampliar la producción de petróleo, sino optimizar su extracción sin ocasionar más destrozos ambientales y sociales [...] Nuestro gobierno no será un socio de las empresas transnacionales en contra del pueblo ecuatoriano, como ha sucedido una y otra vez en la actividad petrolera. Hay que procurar obtener el mayor beneficio posible para el país en cada barril extraído, refinado, transportado y comercializado, antes que maximizar el volumen de extracción, pero hay que hacerlo respetando a la Naturaleza y a las comunidades [...]”*

Outro aspecto interessante e que se encontra no Plan Nacional de Desarrollo 2007-2010, formulado pela Secretaria Nacional de Planejamento e Desenvolvimento (SENPLADES – instituição criada no governo de Correa) é a retomada da importância do planejamento e da participação cidadã, ao estabelecer, entre os 12 objetivos definidos, o de “Promover un ambiente sano y sustentable, y garantizar el acceso al agua, aire y suelos seguros”<sup>33</sup>.

A iniciativa mais importante e sem precedentes no país é, sem dúvida, a proposta de não explorar petróleo das minas existentes

33 Plan Nacional de Desarrollo 2007-2010, SENPLADES, Quito.

no sub-solo da Reserva da Biosfera do Yasuní, onde fica localizado o campo Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT), além da proteção aos povos em isolamento voluntário (Tagaeri, Taromenane e Oñamenane). Trata-se de um discurso político inovador, reconhecido e aplaudido nacional e internacionalmente.

Outro marco histórico na política equatoriana recente foi o processo Constituinte, iniciado em 27 de novembro de 2007 e terminado em julho de 2008. Com caráter eminentemente participativo, recolheu as propostas construídas pelos atores sociais, desde a década de oitenta. Assim, a Constituição equatoriana, aprovada em setembro de 2008, incorpora conceitos totalmente inovadores como os direitos da natureza, o Buen Vivir ou sumak kausay, e o direito humano à água, propondo um modelo de desenvolvimento baseado numa relação diferente com a natureza.

No relativo à infraestrutura, ainda que o “gobierno de la revolución ciudadana” tenha impulsionado a construção da infraestrutura viária e de serviços básicos na região amazônica equatoriana, estes continuam sendo insuficientes e são mantidas as tradicionais dificuldades de transporte e comunicação que impactam nos custos de produção das atividades produtivas, o que afeta de maneira especial aos pequenos produtores, que continuam dependendo dos intermediários e dos sistemas de crédito informal, não conseguindo adotar uma dinâmica de produção planejada para melhorar suas condições de inserção no mercado.

Por outro lado, devem ser realizados acordos estratégicos multinacionais para o desenvolvimento da Bacia Amazônica, que apontam para as possibilidades de maior integração regional e de incremento do comércio de bens e serviços. Mas, ao mesmo tempo, algumas destas iniciativas, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da Região Sulamericana (IIRSA) – despertaram polêmica pelo enfoque desenvolvimentista e, em consequência, pelos efeitos que estas grandes obras de infraestrutura causarão em ecossistemas tão frágeis como os amazô-

---

nicos, além dos impactos sociais que terão naqueles segmentos populacionais que ficarão fora desta “integração”.

O processo de desmatamento, por sua parte, continua pela ação das madeiras e/ou seus intermediários e as atividades petroleira e agropecuária têm sido incrementadas. Enquanto isso, as competências no âmbito florestal são reclamadas pelo Ministério da Agricultura, que está incentivando a implantação de atividades voltadas para a produção de bio-combustíveis, o que seguramente ampliará a fronteira agrícola competindo com iniciativas de manejo sustentável da floresta amazônica e demais recursos naturais.

Por fim, vale mencionar que o novo triunfo de Rafael Correa nas eleições de 26 de abril de 2009 traz dúvidas sobre a política ambiental e o modelo de desenvolvimento que balizará seu governo, sobretudo levando-se em consideração que, pela crise global, o discurso oficial apresenta, como única forma de superá-la, a extração de mais recursos naturais e a mineração em grande escala, como alternativas para o desenvolvimento do país. A Lei de Mineração, recentemente aprovada praticamente sem discussões, iniciou uma onda de protestos no país.

Em síntese, com a economia extrativista baseada na exportação de produtos como o petróleo, o camarão, as flores e a banana, Equador enfrentou, na década de oitenta, a queda dos preços do petróleo e de outras matérias-primas e se submeteu às políticas neoliberais de ajuste estrutural, mantendo o petróleo como principal fonte de divisas de sua economia. A partir de dolarização no Equador (2000), os altos preços do petróleo e as remessas efetuadas pelos emigrantes permitiram que o país experimentasse relativa estabilidade econômica. O extrativismo se manteve como o modelo de desenvolvimento, sem que houvesse interesse na busca de alternativas para essa situação.

A Amazônia apresenta um cenário complexo e vulnerável onde, particularmente os produtores (especialmente os que se apresentam reunidos em comunidades), os pequenos empresá-

rios e as iniciativas das ONGs que trabalham com produtos da região, enfrentam severas dificuldades para desenvolver processos produtivos capazes de garantir sua viabilidade comercial, ou seja, dificuldades para desenvolver formas sustentáveis de produção.

Essas condições têm a ver com as limitações de infraestrutura e de meios de comunicação, transporte e informação; com as debilidades institucionais locais; com o desconhecimento amplo e generalizado no país das possibilidades e vantagens apresentadas pelos produtos originários da Amazônia.

### **5. A Amazônia Venezuelana**

A definição dos limites geográficos da Amazônia venezuelana passou por inúmeros debates. Segundo um documento editado por Eva H.D. e Otto Huber<sup>34</sup>, na Venezuela “poderiam ser feitas três definições da Região amazônica: a parte do país que verte suas águas na bacia do Amazonas (180.145 Km<sup>2</sup>) ou toda a Região da Guiana Venezuelana (453.950 Km<sup>2</sup>)”. A chamada Orinoquia que corresponde a toda a Região que fica ao sul do rio Orenoco. Esta última é a que tem sido mais amplamente aceita e que é definida como tal nos tratados internacionais (Tratado de Cooperação Amazônica, por exemplo).

Para efeito da presente reflexão e unicamente devido a que a experiência de CEPAI Amazonas se circunscreve ao Estado do Amazonas, será feita referência ao espaço geográfico delimitado por esse Estado, expandindo-o a algumas comunidades localizadas no Município Cadeño do Estado de Bolívar, devido às experiências que CEPAI tem acompanhado.

O Estado do Amazonas foi Território Federal até a década de noventa e tinha uma autoridade única nomeada pelo governo nacional, sofrendo grande influência das Missões católicas nos

---

34 Una Propuesta Para la Definición de los Límites Geográficos de la Amazonía, Síntesis de los resultados de un taller de consulta de expertos organizado por la Comisión Europea en colaboración con la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica CCI-Ispira, 7-8 de Junio del 2005

---



destinos da Região. Em 1992, passou a ser o vigésimo segundo Estado da Venezuela.

Apesar de ser o segundo Estado da Venezuela em extensão, abriga somente 0,3% da população nacional, estimada em 153.580<sup>35</sup> habitantes para 2010. Tem a menor densidade populacional do país (0,80 hab./km<sup>2</sup>) e abriga 19 povos indígenas (dos 44 do país) que, de acordo com o Censo Indígena realizado em 2001<sup>36</sup>, era de 38.252 pessoas no Amazonas (sem incluir as pessoas que se manifestaram como indígenas durante o Censo Geral de 2001 e considerando-se que algumas vivem em lugares de difícil acesso, que não foram recenseadas). Este número representava 54,29% da população do Estado. A população do Amazonas estava localizada, em sua maioria, na área rural (56,6%) e por sua vez, os 92,5% da população não indígena se encontravam (2001) na área urbana. Há relatórios informando que os movimentos migratórios avançaram, desde 2001, sobre as capitais de municípios. Na atualidade, cerca de 65% da população vivem na capital do Estado, Puerto Ayacucho<sup>37</sup>.

São poucas as vias de acesso terrestre. A estrada asfaltada chega até Puerto Ayacucho e dali até o Puerto Samariapo. A partir deste ponto o transporte é fluvial. Existem poucas vias ou estradas de terra, sem manutenção, não estando disponíveis para qualquer trânsito. Há um aeroporto nacional na capital e pistas de pouso para pequenos aviões em alguns povoados do interior do Estado, mas a via aérea é pouco acessível devido a seus custos e escassez.

Dessa forma, os rios são a principal via de transporte, ainda que se torne difícil em algumas áreas devido à existência de cachoeiras e pela diminuição do seu caudal durante a época da seca. Existem algumas linhas comerciais de transporte fluvial oriundas da capital do Município, mas estas não cobrem nem

---

35 INE, Censo general de Población y Vivienda 2001

36 INE, Censo Indígena 2001

37 FUNDACITE AMAZONAS, Plan 2007-2012

---

50% da demanda. A maioria dos povoados e das comunidades do interior do Estado do Amazonas utiliza suas próprias embarcações e motores de rabeta, assumindo as despesas para permissão de navegação e compra de combustível.

A maior parte do território carece de linhas de energia elétrica para atendimento das comunidades. Dessa forma, grande número delas utiliza grupos geradores para iluminação e funcionamento de eletrodomésticos. A energia solar é uma alternativa. Algumas comunidades utilizam os painéis fotovoltaicos para baixo consumo, como lâmpadas e rádio-transmissores.

A economia na Amazônia venezuelana gira em torno da agricultura de subsistência (parcelas familiares com diversidade de cultivos voltados para alimentação); da agricultura semi-comercial, como por exemplo, o cultivo da mandioca amarga para preparação do *casabe* e *mañoco*, voltados para satisfazer as necessidades familiares e o excedente para a comercialização; da produção de mel; da farinha de banana; do amendoim moído; da agricultura e da produção pecuária comercial (como a plantação de cacau em até dois ha, em unidades familiares); do cultivo de milho de forma tradicional; do criatório de búfalos em campos naturais e de gado bovino; do cultivo de borracha (*Hevea brasiliensis*); da produção de óleo de pataúá (*Oenocarpus bataua*); da troca ou escambo (de frutos, caça, pesca), assim como de atividades extrativistas de fibras naturais (como o *chiqui-chiqui* - Leopoldina piassaba), de óleos (como o de copaíba) e outros. Existe, ainda, uma atividade artesanal de produção de cestaria, de cerâmica e madeiras, estas comercializadas irregularmente.

A extração de madeira e de minerais está proibida no território da Amazônia venezuelana; no entanto, conhecem-se minas de extração de ouro que operam irregularmente.

Por outro lado, a atividade comercial na capital do Estado do Amazonas, vem aumentando lentamente atraindo comerciantes árabes, chineses e colombianos. Mesmo assim, a propor-

---

ção da população que depende da administração pública, (ministérios, institutos, prefeituras, governadorias, militares, etc.) é considerável.

O Censo indígena (2001) registra que, das 31.179 pessoas com cinco anos ou mais, 42% (13.107) não haviam estudado e somente 19,2% (5.989) concluíram a educação básica (até o 6º grau). Na área rural, a maioria das escolas só ministra até o 3º grau da educação básica: daí porque as famílias devem se organizar para conseguir que os filhos avancem até outros níveis formais da educação média, na capital do Município (Puerto Ayacucho), onde existem escolas técnicas e núcleos universitários. Já as Missões educativas governamentais, atualmente, (“Yo Si Puedo”, “Ribas” e “Sucre”) funcionam nos principais centros.

A educação intercultural bilingue foi um programa promovido há mais ou menos 15 anos e vêm sendo realizadas inúmeras oficinas para a formação de jovens bacharéis indígenas para que assumam a tarefa de professores em suas próprias comunidades. As novas políticas educativas nacionais promoveram, além disso, a incorporação dos elementos locais para elaborar conteúdos adequados a cada realidade. Mas, na verdade isso não tem sido fácil, dada a resistência a mudanças por parte de muitos docentes.

Apesar de mais da metade da população do Estado do Amazonas ser formada por indígenas, estes não se faziam representar nas instâncias regionais e nacionais do legislativo (Câmaras de Deputados e Senadores). Somente em 1990, durante a eleição da Assembléia Constituinte, é que começou essa representação nos órgãos do poder nacional. Esse processo de incorporação levou, em 2001, à discussão do projeto de Lei dos Povos e Comunidades Indígenas, que foi sancionada em 2005, como lei orgânica. Em seu primeiro artigo diz:

*“El Estado venezolano reconoce y protege la existencia de los pueblos indígenas como pueblos originarios, garantizándole los derechos consagrados en la Constitución de la República Bolivariana de Vene-*

*zuela, los tratados, pactos y convenios internacionales y otras normas legales, para asegurar su participación activa en la vida de la nación venezolana, la preservación de sus culturas, el ejercicio de la libre determinación de sus asuntos internos y las condiciones que los hacen posible.*<sup>38</sup>

Atualmente, a população indígena do Estado do Amazonas tem Deputados na Assembléia Legislativa, eleitos pelas bases e que representam os povos e comunidades indígenas no Conselho Legislativo Estadual e no Ministério do Poder Popular. É, portanto, uma participação importante dos povos originários no processo nacional de transformação do marco político, um processo democrático que rompe com o representativo para aprofundar-se na democracia participativa e protagônica. São dez anos de profundas mudanças, onde se transita pela inclusão de todos os atores.

São mantidas as instâncias tradicionais dos poderes nacionais (representadas pelo governo nacional), regionais (representadas pelos governos estaduais), municipais (representadas pelas prefeituras) e freguesias (representadas pelas juntas das freguesias).

Além disso, foram criados espaços próprios nas comunidades de todo o país, que são pequenos governos denominados Conselhos Comunais, aos quais são transferidos recursos do governo nacional, de maneira direta, para financiar projetos formulados, executados, supervisionados e avaliados por essas mesmas comunidades<sup>39</sup>. Esta é uma experiência inédita de organização, que permitiu o acesso aos recursos econômicos manejados pelo governo nacional, condicionado à apresentação de projetos e praticamente eliminando toda a estrutura burocrática das diferentes instâncias tradicionais.

Parte do processo de educação cidadã que promove o governo nacional se faz por meio dos Conselhos Comunais. A destina-

38 ASAMBLEA NACIONAL, 2004 Ley Orgánica de Pueblos y Comunidades Indígenas

39 ASAMBLEA NACIONAL, 2006. Ley de los Consejos Comunales.

ção orçamentária para isso depende da apresentação de resultados transparentes e eficientes assim como pela aprovação das assembleias e membros da comunidade. Isto é um importante esforço por construir a responsabilidade e as boas práticas coletivas. É uma instância de ação política positiva, já que se contrapõe a alguns valores negativos que foram absorvidos por parte da juventude indígena, e reforça mecanismos como a consulta, a participação e a responsabilidade da comunidade inteira, bem como a co-responsabilidade na construção de uma sociedade melhor.

Isso requer, portanto, um acompanhamento significativo, primordialmente para direcionar procedimentos, muitos deles relativos à cultura ocidental (como o uso e controle de recursos monetários e relações com instituições). A burocracia é um dos maiores obstáculos, o que vem sendo superado com esse mecanismo.

Com o aprofundamento da democracia foi promulgada a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (como parte da transformação agrária prevista no projeto nacional Simón Bolívar)<sup>40</sup>. Com ele, foi procedida à revisão e redimensionamento de todos os latifúndios no país e a distribuição mais equitativa da terra, predominando o caráter social da mesma e gerando, portanto, as Empresas de Propriedade Social para a produção agropecuária.

Paralelamente a isto, está ocorrendo um processo de demarcação de terras para as comunidades indígenas<sup>41</sup>, que consiste na elaboração de mapas das terras dos povos originais com a participação deles próprios<sup>42</sup>. Isto permitirá, em pouco tempo, saldar uma dívida histórica com esses povos, reconhecendo a propriedade coletiva de suas terras.

---

40 República Bolivariana de Venezuela, Presidencia. Septiembre 2006. Proyecto Nacional Simón Bolívar

41 Asamblea Nacional, Enero 2001. Ley de Demarcación y Garantía del Hábitat y Tierras de los Pueblos Indígenas.

42 Seu Artigo 1º diz: "Esta Ley tiene por objeto, regular la formulación, coordinación y ejecución de las políticas y planes relativos a la demarcación del hábitat y tierras de los pueblos y comunidades indígenas a los fines de garantizar el derecho a las propiedades colectivas de sus tierras consagrados en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela."

---

É necessário, portanto, numa grande clareza e vontade política em nível nacional e estadual para orientar o desenvolvimento nos próximos anos. Os planos nacionais de desenvolvimento social e econômico incluem, acertadamente, a necessidade de incorporar as populações aborígenes com seu conhecimento ancestral à conservação do meio ambiente, bem como incluí-las no exercício de todos os direitos fundamentais dos venezuelanos. Aplicar estes princípios é o desafio da sociedade de hoje, mesmo que já existam diversos mecanismos de participação no país, e uma legislação favorável para que o Estado do Amazonas venha a ter um meio ambiente preservado e seus habitantes com melhores condições de vida.

O Amazonas é o segundo Estado em número de habitantes indígenas. A população não indígena nesse estado é chamada de *criolla* incluindo imigrantes de outros Estados do país e de outros países (Colombianos, Árabes, Chineses e Brasileiros). A população indígena está localizada, em sua grande maioria nos municípios do interior do país e a população *criolla* na capital do Estado e capitais de municípios. As novas famílias constituídas da mistura do *criollo* e do indígena são minoritárias embora se possam encontrar comunidades Piaroa, fundadas por um casal de brasileiros com Piaroa, ou comunidades Jivi com pai colombiano e mãe Jivi. Entre etnias há preferência de união entre Piaroas e Yabaranas, por exemplo. Pode-se estimar serem poucas as gerações mestiças e, em geral, os filhos e netos voltam a aparentar-se com gente de sua mesma etnia.

Existem 19 etnias no Estado do Amazonas, sendo as mais numerosas as dos Piaroa, Guajibó ou Jivi, Yanomami, Ye'kuana e Kurripacos<sup>43</sup>. Cada uma delas conserva seu idioma. A quantidade de bilíngües que falam casteliano ainda é baixa, mas existe uma grande penetração da cultura em outras dimensões, já que desde princípios do século passado ocorreu a entrada de Missões católicas e evangélicas no território e estas fizeram um trabalho

---

43 INE, 2001. Censo de Comunidades Indígenas

bastante sistemático em lugares afastados existindo, atualmente, bíblias traduzidas nos principais idiomas da Região (Ye'kuana, Yanomamö, Piaroa, Jivi),

Muitos convivem com duas visões de mundo: sua própria visão, que fica mais escondida, menos difundida e praticada com temor, e a introduzida, que é mais visível. Na verdade, cada povo indígena resistiu de formas distintas à imposição de culturas. Alguns com cautela e outros com evidente orgulho, de tal forma que, as práticas ancestrais como a iniciação de jovens, o canto para a boa colheita, e outros, são dignamente mantidos em algumas comunidades.

Vale registrar, no entanto, que tecnologia da comunicação tem influenciado de forma agressiva na penetração cultural, de tal forma que numerosas comunidades indígenas, que habitam em casas de bahareque (adobe), pisos de terra batida, cobertas de palha, possuem seu televisor, DVD e uma antena para televisão por satélite. O padrão consumista vai adquirindo importância, sobretudo para os jovens. Assim é que o consumo de álcool e, em consequência a violência, são problemas relevantes nas capitais dos municípios.

Importante é mencionar, também, que a realidade deste território é moldada pela sua condição de fronteira, especialmente com Brasil e Colômbia. Vale a pena ressaltar a presença de militares venezuelanos na vigilância de fronteira, os para-militares colombianos e as guerrilhas, gerando uma problemática bastante complexa. Registre-se que as populações localizadas próximo ao rio Orenoco são as mais afetadas devido ao contrabando de produtos como a gasolina, ao estabelecimento de centros de mineração ilegal - que utilizam o suborno como prática cotidiana-, ao mau trato às populações indígenas e, em geral, à proliferação de valores negativos, como a obtenção de dinheiro fácil e rápido, independente dos métodos adotados para consegui-lo.

Do ponto de vista material, acredita-se que a pobreza no Estado do Amazonas esteja mais relacionada com a carência

---

de saúde e educação formal do que com a alimentação e bens de consumo, em geral, uma vez que é uma região extensa, com pequena densidade populacional (0,8 hab./km<sup>2</sup>), com recursos animais e vegetais que podem suprir as necessidades de consumo das populações locais. No entanto, apesar de ser uma das maiores bacias hidrográficas da Venezuela, a disponibilidade de água potável tratada é pequena. Assim, o consumo de água contaminada e sem tratamento é responsável por grande parte das diarreias e mortes de crianças, tanto do interior como das capitais dos municípios.

No Estado do Amazonas, a esperança de vida registrada pelo INE em 2007 foi de 66,53 anos, que junto com o Estado de Delta Amacuro, é a mais baixa da Venezuela. Da mesma forma e nesse mesmo ano, a situação nutricional de crianças menores de dois anos estava entre 31 e 45%<sup>44</sup>. O INE também informa que em 2007 haviam 126 médicos no Estado e 1.128,6 habitantes por médico e que, de cada 100 enfermos, 28,6 se relacionavam a doenças de fácil prevenção, como doenças infecciosas e parasitárias, desnutrição, pneumonia, etc. Freire N. e Tillet A. comentam estar havendo um processo de “fortalecimento das ações dirigidas à melhoria da saúde indígena fundamentalmente com a adequação intercultural da Missão governamental Barrio Adentro que conseguiu “aumentar exponencialmente a cobertura dos serviços de promoção da saúde, em particular a assistencial”. Explicam que “algumas enfermidades têm uma ocorrência quase que exclusivamente indígena ou se manifestam e apresentam maior impacto em seus territórios, tais como a malária, a cólera e a tuberculose”<sup>45</sup>.

Em 2001 havia 99 estabelecimentos de saúde pública no Estado referido, dos quais um (1) era hospital (na capital) e 98

---

44 Unidad de Nutrición del Estado Amazonas. SISVAN. Procesado por el Instituto Nacional de Estadística, INE. Gerencia Estatal de Estadística Amazonas. Situación nutricional de niños menores de 15 años por combinación de indicadores, según grupos de edad y distrito sanitario, 2007.

45 Germán Nicolás Freire, Aimé Tillet, 2007. Salud indígena en Venezuela.

---



eram ambulatorios (saúde primária)<sup>46</sup>. Destes, 91 estavam em áreas rurais e 7 em regiões urbanas. Em 2007 essa situação melhorou, registrando-se 125 centros de saúde, dada a incorporação de 12 ambulatorios populares tipos I, II y III da Missão Barrio Adentro, além de um Centro de Diagnóstico Integral e 6 salas de reabilitação integral. Existem outros oito (8) estabelecimentos de saúde que não dependem diretamente do Ministério da Saúde.<sup>47</sup>

Dado importante a registrar são as Missões governamentais. No Estado do Amazonas, as Missões Sociais que tiveram mais influência sobre a qualidade de vida de seus habitantes foram a Missão Alimentación e a Missão Revolución.<sup>48</sup>

Dentre as obras que trouxeram melhorias à população pode-se citar a construção de uma rede de esgotos, da estação de tratamento de águas residuais (para 300 famílias), da construção de um aqueduto de 5 km (para cerca de 1.200 pessoas). Além disso, outras obras estão em execução e são de grande importância, como o projeto de engenharia para construção dos portos fluviais em Puerto Nuevo, San Carlos de Río Negro e San Fernando de Atabapo (Etapa I), Sistema de transporte fluvial para os indígenas do Amazonas e outros.

No que se refere à Educação, o principal problema é a falta de conhecimento, por parte das populações indígenas, do idioma envolvente que é o espanhol, levando alguns indivíduos a buscar uma educação formal em centros urbanos, que normalmente ficam distantes de suas terras. O desenraizamento e a desvinculação da realidade familiar e cultural são elementos de perturbação e ameaça para a subsistência do incalculável conhecimento ancestral dos povos amazônicos. A sugestão seria pensar na implantação de centros educativos pequenos, porém completos e que se adequassem à realidade dessas comunidades.

46 INE, Censo 2001. Establecimientos de salud por municipio, según dependencia y tipo, 2001

47 Fuente: Ministerio del Poder Popular para la Salud, MPPS. Procesado por Instituto Nacional de Estadística, INE. Gerencia Estatal de Estadística Amazonas.

48 Consultar para maiores detalhes: <http://www.venezueladeverdad.gob.ve>

Mesmo sendo uma das áreas mais conservadas da Venezuela, há o perigo iminente de que as populações indígenas e rurais passem a imitar o modelo de desenvolvimento adotado pela cultura ocidental urbana que é altamente consumista, desrespeitosa com o meio ambiente, contribuindo, portanto, para a degradação dos ecossistemas amazônicos.

Neste sentido, vale citar alguns fatos que influenciam a situação ambiental: sabe-se que são muitos os dejetos lançados por comunidades indígenas nas águas dos rios, (vísceras, restos dos animais caçados, folhas de palmeira etc.) mas esses dejetos são biodegradáveis. Outras pessoas, principalmente aquelas que navegam nos rios em pequenas embarcações, também jogam materiais (recipientes plásticos do óleo que colocam no tanque de combustível do motor de rabeta), que não são biodegradáveis e que, portanto, contaminam a água. Além do mais, esses recipientes podem ser ingeridos por animais ocasionando a morte deles (isso tem ocorrido com os búfalos nas zonas de pastos naturais). A verdade é que, elementos novos vão se incorporando à forma de vida das populações.

Cabe mencionar, também, que as capitais municipais e do Estado representam claramente um modelo de crescimento que, até a presente data, tem sido anárquico, sem planejamento dos serviços, dos espaços de recreação, disposição e tratamento dos dejetos, etc. Há pouca atividade industrial que possa causar algum efeito importante de contaminação.

A capital do Estado, Puerto Ayacucho, dado o modelo de crescimento adotado, vem sofrendo um processo de *savanização* ao seu redor, de forma que os bosques periféricos da cidade estão se convertendo em pastos artificiais como produto da atividade depredadora de alguns que iniciam seus empreendimentos transformando a floresta em unidades de produção agrícola.

Na zona rural, o processo de corte e queima tem sido bastante discutido por estudiosos ambientalistas. No caso venezuelano referido processo, utilizado para formação de pequenas uni-

---

dades de produção agrícola, os *conucos*, não parece estar gerando problemas para a regeneração da floresta, acredita-se que pelo fato dos indígenas utilizarem a rotação de cultivos, com descanso das áreas utilizadas, ou *pousio*.

A exploração madeireira não é citada, até o momento, como problema no Estado do Amazonas, enquanto que a mineração ilegal do ouro desenvolvida nos municípios Alto Orinoco, Manapiare y Río Negro, tem resultado em sérios problemas de deterioração do meio ambiente com a contaminação dos rios pelo mercúrio. A FUNDACITE Amazonas se refere a estudos que registram terem sido detectados, na carne de pescado proveniente do rio Ventuari, níveis de mercúrio cinco vezes acima do nível mínimo estabelecido para consumo humano (OMS)<sup>49</sup>.

Apesar de todos esses problemas, a Região amazônica venezuelana é a melhor conservada. Ao longo de décadas, foram criados em seu território: quatro parques nacionais, uma reserva florestal, uma reserva de biosfera, uma zona protetora da bacia hidrográfica e numerosos monumentos naturais, o que implica que 52% do Estado do Amazonas se encontram em regime de administração especial a cargo da autoridade ambiental nacional.

---

49 idem

### PARTE III

## ATORES, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DO CONSÓRCIO REGIONAL BOLSA AMAZÔNIA<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Nesta Parte e seus Capítulos, os Autores mantêm as informações contidas nos Relatórios Nacionais de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela, inclusive em relação às opiniões quanto aos processos e atividades realizadas em cada país, pelas respectivas Coordenadorias Nacionais do Consórcio Bolsa Amazônia

---

## 9 A experiência boliviana

### 1. Atores

Em setembro de 2002, o Instituto para el Hombre, Agricultura y Ecología – IPHAE - assume a Secretaria Executiva do Consórcio Regional Bolsa Amazônia para a Bolívia ou, simplesmente, a Bolsa Bolívia, estabelecendo-se na cidade amazônica de Riberalta – Departamento de Beni.

IPHAE é uma ONG local, que desde sua criação, procurou trabalhar na área produtiva, de forma integral, além de atuar em outros temas de forma transversal (saúde, educação, componente organizativo). Desenvolve, também, outros projetos para comunidades camponesas e indígenas, sindicatos, diferentes organizações de base como associações de carpinteiros, pescadores, ou coletores de cupuaçu, bem como para grupos de mulheres organizadas da sociedade civil urbana, governos locais e pequenas empresas. É uma organização especializada na prestação de serviços de alta qualidade em desenvolvimento tecnológico, capacitação e assistência técnica na conservação, manejo e aproveitamento de recursos e ecossistemas florestais, agroflorestais e no fortalecimento organizacional.

---

O trabalho desenvolvido por essa instituição se direciona à construção de capacidades nas comunidades camponesas, indígenas e pequenas empresas comprometidas com processos econômicos compatíveis com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com o apoio de organismos nacionais e internacionais e dos governos locais

O Consórcio Regional Bolsa Amazônia, coordenado por IPHAE, na Bolívia, centrou suas ações, na estruturação e consolidação de quatro cadeias produtivas: cupuaçu, cacau, castanha e mel de abelha, com o apoio financeiro de OXFAM-NOVIB e contrapartes de Hivos e FIA. Apoiou também a cadeia de azeites, manteigas vegetais, outras polpas e a pesca sustentável.

Essas atividades foram desenvolvidas através de um processo de cooperação com parceiros da Bolsa tais como: pequenas empresas, cooperativas e associações. Dentre elas vale destacar: Madre Tierra Amazonia Ltda., com subprodutos do cupuaçu; SUMAR Ltda., com subprodutos do cacau; Kamer Ltda., com subprodutos da castanha.

Os trabalhos da Bolsa beneficiaram comunidades distribuídas por 20 municípios dos departamentos amazônicos de Beni, Pando, Santa Cruz e La Paz. A maior parte dessas comunidades está localizada em Beni e Pando.

Ao lado da Bolsa Amazônia, outras instituições têm apoiado organizações da Amazônia boliviana, com atividades desenvolvidas em parceria, já que o desenvolvimento sustentável das populações locais requer um trabalho conjunto de organizações de apoio. As organizações mencionadas são: PNBS - Programa Nacional de Biocomercio Sostenible, Fundación PUMA, Banco de Desarrollo Productivo, Fundación para el Desarrollo de Tecnologías Agropecuarias y Forestales – Trópico Húmedo.

Dentre a rede de aliados da Bolsa Bolívia estão instituições que pertencem tanto à área comercial como à financeira, tanto do setor público como do privado. Esses parceiros são: AOPEB - Asociación de Organizaciones de Productores Ecológicos de

---

Bolivia, AGRECOL Andes - Agricultura Ecológica, RENACE - La Fundación Red Nacional de Acción Ecológica, além de Prefeituras e Governos locais.

O Norte-Amazônico boliviano constitui-se na Região mais rica em produtos florestais não madeireiros (PFNM) do país. Estima-se que existam 17 milhões de árvores produtoras de castanha sendo que, somente o Departamento de Pando concentra 12,7 milhões dessa espécie.

Além da castanha e da madeira, a contribuição dos PFNM é menos visível, porém contribuem significativamente para a economia local, além de gerar ocupação e renda para diversos grupos sociais que dependem da floresta. A população rural extrai da floresta praticamente todos os artigos para sua subsistência: medicamentos, materiais de construção e alimentos provenientes da floresta e da agricultura em pequena escala, cujos excedentes são comercializados localmente.

Além do mais, na planície amazônica, encontram-se espécies florestais com potencialidades para aproveitamento na indústria cosmética, farmacêutica e alimentícia, cujo centro comercial é a cidade de Riberalta, seguida pelas cidades de Cobija, Trinidad, Guayaramerín y Rurrenabaque.

A seguir serão tratadas de algumas experiências bolivianas assistidas pelo Consórcio.

## **2. Experiências produtivas de base comunitária**

### **2.1 Implementação de Módulos Agroflorestais e Empoderamento de Novos Atores**

O desenvolvimento dessa atividade visa gerar excedentes, ao mesmo tempo em que se introduz a tradição de exploração dos recursos mais sustentáveis e amigáveis ao meio ambiente. Quando se estabelecem sistemas agroflorestais em área de *pousio*, com a introdução de espécies como o cupuaçu, está se estimulando a regeneração da cobertura vegetal que reduz as condições de degradação da área trabalhada.

---

O aproveitamento dos produtos florestais não madeireiros valoriza a floresta para a população que vive nesse ambiente. Os sistemas agroflorestais desempenham um papel importante na auto-sustentação de famílias de camponeses e indígenas, bem como na comercialização de produtos diversificados, a partir de iniciativas ligadas à industrialização de espécies como o cupuaçu e o cacau.

## **2.2 Arranjos Produtivos Locais:**

### **A - Cupuaçu, um Produto-Estrela da Amazônia**

O Brasil é o maior produtor mundial de cupuaçu seguido da Bolívia. O preço desse produto no mercado local de Riberalta varia entre US\$ 2,5 e US\$ 3,5 por kg de polpa, enquanto em São Paulo, Brasil, a polpa congelada alcança 9 a 11 dólares por kg fora da época de colheita.

A diferença do cupuaçu para alguns outros produtos amazônicos, como a castanha e o cacau, é que ele se mantém no sistema agroflorestal, em escala familiar, não sendo introduzido no esquema industrial. Apesar de não incorporar a agregação de valor tecnológico como principal elemento, o cupuaçu se caracteriza como um produto proveniente da biodiversidade amazônica, introduzido em áreas recuperadas e oriundo de modelos associativos.

O manejo pode ser realizado em parcelas agroflorestais, onde o ciclo de aproveitamento da área começa com os cultivos anuais de arroz, mandioca e milho, principalmente, vindo em seguida a banana e cultivos perenes como a pupunha, o cupuaçu e outras árvores frutíferas. Finalmente, vem a castanha e essências florestais. Os sistemas agroflorestais são amigáveis com o meio ambiente e permitem a diversificação produtiva, que evita a vulnerabilidade da economia dos camponeses quando estes dependem de um só produto.

A Província Vaca Diez do Departamento de Beni, tendo a cidade de Riberalta como núcleo, apresenta grande potencial para a atividade agrossilvicultural, diferindo do Departamento

---



de Pando, onde a riqueza natural permite um aproveitamento quase totalmente silvestre, pela grande quantidade de castanheiras e outras essências florestais, além dos pescados.

A competitividade do cupuaçu não se restringe à polpa, mas, também, à semente para preparar o Cupulate (chocolate de semente de cupuaçu), a manteiga para uso em cosméticos, e outros derivados.

Em Riberalta, a propriedade da terra em áreas que adotam o sistema agroflorestal não enfrenta conflitos de sobreposição com outros usos. No entanto, essas terras não possuem título de propriedade. A relativa segurança jurídica e as oportunidades recentes de ingresso a mercados internacionais fazem que os camponeses permaneçam nessa atividade apesar da constante tentação de vender seus serviços no núcleo urbano de Riberalta.

Madre Tierra Amazonía Srl. (MTA) é a única empresa, fomentada pela Bolsa Amazônia Bolívia, que se dedica a transformar o cupuaçu. Introduziu a polpa no mercado nacional, através de seu principal uso que é a preparação de néctar, refresco, além de ter introduzido derivados da polpa como o vinho, o licor e as marmeladas. Seu maior valor está na participação majoritária dos camponeses de Riberalta na produção da fruta e nas capacidades gerenciais da organização.

A empresa, que funciona sob o regime de sociedade de responsabilidade limitada, conta com 16 sócios: pessoas individuais e IPHAE, com uma participação de aproximadamente 70% e a Asociación de Productores e Productoras Agroforestais Amazónicos-Vaca Diez (APPAA-VD) com 160 sócios. A transformação dos produtos é realizada no Centro Agroindustrial de Productos Amazónicos (CAPA), cedido pelo IPHAE.

Aproximadamente 300 famílias de 29 comunidades entregam cupuaçu na empresa, mantendo cada uma, pelo menos, a mesma média de hectares em produção. A superfície restante contém principalmente castanha e em menor medida, outras árvores frutíferas e pequenas clareiras com cultivos agrícolas.

A Cadeia Produtiva do Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), cultivado em Sistemas Agroflorestais, é responsável direta pela recuperação de mais de 300 hectares de terras degradadas que existiam em mais de 29 comunidades<sup>51</sup>. A capacidade de polpa congelada até 2008 era de 30 toneladas por ano. Com a implantação de uma nova câmara de armazenamento a capacidade alcançou 60 toneladas por ano, em 2007.

Os principais produtos existentes, em 2009, eram: Polpa congelada de Cupuaçu, Manteiga de sementes de Cupuaçu, Cupulate (chocolate feito da semente de cupuaçu que está em fase final de desenvolvimento), Vinho e Licor da polpa de Cupuaçu, Marmeladas de Cupuaçu, Óleo de Castanha, Farinha de Castanha, Bolachas de Castanha.

Em 2004 foi registrada uma renda de US\$ 20.000,00 pela comercialização de 19 ton. de polpa congelada, estimando-se que para 2009, essa renda possa atingir US\$ 70.000,00 com a comercialização de 35 ton.

A empresa Madre Tierra Amazonía – MTA, compra o produto dos pequenos produtores locais processando-o e congelando-o numa câmara de congelamento rápido que alcança 20 a 25° C. Atualmente, essa empresa está trabalhando para conseguir a certificação Orgânica e Ecosocial aprovada por FLO (Fair Trade Labelling Organization). Para os – produtos do cupuaçu a certificação está sendo feita com o Instituto Biodinâmico do Brasil (IBD), certificação que auxiliaria na introdução desses produtos no mercado brasileiro especialmente o de cosméticos. Atualmente apresenta um alto potencial para exportação de cupulate.

Além do mais, MTA está implementando um sistema de comercialização eletrônico através de uma loja virtual de ingredientes naturais (azeites e manteigas vegetais amazônicas), principalmente com base na castanha e cupuaçu, dirigidos à indús-

---

51 Por outro lado, com o processamento de derivados da castanha amazônica (*Bertholletia excelsa*) conserva-se mais de 20.000 hectares de coleta silvestre e, proximamente, serão mais 10.000 hectares com a coleta do fruto de pataú (*Oenocarpus bataua*).

tria cosmética. Este é um sistema interessante que possivelmente viabilizará a entrada a outros mercados e a novos clientes, de maneira direta, sem passar por intermediários que condicionam a compra a volumes altos e preços baixos.

A grande maioria dos produtos amazônicos, exceção feita à castanha, açaí e borracha (extraída da seringueira), não pode ser vendida em grande escala porque a densidade das árvores na floresta é pequena. Os produtos amazônicos são diversos, mas não são numerosos, mesmo em Sistemas Agroflorestais. Em função disso, MTA deve buscar canais de comercialização alternativos, mais especificamente os espaços de consumo orgânico e os que têm interesse pela responsabilidade social e ambiental.

Atualmente, MTA está focalizando a expansão da produção do cupuaçu e derivados, bem como sua venda a mercados externos. No entanto, um dos entraves para essa especialização e para a viabilização da competitividade no mercado é a passagem da fase piloto, que já foi desenvolvida, para a fase de implantação comercial que necessita de investimentos financeiros nessa tecnologia.

Por outro lado, para qualquer processo de agregação de valor, o uso de energia é vital e de custos bastante elevados em Riberalta. Além do mais, a falta de regularização da terra, é outro gargalo que impede o acesso a créditos.

### **B - O Cacau Silvestre de Beni**

As bacias dos rios Beni e Madre de Díos, na Região são umas das zonas mais ricas em aglomerados de cacau silvestre do país e está distribuída pelas Províncias Iténez, Yacuma e Mamoré, do Departamento de Beni e em menor quantidade pelas Províncias Vaca Díez e Ballivián também de Beni, Madre de Díos de Pando e Iturralde de La Paz.

Calcula-se que na Província Iténez existam uns 20.000 ha de ilhas de florestas naturais com aglomerados de manchas de cacau silvestre disseminados, ao longo de centena de anos, por animais ou outros efeitos naturais. Dada a importância da ati-

vidade de criação de gado e a competição pelo uso do solo com os recursos florestais, ao se valorizar os plantios de cacau se evita, de maneira efetiva, a expansão da pecuária. Considerando-se os preços altos que o cacau silvestre poderia obter no mercado internacional, sua rentabilidade poderia chegar a US\$ 2.000,00 por ha, enquanto a rentabilidade da criação de gado não superaria os US\$ 200,00 por ha.

O cacau silvestre é uma variedade crioula e representa atualmente, entre 5% e 10% do cacau produzido mundialmente, motivo de ser considerado raro no mercado internacional. É de aroma e sabor fortes, único no mundo pelo seu sabor doce. É considerado o ingrediente secreto dos chocolates mais finos.

Por outro lado, o manejo sustentável do cacau garante a permanência do cacau crioulo silvestre como recurso genético. O processo de beneficiamento do produto não provoca impactos negativos ao meio ambiente nem contaminações ambientais, atmosféricas, hídricas, acústicas ou de resíduos sólidos.

Suelos y Manos Amazónicas Racionales (SUMAR SRL) é uma empresa cuja principal atividade consiste na elaboração da polpa ou licor de cacau no Município de Baures, província Iténez do Departamento de Beni. A filosofia de SUMAR se baseia no respeito aos processos ecológicos e sociais originais, promovendo ao mesmo tempo um desenvolvimento sustentável que não ponha em risco os benefícios ambientais.

Por ocasião de uma viagem realizada ao município de Baures, os atuais gerentes da SUMAR observaram que o cacau silvestre era desperdiçado e possuía baixo valor comercial (aproximadamente Bs\$30,00 por arroba). Após conhecerem a textura e o sabor único desse produto concluíram que ele representava um potencial de comercialização importante e de revalorização e desenvolvimento da cultura local.

A empresa nasceu em 2001, com produtos elaborados integralmente com grãos silvestres coletadas na floresta. Os fornecedores da empresa são os habitantes da Região, que vendem à SUMAR

---

o cacau fermentado e seco (que resultará no chocolate amargo) – conhecimento tradicional, transmitido de geração a geração.

A mão de obra para esse processamento primário é 100% da Região, da qual 90% são mulheres. Isso representa um resgate do *know how* do chocolate beniano, quando os ancestrais, tradicionalmente as mulheres, preparavam o chocolate em forma de pequenos rolos.

Tradicionalmente, a cadeia do cacau incluía alguns intermediários e algumas famílias da comunidade que vendiam o cacau silvestre. Uma vez seco, o grão de cacau era comercializado com intermediários varejistas, nas próprias comunidades. Estes, por sua vez, o comercializavam com atacadistas, principalmente da cidade de Ríberalta e Trinidad de onde eram destinadas às indústrias de processamento de La Paz e Sucre.

SUMAR e as comunidades modificaram essa cadeia. O preço pago pelos intermediários era baixo e, desde que SUMAR começou a atuar na zona de Baures, o preço do cacau silvestre cresceu de 30 para 250 bolívares por arroba e o valor agregado do produto fica incorporado na mesma comunidade, incrementando sua renda e introduzindo maior dinamismo à economia familiar, além de evitar o desmatamento pela atividade de criação de gado.

Por outro lado, o desenvolvimento das atividades de SUMAR beneficia, de maneira direta, a mais de 800 pessoas envolvidas na coleta dos grãos e mais 20 famílias que participam de seu processamento, durante a temporada de colheita. Os fornecedores são todos os moradores locais, com um número de indivíduos e famílias variável (mas nunca inferior a 300) havendo casos em que toda a comunidade participa do chamado *chocolateo*. Sem dúvida o benefício indireto gerado repercute em aproximadamente 3.000 pessoas que, de uma ou de outra forma, participam da cadeia produtiva do cacau.

De acordo com SUMAR, há uma tendência geral na indústria de chocolate em exportar os grãos de cacau bruto, mas, sem

dúvida que para a empresa o valor agregado não só determina maior preço mas, também, é gerador de efeitos diretos e indiretos para as comunidades envolvidas. Os efeitos diretos incluem um maior valor real para o cacau silvestre e a oportunidade de gerar uma indústria baseada na cultura, nos recursos e na população local. Os efeitos indiretos se referem à vinculação de diferentes atores na atividade do cacau, como por exemplo: o setor de serviços e transporte que participam da cadeia.

Finalmente, a produção de cacau silvestre de Baures pela SUMAR, é uma forma de valorizar e resgatar a cultura indígena e articulá-la efetivamente a um mercado em expansão, onde a sustentabilidade social, ambiental e econômica é valorizada, mediante um preço maior e mais compensador.

Conforme pode ser constatado, SUMAR tem um enfoque empresarial com uma visão social. A empresa busca, sobretudo, que o processo de produção se realize na comunidade de origem, como uma forma de fomentar processos de aprendizagem e de geração de valor agregado. O período de produção da empresa é praticamente permanente, durando aproximadamente de nove a dez meses, em função da quantidade de grãos armazenados. Entre 2003 a 2007 SUMAR armazenou e processou de cinco a dez toneladas anuais de grãos de cacau.

Além disso, entre 2008-2009, IPHAE, coordenador de Bolsa Amazônia em Bolívia, estabeleceu contato com uma das principais Fábricas de Chocolate da Alemanha, que durante o primeiro semestre de 2009 visitou as Ilhas Cacaueiras do Município de Baures, estabelecendo-se boas possibilidades de negócio entre SUMAR e a empresa européia.

Vale destacar que em 2006 SUMAR obteve a certificação de CERES (Certificación of Environmental Standards) para a norma CEE 2091/91 da Comunidade Européia para os cacauais de Iténez como “cacauais silvestres”. Adicionalmente, obteve a certificação NOP (National Organic Program) que permite o acesso ao mercado norte-americano. Essas certificações podem

---

permitir uma elevação de preço do cacau orgânico em relação ao do cacau comercial, em torno de 25%.

Segundo Marcela Valdivieso (gerente de SUMAR) o cacau silvestre boliviano tem aroma e sabor intensos e um valor adicional nos mercados europeus, principalmente por sua procedência (Amazônia boliviana) e pelo impacto positivo que tem nas comunidades indígenas. Esta particularidade poderia agregar um maior valor intangível ao produto, através da denominação de origem, o que põe em evidência a oportunidade de enfrentar esse desafio.

Observa-se que neste e noutros casos onde a Bolsa Amazônia e outros programas de cooperação apoiaram cadeias produtivas, eles se encontram isolados entre si, fragmentados geograficamente e têm pouca vinculação com os sistemas estabelecidos de assistência técnica (financeira ou não) no país. Tomados caso a caso, pode-se dizer que são bolsões de produção alternativa e, se analisados em conjunto, sem dúvida indicam o início de um padrão de desenvolvimento econômico alternativo na Bolívia.

### **3. Promoção de produtos**

Para a promoção dos produtos da Bolsa Amazônia Bolívia - principalmente o cacau, a castanha, o cupuaçu, e seus derivados - utilizou-se como estratégia a participação em variados eventos e feiras pertinentes, bem como uma pesquisa de mercado.

Como conclusão, se pode verificar que, nem sempre os produtos orgânicos ou de comércio justo são os que alcançam os melhores preços: existem as marcas conhecidas de chocolates finos que, por seu posicionamento no mercado e pela utilização da denominação de origem (Arriba e Wild), entre outras coisas, conseguem ser mais lucrativos.

Pesquisa de mercado verificou, também, que chocolates especiais feitos artesanalmente alcançam preços elevados e que só são vendidos em lojas especializadas ou confeitarias de prestígio. Nesses casos, são comercializados em pequena quantidade.

---

Como um dos resultados de pesquisa de mercado realizada na Alemanha, ficou a clara percepção do valor de uma certificação. Quando se fala de orgânico, muita gente associa a um produto cultivado sem agroquímicos e, portanto a maior parte dos produtos amazônicos (de coleta silvestre) entra na comparação com os cultivados em outras regiões do planeta.

Este é o caso da castanha amazônica coletada na mata de três (3) países amazônicos, que é comparada a outras castanhas orgânicas, porém cultivadas em regiões como a Índia (Cashew nuts), Turquia (Almonds e Pistaches), Macadame, etc.. Assim, também, o caso do açaí silvestre das várzeas amazônicas, que é comparado a tantas outras polpas provenientes de frutas cultivadas organicamente. E, ainda os óleos e manteigas vegetais com uso na indústria de cosméticos, provenientes da Amazônia que, produzidos em pequenas quantidades são comparados aos azeites de cultivos orgânicos.

Portanto, a denominação natural de Organicidade dos produtos amazônicos deveria ser acompanhada de algo mais, como, por exemplo, as denominações de Origem e Wild (selvagem ou silvestre). Estes são apelativos que estão dando melhores resultados no caso do Cacau, e que poderiam funcionar com a castanha amazônica, o açaí, os azeites e manteigas vegetais, como para outros produtos provenientes da coleta ou do extrativismo sustentável da floresta.

Percebe-se, ainda, que os produtos chamados produtos da biodiversidade ou produtos sustentáveis, mesmo tendo uma história de respeito com o meio ambiente e com a justiça social, transitam num espaço mercadológico muito reduzido, até porque têm baixa competitividade frente aos demais produtos, pelas dificuldades inerentes à produção rural onde energia, estradas e transportes, em geral apresentam-se em precárias condições, representando um custo adicional que o mercado muitas vezes desconhece.

De qualquer maneira, vale analisar os resultados obtidos a partir de dois principais produtos acima analisados, o Cupuaçu e o Cacau.

---



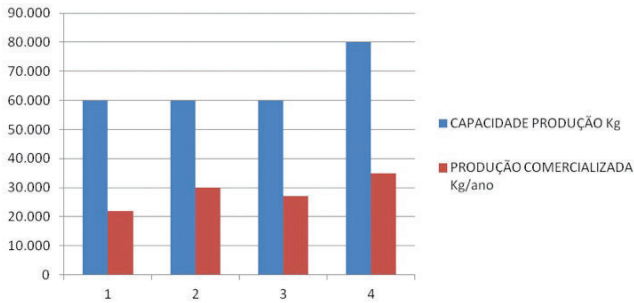
**Tabela 1 - Dados Gerais – Polpa de Cupuaçu**

Discriminação	Anos			
	2005	2006	2007	2008
Capacidade produção kg	60.000	60.000	60.000	80.000
Produção Comercializada kg/ano	22.000	30.000	27.000	35.000
Beneficiários (totais)	166	166	334	316
Homens	71	71	155	145
Mulheres	95	95	179	171
Comunidades	27	27	27	39

Fonte: Bolsa Bolívia; Linha de Base

Na cadeia produtiva do cupuaçu, mais especificamente na produção de polpa, estiveram envolvidas 166 pessoas (71 homens e 95 mulheres), número esse que foi quase duplicado nos anos posteriores. A produção de cupuaçu teve um aumento de mais de 65%, em quatro anos.

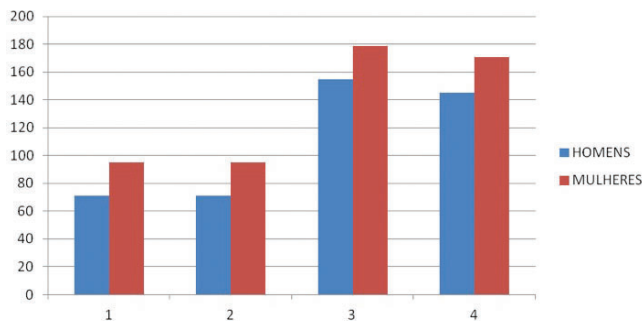
Pode-se notar, também, que a produção comercializada foi inferior à capacidade de produção, como pode ser evidenciado em praticamente todas as experiências do Consórcio Bolsa Amazônia; entretanto, o volume comercializado apresentou um relativo crescimento.

**Gráfico 1 - Capacidade de Produção e Produção Comercializada de Polpa de Cupuaçu**

Fonte: Linha de Base, Bolsa Bolívia, 2005-2008. Elaborado pelos Autores.

Por outro lado, nota-se que o aumento do número de beneficiários cresceu, chegando a 197% no ano de 2008, acompanhando o crescimento do número de comunidades envolvidas.

**Gráfico 2 - Beneficiários**



Fonte Linha de Base, Bolsa Bolívia, 2005-2008. Elaborado pelos Autores.

A seguir apresenta-se uma visão geral, no caso do Chocolate orgânico, ilustrada abaixo.

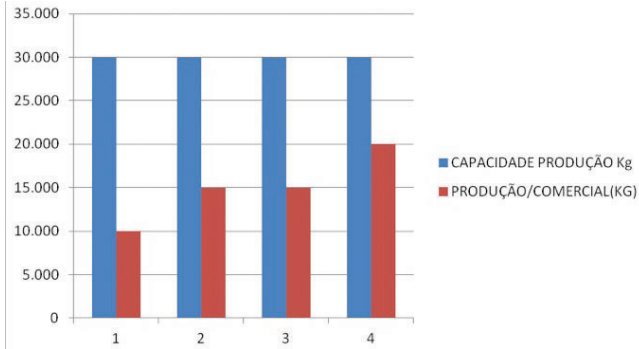
**Tabela 2 - Dados Gerais – Chocolate Orgânico**

Discriminação	ANOS			
	2005	2006	2007	2008
Capacidade produção (kg)	30.000	30.000	30.000	30.000
Produção comercializada (kg)	10.000	15.000	15.000	20.000
Beneficiários (totais)	327	327	327	327
Homens	156	156	156	156
Mulheres	171	171	171	171
Comunidades	10	10	10	10

Fonte: Bolsa Bolívia; Linha de Base

Como demonstra o gráfico a seguir, a capacidade de produção foi superior à produção comercializada, embora se perceba o crescimento constante da produção comercializada.

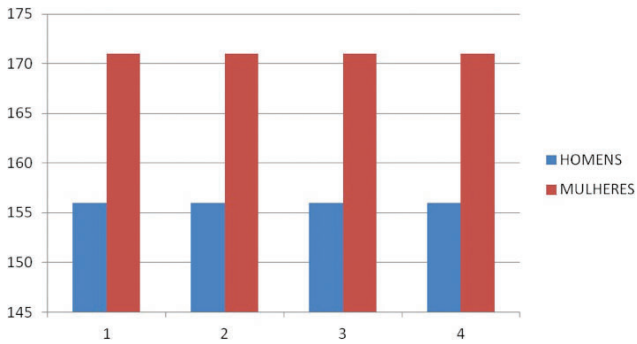
**Gráfico 3 - Capacidade de Produção e Produção Comercializada de Chocolate Orgânico**



Fonte: Linha de Base, Bolsa Bolívia, 2005-2008. Elaborado pelos Autores.

No caso da cadeia do cacau, tanto o número de famílias envolvidas como a produção do cacau permaneceram estáveis durante o período analisado.

**Gráfico 4 - Beneficiários**



Fonte: Linha de Base Bolívia, 2005-2008. Elaborado pelos Autores.

# 10

## A experiência brasileira

### 1. Atores

Nas últimas décadas, a Amazônia brasileira experimentou um intenso processo de crescimento demográfico de suas cidades e dos seus núcleos urbanos, tendo como um dos principais fatores determinantes a busca de oportunidades de emprego e renda por parte das populações das áreas rurais.

Ao lado do modelo fundiário concentrador que tem caracterizado a ocupação do seu território, a extrema fragilidade da rede de comercialização que sustenta a pequena produção local tem contribuído fortemente para desestimular a fixação do homem no campo, onde existem dificuldades quase intransponíveis para que os produtores acessem e mantenham relações eficientes com os mercados regional, nacional e internacional.

A proposta da Bolsa Amazônia surge nesse contexto e a partir de experiências vividas por uma equipe que iniciou seus trabalhos com populações rurais, desde 1992 no POEMA – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, da Universidade Federal do Pará

Foi no Brasil, e no POEMA, também, que a idéia de um Consórcio de cooperação regional tomou força já que, desde seu

---

início, contou-se com um departamento de promoção da cooperação internacional, com prioridade aos países amazônicos. O surgimento do Programa Bolsa Amazônia e seu desenvolvimento como um Consórcio foram conseqüências normais desse trabalho de intercâmbio com parceiros da Bacia amazônica.

Para apoiar as ações do POEMA foi instituída, em 1995 a ONG POEMAR – Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, de forma a dinamizar e apoiar a operacionalização dos ideais do POEMA – que por ser um programa universitário não dispunha de personalidade jurídica – bem como as ações propostas pelo então iniciante Consórcio Bolsa Amazônia, cuja coordenação geral foi sediada no Brasil, e em Belém do Pará.

Posteriormente, em 2007, as funções de Secretaria Geral do Consórcio passam a ser atribuídas à sociedade civil sem fins lucrativos intitulada, também, de Bolsa Amazônia, criada de acordo com a legislação brasileira.

De um modo geral, o Consórcio Regional, no Brasil, ou simplesmente, Bolsa Brasil, teve entre suas motivações contribuir para suprir as necessidades básicas das populações rurais em termos de saneamento, saúde, nutrição e educação, bem como promover tecnologias de manejo e uso dos recursos naturais.

Porém, indo além, e consciente de que ademais da garantia da segurança alimentar os pequenos produtores rurais precisavam de renda e ocupação, e que sem a agregação de valor aos produtos primários dificilmente teriam nível positivo de competitividade no mercado, evoluiu para identificar, gerar, e promover tecnologias de beneficiamento ou processamento de produtos naturais. Frutos, óleos, fibras, látex, e alimentos foram as prioridades de sua atuação inicial.

A pretensão era, portanto, aliada à recuperação de áreas degradadas, a de garantir segurança alimentar, aumentar a renda familiar pela inserção dos produtos nos mercados, apoiando a organização comunitária e contribuindo para a criação de um

novo e sui generis empresariado local, conformado de uma rede de pequenos produtores organizados.

A Bolsa Brasil tentou envolver todos os Estados da Amazônia brasileira, mas, com o passar do tempo, devido à falta de recursos para manter equipes específicas, suas ações se concentraram, basicamente, no Estado do Pará que é o segundo Estado brasileiro em extensão territorial.

A partir do conceito de alianças, a Bolsa Brasil, pode-se dizer, trabalhou com relevantes entes públicos, privados, Não-governamentais e internacionais.

Seus beneficiários iniciais foram produtores rurais organizados, alargando sua ação para, posteriormente, envolver populações quilombolas, artesãos e produtores urbanos e, mais recentemente, e com grande ênfase, populações indígenas.

Trabalhando com o conceito de parcerias, a Bolsa Brasil teve, em seu ápice, um trabalho com mais de duas dezenas de organizações comunitárias e obteve apoios sucessivos de outra dezena de instituições governamentais, privadas e internacionais.

Dentre os empreendimentos apoiados pela Bolsa Brasil, experiências e parcerias realizadas podem ser citadas:

- ♦ Com a Empresa Beraca, componente do Grupo Saborá, com sede em São Paulo e filiais em seis Estados brasileiros, atuou-se no processo da extração, processamento e refino das espécies florestais não madeireiras e agrícolas, numa atuação conjunta as populações tradicionais (ribeirinhos e indígenas);
  - ♦ Com a COOPED – Moju, localizada no município de Moju, que trabalhava a cadeia produtiva do coco. O coco ralado apresenta as mesmas características daquele comercializado por grandes empresas; a diferença está no caráter sócioeconômico dado às suas atividades, que beneficiam diretamente seus cooperados;
  - ♦ Com a COOPED Curralinho – No Município de Curralinho, Ilha de Marajó, onde a Bolsa auxiliou
-

no desenvolvimento de cadeias produtivas, dentre as quais a do Palmito;

- ♦ Com a Empresa POEMATEC- Comércio de Tecnologia Sustentável para a Amazônia, na produção de artefatos de fibra de coco e látex, incubada no POEMA, até 2006, figurando como o mercado final de demais projetos e produtos de fibra de coco.

No artesanato, a Bolsa apoiou, também:

- ♦ A Associação Yahytatá, na promoção de objetos artísticos produzidos a partir do fruto da cuieira e decorados com pinturas e grafismo indígenas. As cuias do projeto 'Barco Escola' são resultado de oficinas realizadas com crianças e adolescentes que vivem em comunidades carentes, na região das Ilhas da Foz do rio Amazonas, próximas a Belém.
- ♦ A empresa Ayty - Embalagens Artesanais da Amazônia, na promoção de embalagens artesanais, a partir de resíduos de madeira certificada pelo IBAMA.
- ♦ A ECOART - empresa essencialmente amazônica, onde a Bolsa promoveu peças confeccionadas gemas orgânicas, sementes, e frutos naturais processados;
- ♦ A Colônia Chicano, Associação que empregava mulheres ceramistas, na promoção de peças de decoração feitas em argila, e design das peças;
- ♦ O Amazon Paper – Associação de papeleiros e encadernadores artesãos que produziam o único papel 100% fibras naturais da Amazônia e produtos dele derivados.

Essas e tantas outras experiências apoiadas pela Bolsa Brasil envolveram assistência técnica para a produção e o processamento, promoção de produtos para a comercialização, discussões comunitárias, cursos, treinamentos e intercâmbios técnicos, envolvendo ações, dentre outras, de:

- a) agroindustrialização de açaí;

- b) novos usos para recursos da biodiversidade;
- c) Agroindustrialização de frutos inclusive para merenda escolar;
- e) Piscicultura;
- f) Implantação de SAF's – Sistemas Agroflorestais e Viveiros;
- g) Apicultura;
- h) Criação de Pequenos Animias;
- i) Agroindustrialização de Fibras naturais;
- j) Cooperação internacional e regional com distintos parceiros.

Dentre as dezenas de ações apoiadas pela Bolsa Brasil, duas valem ser destacadas, e que serão analisadas a seguir, e que dão uma idéia das potencialidades e desafios que a Bolsa encarou:

- Projeto AMAZON PAPER, Belém – PAPEL E DERIVADOS, uma experiência semi-industrial de produção e comercialização de papel e artefatos de fibras vegetais;
- Projeto COOPED, Moju – COCO RALADO, experiência que envolveu produtores agroextrativistas, com ênfase na produção e agregação de valor à matéria-prima.

## **2. Arranjos Produtivos Locais**

### **2.1 A Cadeia do Papel - Amazon Paper**

#### **2.1.1 Histórico**

Papel da Amazônia, ou Amazon Paper, foi o nome comercial dado a um tipo de papel confeccionado de forma artesanal, folha a folha, em tamanho padrão de 97 cm x 63 cm, por meio de uma técnica oriental denominada washi, com 100% de fibras vegetais e corantes naturais da Amazônia.

Tal tipo de papel, considerado mundialmente como art paper, constitui-se em produto de luxo, pelo seu processo e técnica de fabricação. Basta dizer que diplomas ofertados a detentores de Prêmios Nobel são confeccionados, na França, com a mesma técnica de fabricação que se implantou em Belém, Pará, com a

---



diferença que na Amazônia se utilizou fibras e insumos 100% naturais da Amazônia.

Em volta dele se constituiu a Unidade Central de um projeto, funcionando no centro antigo da cidade de Belém (Pará).

As ações do Projeto Amazon Paper, se desenvolveram sob a gestão de uma organização sem fins lucrativos - Associação Amazon Paper - chegando a envolver, entre produtores, papaleiros, ceramistas e artesãos, aproximadamente 56 famílias, no meio rural e urbano, ações que se estenderam geograficamente, além de Belém, aos Municípios de Abaetetuba e de Moju, distantes, respectivamente, 134 km e 115 km de Belém, por via rodoviária.

O objetivo era o de promover, numa perspectiva inovadora, a geração de trabalho e renda, a partir do aproveitamento sustentável de fibras vegetais da Amazônia. Dentre os principais atores envolvidos estavam os produtores rurais de fibras de curauá (*Ananas erectfolius*, fibra de alta resistência entre as encontradas na Amazônia), artesãos, encadernadores, papaleiros, ceramistas e lapidadores de sementes.

A iniciativa nasceu como um Projeto Incubado, valendo-se, como antecedente, do conhecimento e das experiências acumuladas pela Universidade Federal do Pará-Programa POEMA, em torno do Projeto de aproveitamento de fibras de coco, no contexto de sua estratégia de estimular o fortalecimento da auto-organização das comunidades, a partir do conjunto de suas necessidades e potencialidades produtivas.

Em 2001, a partir dessa experiência e de um intercâmbio com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA - foi então desenvolvido um projeto de pesquisa para a obtenção de um papel que tivesse por base fibras e corantes naturais da Amazônia, inclusive resíduos vegetais tidos como descartáveis, e que alcançasse os níveis de plasticidade e qualidade dos papéis do tipo art papers, mundialmente conhecidos.

Em 2002, considerado o caráter inovador dessa iniciativa, e numa metodologia de pesquisa-ação, inicia-se efetivamente o

---

Projeto, através da criação de uma Unidade de Desenvolvimento de Produtos, denominada UDP-Papel, estruturada sob o conceito dos modelos de incubadora de empresas e sob a perspectiva de organização de trabalho em rede, envolvendo organizações de agricultores de fibras, artesãos diversos e a cooperação técnica e financeira de diversas instituições, de modo a criar links entre campo e cidade.

O resultado foi, então, a implantação de uma rede de relações para o plantio e a produção sustentável da fibra do curauá, bem como, para a fabricação do papel e de uma série de objetos daí derivados nas linhas de materiais de escritórios, decoração, brindes corporativos, presentes, etc., incluindo as articulações necessárias para o acesso aos mercados local, nacional e internacional

Terminada essa primeira fase, a Bolsa Brasil teve um papel estratégico fundamental no processo de mobilização das lideranças e instituições locais, assim como, no que confere às articulações institucionais externas com vistas a garantir estruturação técnica e organizacional do projeto, inclusive na tarefa de inserção dos produtos no mercado, através de suas estratégias de capacitação e marketing.

Em 2006, o Projeto dá partida a sua própria trajetória, deixando sua Incubadora para transformar-se na Associação AMAZON PAPER, uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída, de maneira inovadora, de técnicos, artesãos e papeleiros.

### **2.1.2 Processo de Produção do Papel**

O processo de produção do papel é bastante meticuloso e extremamente interessante. A partir da fibra básica, o Curauá, outras fibras são mescladas de forma a produzir papéis de texturas variadas: bagaço de cana, fibra de miriti, resíduos de casca de coco, casca de verônica e de muruci...enfim, as possibilidades são enormes uma vez que os recursos naturais fibrosos da Amazônia são também enormes e passíveis de utilização para esse tipo de papel.

---

- ♦ A Seleção - As fibras, cuja base é o Curauá (*Ananas erectifolius*) são selecionadas previamente, de forma a excluir possíveis nós que se tenham formado quando da extração da fibra.
- ♦ O Corte - Posteriormente as fibras são cortadas, através de máquinas simples, mas adequadas às características específicas de cada fibra ou insumo natural.
- ♦ O Fervimento - Após o corte, as fibras são fervidas, em períodos variáveis, conforme o tipo de papel que se deseja elaborar.
- ♦ A Bateção - Já fervidas, as fibras entram em processo de bateção, realizado através de batedores mecânicos e do Hollander Bitter – Batedor Holandês, onde as fibras são maceradas, gerando, assim, a pasta que se transformará em papel.
- ♦ A Confecção - Esta é a fase mais importante da fabricação, quando a pasta de fibra é, então, colocada em tanques com água, onde, através de movimentos alternados, a partir de uma tela –suguetta - se transformará em folhas de papel, feitas uma à uma.
- ♦ A Prensagem - As folhas ainda molhadas, umas sobre as outras, são acondicionadas em camas que, por sua vez, serão prensadas, de forma a retirar o excesso de água residual.
- ♦ A Secagem - Em sua última etapa de fabricação as folhas, ainda úmidas, são secadas em secador a gás, uma à uma, de onde, em algumas minutos, estarão prontas para uso e produção de objetos.

### 2.1.3 Promoção de Produtos e Comercialização

A participação da Bolsa Amazônia, em termos de assistência técnica à gestão, à produção, à comercialização e ao design cessou em 2008, restando ao Consórcio apenas a promoção de vendas no site Bolsa Amazônia.

Seus resultados gerais dos últimos anos podem ser analisados:

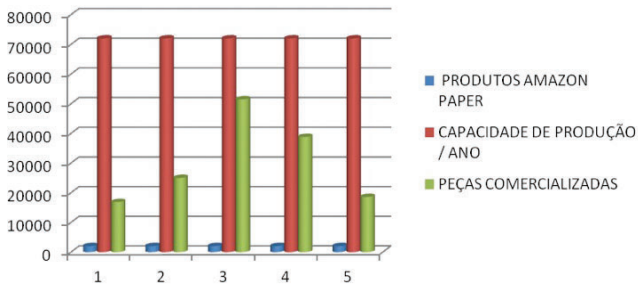
**Tabela 1 - Dados Gerais de Produtos do Amazon Paper, 2005-2009**

Discriminação	ANOS				
	2005	2006	2007	2008	2009
Capacidade de produção (papel/peças derivadas)	72.000	72.000	72.000	72.000	72.000
Peças comercializadas	16.861	25.000	51.460	38.803	18.574
Beneficiários (totais)	56	56	56	26	18
Homens	35	35	35	20	13
Mulheres	21	21	21	6	05

Fonte: Associação Amazon Paper; Linha de Base

Percebe-se que o volume comercializado sempre esteve aquém da capacidade de produção, como, também, pode ser visualizado no Gráfico a seguir.

**Gráfico 1 - Capacidade de produção e peças comercializadas, 2005-2009.**



Fonte: Linha de Base, Bolsa Brasil. Elaborado pelos Autores.

Verifica-se que, a partir de meados de 2008, inicia-se uma queda no número de peças comercializadas, tendência que se acentua em 2009.

Por outro lado, os resultados financeiros entre 2005 e 2009 foram importantes, como demonstram a tabela e o gráfico que seguem:

**Tabela 2 - Demonstrativo de Vendas e Doações/Serviços (R\$1,00)**

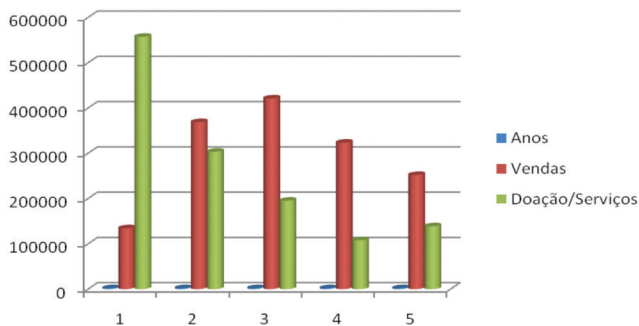
Anos	Vendas	Doação/Serviços
2005	134.496	557.432
2006	368.995	303.553
2007	421.247	195.382
2008	323.518	108.000
2009	252.116	138.857

Fonte: Amazon Paper - Bolsa Brasil. Elaborado pelos Autores.

Importante notar que, além de comercializar seus produtos, Amazon Paper passou a prestar serviços a terceiros, dada sua eficiente estrutura organizativa e gerencial.

Nota-se que, após uma curva ascendente, o faturamento obtido pelas vendas, em 2009, foi muito menor que o dos dois anos anteriores, o que se debita à questão da promoção e da gestão da comercialização, nesse ano totalmente em mãos da Associação, já que a Bolsa Brasil cessou sua assistência nesta área, por absoluta falta de meios financeiros para tal.

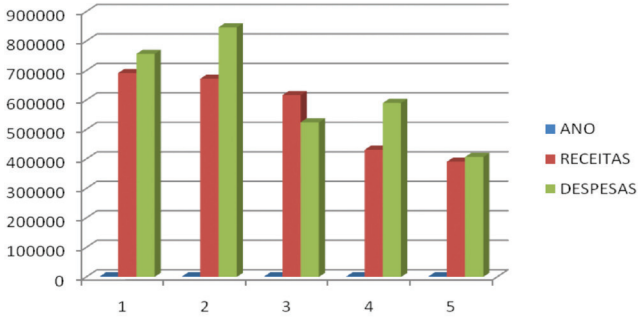
Um dado positivo a perceber é que, entre os anos de 2006 a 2009, o valor dos recursos gerados pela comercialização chegou a ser superior aos obtidos por doações nacionais ou internacionais, o que sinalizava um caminho de auto-sustentação econômica do Amazon Paper, como se deduz do gráfico abaixo:

**Gráfico 2 - Relação entre Vendas e Doações. 2005 – 2009**

Fonte: Amazon Paper – Bolsa Brasil. Elaborado pelos Autores.

Porém, quando se volta a analisar o Demonstrativo sobre Vendas e Doações/Serviços anteriormente comentado, verifica-se que a auto-sustentação econômica que se vislumbrava, apresenta uma inversão, já que a queda de faturamento volta a se acentuar, em 2009, o que se confirmou nos anos seguintes, o que inclui essa experiência Associativa entre aquelas que não atingiram independência econômica, enquanto empreendimento totalmente de base comunitária.

Outro aspecto a analisar é que apenas no ano de maior comercialização e, conseqüentemente maior faturamento – 2007 – foi que a Associação conseguiu equilibrar suas receitas e despesas, estas sendo inferiores às receitas obtidas com as vendas.

**Gráfico 3 - Relação Receita e Despesa, 2005 – 2009**

Fonte: Bolsa Brasil, Linha de Base, 2005-2009. Elaborado pelos Autores.

Em relação às dificuldades de comercialização, observa-se que a existência de uma website própria e de muita beleza e qualidade, além da website Bolsa Amazônia, não foram suficientes para reverter esse desafio.

Obviamente que um longo caminho de aprendizado foi percorrido. Isso não significa que todos os obstáculos foram vencidos. Nessa dinâmica, destacaram-se a força e coesão do grupo de artesãos para profissionalização e produção dos objetos confeccionados com o Amazon Paper. Embora em seu melhor momento Amazon Paper tenha contado com um total de 56 beneficiários diretos, e mais de 280 indiretos, sabe-se que o núcleo da Associação, em 2010, ficou reduzido a 18 pessoas,

Essa queda do número de beneficiários se deve ao fato de que, com a queda do faturamento, houve necessidade de diminuição dos custos de produção, levando à Associação a manter tão somente os artesãos, encadernadores e papelheiros da cidade de Belém, com todos os direitos trabalhistas reconhecidos, além de Planos de saúde, alimentação e transporte.

Uma nova engenharia foi realizada, conforme se verificou após o levantamento dos dados desse presente livro. Na iminente possibilidade de encerramento das atividades da Associação, que já não contava com recursos de doação, esta conseguiu ne-

gociar um novo formato, associando-se a empresários locais que assumiram os destinos do negócio, incorporaram os artesãos ao seu quadro de pessoal e mantiveram o Amazon Paper como um negócio privado, que continua sua produção até os dias de hoje.

#### **2.1.4 Forças, Fragilidades e Desafios**

No período analisado, 2005-2009, verificou-se que<sup>52</sup>:

- a) A Associação Amazon Paper conseguiu levar avante um Projeto por mais de uma dezena de anos, obtendo uma infraestrutura de equipamentos altamente eficiente, graças às doações e Prêmios recebidos;
- b) A mão de obra era extremamente qualificada, com vários de seus membros com treinamento no Japão, com apoio da JICA;
- c) Por sua qualidade, Amazon Paper foi apoiado por distintas organizações internacionais – JICA – Japan International Cooperation Agency, Banco Mundial, Deutsche Entwicklungsgesellschaft - DEG, Comissão Européia, NOVIB Holanda, Interamerican Foundation - e nacionais – Banco da Amazônia, Fundação Banco do Brasil, dentre outras.
- d) Pelo seu caráter de originalidade, o Projeto Amazon Paper recebeu várias premiações internacionais. A primeira foi na 8ª edição do Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental, promovido pela Ford e pela ONG Conservação Internacional (CI). A segunda premiação foi em 2003, Prêmio Development Market Place, 5ª Edição, uma iniciativa internacional do Banco Mundial para identificar e premiar projetos promissores na luta contra a pobreza; além disso, foi finalista mundial, em 2004, do Prêmio Global Giving Foundation, finalista nacional do Prêmio Tecnologia Social, Fundação Banco do Brasil, 2003 e o Prêmio Planeta Casa, em 2005, con-

---

52 Nota dos Autores: embora essa cadeia sobreviva no período atual, 2012, tomou outra forma de gestão, onde a Associação integrou-se a uma empresa privada.

---



cedido pela Revista brasileira Casa Cláudia, de circulação importante no Brasil.

- e) No período analisado, todos os Membros da Associação dispunham de Plano de Saúde, e o menor salário era superior a um salário mínimo e meio; todos tinham carteira de trabalho assinada e participavam efetivamente das decisões de sua Associação;
- f) Segundo a coordenação, o principal mercado consumidor estaria em São Paulo, muito embora haja, apesar de pequena, uma demanda local por produtos acabados. O projeto trabalhou na perspectiva de viabilizar-se em mercados de outros países, sobretudo naqueles onde a responsabilidade social e ambiental é um componente presente na decisão dos consumidores sobre comprar ou não determinado produto;
- g) A iniciativa Amazon Paper teve o mérito de inovar na medida em que se propôs a fabricar um produto diferenciado, com grande poder atrativo pela qualidade, originalidade e beleza do material produzido. Por outro lado, inovou também ao apostar num produto 100% natural, genuinamente amazônico, aliado a técnicas orientais ancestrais.
- h) O grande desafio dessa experiência foi o de estabelecer um mercado continuado e uma regularidade na produção com a definição de um ou mais produtos que se configurassem como carros-chefes e que assegurassem uma escala de produção mínima que possibilitasse firmar contratos regulares, garantindo um fluxo financeiro continuado, combinado com o aprimoramento de produtos acabados, de maior valor agregado que poderiam melhorar o retorno de toda a cadeia produtiva do papel, incentivando a que um maior número de famílias aderisse à idéia de um manejo sustentado da floresta;
- i) Em 2008 e 2009 aumentou a dependência do apoio externo à Associação, para a comercialização, antes dada

- pela Bolsa Brasil, o que não é salutar para um processo de consolidação da iniciativa. Haveria de ser ampliado o investimento em promoção e marketing para a comercialização na perspectiva de sustentabilidade econômica.
- j) Houve quedas acentuadas de receitas providas da comercialização, em grande medida devida à falta de recursos financeiros para um marketing eficiente, não obstante a alta qualidade de seus produtos, inovadores e sustentáveis.
- k) Após o encerramento, a partir de 2010, do Convênio firmado com Interamerican Foundation – que garantia recursos de doação - essa experiência produtiva, totalmente gerenciada pelos membros da Associação, percebeu que a sustentação do negócio passava por uma associação com o setor privado, o que de fato ocorreu, realçando-se, assim, a fragilidade da gestão inteiramente comunitária de empreendimentos produtivos locais.

## **2.2A Experiência da Cooped-Moju: Aproveitamento Industrial do Coco**

### **2.2.1 Antecedentes da Análise**

O COCO (Cocos nucifera) é um fruto de clima tropical, cultivado em quase 100 países, destacando-se o continente Asiático na produção e comercialização do produto in natura e nos subprodutos. É possível aproveitar quase todas as partes da planta, como o fruto, as folhas, a inflorescência, entre outros produtos e subprodutos.

Em um Estado como o Pará, Brasil, onde a culinária é um dos pontos fortes, essa matéria-prima é um dos segredos para agradar ao paladar da população local e de turistas. Entre uma infinidade de comidas e bebidas e frutos que o Pará utiliza, está o coco, fruto do coqueiro, que integra a receita de muitas guloseimas como: mingaus, bolos, cocada, tapioca molhada, beijus, cuscuzes etc. Por trás dessas gostosuras está algo que vai além da alimentação.

---

Em muitas comunidades paraenses, este fruto representa renda e qualidade de vida. A COOPED-Moju trabalhou essa cadeia produtiva, beneficiando mais do que 200 famílias de pequenos produtores rurais, para as quais o coco representava um importante meio de sobrevivência.

Criada em 1997, no âmbito do Programa de Execução Descentralizada (PED), a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais dos Projetos Descentralizados (COOPED-Moju) passou por diversos percalços. O mais grave deles foi a paralisação das atividades de processamento de xaropes de frutas que realizava na época, por falta de apoio técnico, regularizações estruturais, dificuldades com entressafra das frutas, problemas financeiros e mercadológicos. Além disso, localizada nas imediações da sede do município, acabou incentivando o deslocamento de cooperativados para a cidade, ação oposta ao principal objetivo, que era o de fixar o homem ao campo com qualidade de vida.

Na busca de uma alternativa, a COOPED-Moju recebeu apoio do Consórcio Bolsa Amazônia e da Universidade Federal do Pará, através de seu Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA, na implantação de unidades de transformação da casca de coco em fibras a ser utilizada para artefatos industriais e, finalmente, para o aproveitamento industrial do fruto, o coco. O referido projeto trouxe resultados positivos e deu novo fôlego à cooperativa.

Ainda, a legalização de um lote de 7 hectares na zona rural viabilizou a logística, pois o local é privilegiado pela infra-estrutura. A área ocupada pelas unidades de processamento da COOPED-Moju atingiu 1 hectare. Os outros 6 hectares foram divididos entre a área de proteção da mata ciliar do Igarapé Sarapói (que corta o terreno) e a área a ser beneficiada com novos projetos.

A COOPED-Moju era uma organização de pequeno porte, com parque industrial próprio, com capacidade produtiva de 4 toneladas de coco ralado/mês, gerando renda para os cooperados, beneficiando 200 famílias de produtores rurais.

A produção de coco ralado correspondia a 85% do faturamento da cooperativa, com uma venda média de 3,5 ton./mês. O principal mercado era a Região Metropolitana de Belém (RMB).

A COOPED-Moju enfrentou dificuldades para gerenciar situações referentes às inovações tecnológicas e de mercado, tendo um potencial de mercado estimado de 1 milhão de reais, que ainda pode ser explorado. Em 2007, 80% do seu faturamento era resultado de negociações com apenas cinco clientes, o que a colocava em uma situação de vulnerabilidade em comparação aos seus concorrentes.

### **2.2.2 A Evolução do Coco no Pará e a Experiência da Cooped-Moju**

O mercado de coco no Pará ocupa a 2° colocação no ranking nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), a produção de coco do Brasil superou os 2 bilhões de frutos e o Pará alcançou cerca de 247,6 milhões, mais de 10% da produção nacional.

A área plantada de coco no Estado é superior a 25 mil ha, o que corresponde a 9% da área plantada no Brasil. O destaque fica para a fazenda da empresa Socôco, que tem 5 mil ha e é detentora de uma das maiores produtividades do mundo: 120 cocos por árvores/ano, três vezes maior que a média brasileira, de 40 frutos/ano por coqueiro. A fazenda possui 800 mil pés de coco cultivados, com capacidade de produção de 70 milhões de cocos fruto/ano ou 15 ton./dia.

No Pará, o município de Moju é o primeiro no ranking da produção com 66 milhões de frutos e produtividade de 10 mil frutos/ha, bem acima da média nacional que é de 6,44 mil. O Município encontra-se na Mesorregião Nordeste paraense e produziu, em 2005, mais de 170 milhões de frutos, ou seja, 69% da produção do Estado.

Mesmo considerando que a COOPED-Moju era, do ponto de vista mercadológico, uma iniciativa de pequeno porte, ela atuou dentro de um contexto econômico, o setor de

---

aproveitamento de coco, que abria consideráveis perspectivas de geração de ocupação, renda e emprego para as comunidades rurais.

### 2.2.3 Matéria Prima

Os pequenos agricultores da região foram os principais fornecedores. Segundo a opinião dos entrevistados em pesquisa realizada; a matéria-prima da região apresenta um nível de qualidade alto. Nesse sentido, os principais aspectos destacados foram a durabilidade, sanidade e a coloração do fruto. A matéria-prima utilizada era o coco tipo “gigante”, com entressafra de outubro a março, ocasião em que se compra o coco seco em outros municípios paraenses a preços mais elevados.

A perda de matéria-prima pode alcançar até 20%, explicadas pelos frutos colhidos verdes, apodrecidos ou germinados, daí a importância da atenção ao período certo de coleta.

### 2.2.4 Processo de Produção

Na unidade de produção da Cooperativa COOPED-Moju os processos eram semi-artesanaís. Os responsáveis da COOPED-Moju demonstraram interesse em investir na modernização das instalações industriais, para diversificar a produção e aumentar sua escala. Portanto, necessitavam de apoio tecnológico e mais investimentos.

O processo de produção seguia os seguintes passos:

- Recepção 1/Armazenamento: Os cocos chegam à cooperativa com a casca fibrosa;
- Desfibração: Nessa fase são selecionados e acondicionados em boxes de alvenaria, para aguardar a ordem de processamento, distribuídos por tipo e qualidade;
- Recepção 2: Extração da casca fibrosa.
- Seleção: separação das unidades não-conformes, antes de seguirem para o cozimento;
- Autoclavagem: Autoclaves são equipamentos que trabalham com altas temperaturas, por injeção direta de vapor superaquecido sobre o produto para dilatação térmica

- diferenciada dos componentes do coco, facilitando a retirada das amêndoas e esterilizando a matéria-prima;
- Corte: Aqui a amêndoa é partida em duas por um sistema mecanizado de serra circular de forma que ambas as partes tenham a mesma medida.
  - Extração das amêndoas: Com o uso de uma faca é retirada a amêndoa da casca;
  - Lavagem/Sanificação: Após a retirada das amêndoas é feita a lavagem das mesmas com água clorada e água corrente;
  - Despelliculação: Retirada da película marrom das amêndoas;
  - Lavagem e Sanificação das Amêndoas: Depois de despeliculadas, são lavadas novamente com água clorada e água corrente.
  - Trituração: As amêndoas são enviadas para as máquinas de trituração;
  - Prensagem: É uma operação que possibilita a retirada parcial do teor de gordura da amêndoa triturada.
  - Secagem: Após a obtenção do coco ralado, parcialmente desengordurado, é então enviado ao setor de secagem, onde é submetido a temperaturas elevadas para evaporação da água ali existente.
  - Inspeção de qualidade: Após a secagem ocorre a inspeção para verificar se há presença de corpos estranhos, tipo pontos pretos de película, insetos ou corpos metálicos.
  - Envase: O coco ralado resultante da secagem é acondicionado em sacos de polietileno aluminizado, através de máquina automática;
  - Armazenamento: Após envasado o produto será armazenado no setor de produtos acabados.

### **2.2.5 Capacidade de Produção e Faturamento**

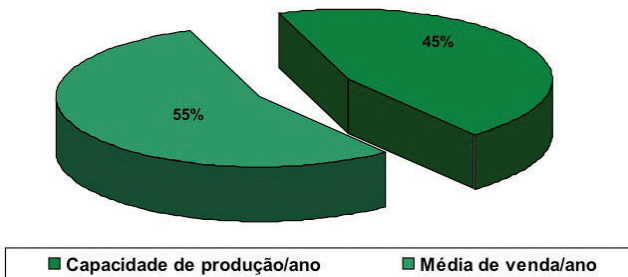
A capacidade mensal de produção da COOPED-Moju era de 4 toneladas. No entanto, se a Cooperativa, no período de ju-

---

lho de 2006 a julho de 2007, conseguiu produzir e comercializar uma média mensal de apenas 1.795 kg, isso se deve, fundamentalmente, a dois fatores:

- a) Começou o aproveitamento industrial do fruto em sua sede, em Moju, somente em julho de 2006 e passou, por esta razão, por uma fase de testes e ajustes;
- b) Enfrentou, em sua fase inicial de produção, problemas de afirmação perante os compradores.

A partir de setembro de 2007, a Cooped-Moju aumentou a média de produção mensal para 3 toneladas, que representou um faturamento de, aproximadamente, R\$ 21 mil.



Fonte: Bolsa Amazônia Brasil. Elaborado pelos Autores

## 2.2.6 Dificuldades e Desafios

### ♦ Pesquisa Quantitativa

Essa análise procurou identificar as principais dificuldades operacionais da Cooperativa. A pesquisa quantitativa teve como informantes os sócios e diretores da COOPED-Moju, que revelaram diferentes graus de dificuldade, nos seguintes tópicos:

- a) Contratação de pessoal para trabalhar: tanto no primeiro ano como em 2006 houve alta dificuldade na contratação de empregados, devido à falta de qualificação da mão-de-obra local;

- b) Qualidade da produção: foi identificada como alta dificuldade na fabricação de produtos com qualidade;
- c) Busca por novos clientes: havia um número reduzido de clientes da cooperativa e o grau era de alta dificuldade. A estratégia de busca por novos e potenciais clientes precisava ser aprimorada;
- d) Capital de giro e pagamentos de empréstimos e juros: foi observado haver uma alta dificuldade em investimentos e para honrar os compromissos assumidos;
- e) Aquisição de equipamentos: os resultados da entrevista mostraram que existia alta dificuldade em novas aquisições, para modernizar a produção;
- f) Grau de instrução dos funcionários: 95% dos funcionários possuíam apenas o Ensino Fundamental incompleto, havendo necessidade de um programa de acesso a educação formal;

Nos tópicos a seguir, os entrevistados opinaram sobre o grau de importância de vários aspectos da cadeia produtiva do coco:

- a) Qualidade da matéria-prima: grau de alta importância era dado para a qualidade da matéria-prima. Existem fatores que influenciam diretamente a qualidade do produto, como, a coleta do coco na época certa, que, se não é feita adequadamente, pode influenciar na qualidade do produto. A opinião dos diretores é que faltava apoio às comunidades para o manejo adequado dos coqueirais;
  - b) Qualificação da mão-de-obra: o levantamento apontou que este é um tema considerado de alta importância, mas esbarra na formação e qualificação dos funcionários, muito baixa. Os diretores da cooperativa demonstraram a necessidade de conhecimento prático e técnico da produção, assim como pessoal com formação superior específica em Química Industrial e Engenharia de Alimentos.
-



- c) Níveis tecnológicos: acreditavam ser de alta importância na cooperativa, por isso havia a preocupação e o interesse em adquirir equipamentos novos e modernos que pudessem melhorar o desempenho da produção;
  - d) Capacidade de introdução de novos produtos/processos: aparecendo também como de alta importância, mas faltava estrutura técnica para processos de inovação; de qualquer maneira, a COOPED-Moju iniciou, com apoio externo, uma linha de produção de biscoitos, com mistura de frutos amazônicos;
  - e) Estratégias de comercialização: faltavam recursos humanos para o desenvolvimento de estratégias de comercialização dos produtos;
    - f) Qualidade do produto no mercado: fator considerado de média importância;
    - g) Capacidade de atendimento, volume e prazo de entrega das mercadorias: foi considerado de baixa importância, indicando, porém, que a empresa necessitava de uma política de logística adequada para solucionar tais problemas;
    - h) Inovação tecnológica: tendo como base o período de julho de 2006 a junho de 2007, o estudo realizado revelou que não houve ação alguma em relação à Pesquisa e Desenvolvimento. Também se destaca a necessidade de implantação de outras tecnologias, como softwares, de programas de gestão de qualidade, como, qualidade total e reengenharia de outros processos;
    - i) Parcerias com outros agentes do mercado; perguntados sobre as formas de cooperação utilizadas com outros agentes do arranjo, os diretores da cooperativa realçaram que não tiveram condições para encarar questões como o desenvolvimento de produtos e processos, design e estilos dos produtos, venda conjunta de produtos e participação de feiras e eventos;
    - j) Transações comerciais: definiu-se como grau de alta importância a aquisição de matéria-prima e insumos para a produção. Pode-se ressaltar ainda que a empresa não possuía
-

qualquer tipo de representação de vendas ou equipe de vendas, ficando a comercialização limitada a um número reduzido de clientes;

k) Parcerias com organizações associativas e cooperativas: a pesquisa identificou uma fraca relação da cooperativa com essas entidades de classe;

l) Políticas públicas para o aumento da eficiência competitiva: quando perguntados quais as políticas públicas que poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva do arranjo, foi dada alta importância para os gestores da cooperativa, apesar de a cooperativa não ter acesso a nenhuma delas.

#### ♦ Pesquisa Qualitativa

Na pesquisa qualitativa realizada junto a essa experiência produtiva foram destacados pontos específicos para a construção de indicadores de um futuro do plano de negócio:

- a) Escolha da localização da agroindústria: a abundância de matéria-prima foi um dos fatores preponderantes, seguido pelas boas vias de acesso para o escoamento da produção.
  - b) Perdas de matéria-prima: às vezes o coco estava verde (não maduro), podre ou germinando, o que levava a uma perda de até 20%. As principais causas são as coletas do coco fora da época e falta de tratamentos culturais da plantação. Isso apontava para a necessidade de um programa de incentivos aos pequenos produtores, para capacitação e assistência técnica em manejo dos coqueirais;
  - c) Tecnologias utilizadas: a falta de avanço em mudanças nas tecnologias de processo e produto acarretou a inibição do crescimento da empresa. Aliado a isso a qualidade do forno para desidratação do produto era precária, tendo a capacidade de apenas 200 kg/dia, ou seja, o vapor não circulava por igual e conseqüentemente havia perda significativa de calor;
  - d) Investimentos em novos produtos e modernização: havia uma área já construída para a fabricação do biscoito
-

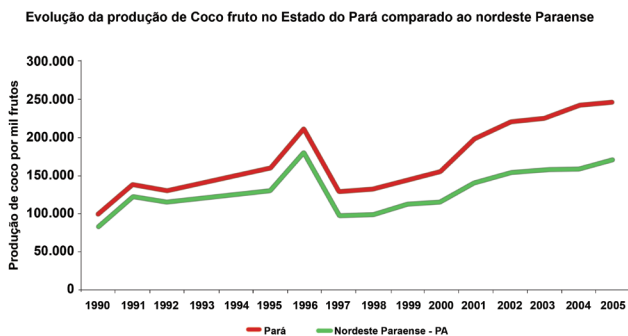
- de coco, porém faltavam autorizações dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Havia muito interesse em modernizar e inovar produtos e aumentar a escala da produção;
- e) Planejamento e sistema de controle do produto final: não havia rígido controle de entrada e saída de funcionários nos locais de produção. Isso indicava a necessidade de readequar o processo produtivo e aplicar mais ferramentas de controle de qualidade;
  - f) Sistema de informação, comunicação e divulgação dos produtos: havia grande dificuldade em ações de planejamento e organização. Apesar disso, a pesquisa mostrou que os diretores apresentavam grande preocupação em relação aos canais de comunicação.
  - g) Vendas do coco ralado: não havia planejamento para conquistar novos clientes de forma direta. As vendas continuavam a ser influenciadas por atravessadores, que barganhavam preços e clientes diversos.
  - h) Logística: foram detectados vários problemas, que iam desde o escoamento do produto até a armazenagem.

### 2.2.7 Analisando o Mercado

Kotler (2000) define como estimativa de demanda corrente de mercado três maneiras de avaliar a participação no mesmo: Potencial Total de Mercado, Potencial de Mercado na Área de Vendas Setoriais e Participação de Mercado Global. Este diagnóstico utiliza a terceira para a análise, que é dada pelas vendas das empresas, expressas com porcentagem das vendas do mercado.

O Gráfico a seguir mostra a evolução da produção de coco, no período de 1990 a 2005, no Estado do Pará e Mesorregião Nordeste Paraense. No Estado do Pará, no período de 1992 a 1996, houve um crescimento linear na produção, tanto que em 1996 foi o pico desse crescimento, com 210.849 milhões de frutos. Em 1997, apresentou uma queda brusca de 128.851 milhões, voltando a crescer a partir de 1998, de forma linear, até seu ápice em 2005, com produção de 247.627 milhões de frutos. A média de produção geral no Estado foi

de 169.730 milhões (1990 a 2005), enquanto que, a média a partir de 1998 até 2005, foi de 212.509 milhões de frutos, um acréscimo de 25%, quando comparados os dois períodos analisados. Isso se devendo aos investimentos oriundos do FNO, administrado pelo Banco da Amazônia e do Banco do Brasil, constituindo nesse período a principal fonte de financiamento para a cultura do coco fruto no Pará. Dados revelam que o Banco financiou a maior parte da área plantada, isto é, 16.178 ha no Estado, com investimentos na ordem de R\$ 54,5 milhões, referentes a financiamentos e liberação de recursos. Isso contribuiu de forma decisiva para o avanço da cultura do coco nesse período no Estado (REBELLO; FILHO, 2003).



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaborado pela Bolsa Amazônia Brasil.

Na Mesorregião Nordeste Paraense, onde está localizado o município de Moju, os padrões foram semelhantes ao do Estado. Essa região é tem a maior fatia de produção, em torno de 69%, em 2005. Isso se deve, em parte, aos investimentos do grupo empresarial Socôco, a partir de 1985.

A Tabela 1 mostra a relação da produção do coco fruto com a população estimada para o Estado no período de 2001 a 2005. Tal relação evidencia a quantidade de frutos produzida por habitantes. Os dados de disponibilidade per capita demonstram um crescimento linear de 2000 a 2005, mantendo uma média de 32,5 per capita por habitante.

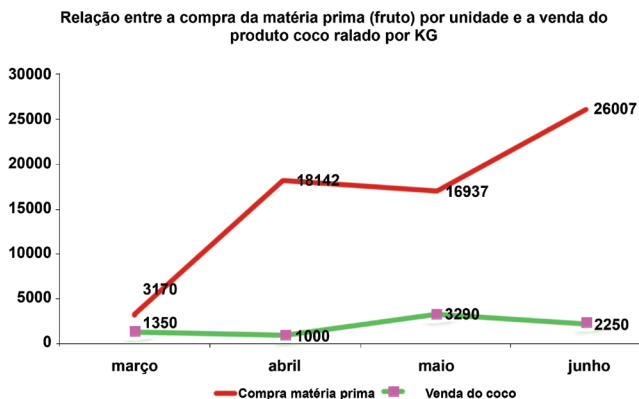
**Tabela 1 - Projeção de oferta interna no Estado do Pará do coco fruto, por População e disponibilidade per capita no Estado do Pará – 2000/2005.**

Ano	Produção	População. Habitantes	Disponibilidade per capita Frutos/Habitantes
2000	154957000	6192307	25,0
2001	197383000	6341736	31,1
2002	220361000	6453683	34,1
2003	225388000	6574993	34,3
2004	240664000	6850181	35,1
2005	247627000	6970591	35,5

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal / Elaborado pela Bolsa Amazônia Brasil.

Como realçado anteriormente, a COOPED-Moju iniciou o aproveitamento industrial do coco fruto, no Município de Moju, somente em agosto de 2006. Avaliou-se a compra de matéria-prima e a produção do coco ralado, nos meses de março a junho de 2007. Optou-se por este período pelo fato de que as festas juninas representam um auge de demanda pelo produto. A própria cooperativa procurou se preparar para esse mês excepcional, através do aumento da compra de coco seco, nos meses de abril e maio para poder atender a uma crescente demanda, sinalizada por uma série de possíveis novos clientes para o mês de junho. No entanto, devido à falta de uma equipe profissional de comercialização, as expectativas não se concretizaram.

Desta maneira acumulou-se um estoque de matéria-prima acima das necessidades de produção.



Fonte: Cooperativa Mista COOPED. Elaborado pela Bolsa Amazônia Brasil.

#### ♦ Potencial global de mercado

Este potencial é estimado pelo volume total de vendas que pode estar ao alcance de todas as empresas que produziram ou negociaram coco ralado no Estado do Pará, em 2007. Segundo Kotler (2000), uma maneira de se estimar o potencial global de mercado é a de estimar o número de compradores em potencial e multiplicar pela quantidade média adquirida por um comprador e multiplicando esse resultado pelo preço médio do produto.

#### ♦ Potencial Estimado de Mercado = EP\*QMC\*PM

Partindo desta equação, pode-se afirmar que a COOPED-Moju, atualmente, estava abocanhando apenas 24% do seu potencial estimado de mercado.

#### ♦ Análise de Swot

Para entender melhor os desafios que enfrentava a COOPED-Moju, foram realizadas análises de acordo com a matriz de SWOT, demonstrando que a Cooperativa possuía fraquezas e ameaças que se sobrepunham às forças e oportunidades.

#### ♦ Matriz de SWOT

M= magnitude do elemento

I = importância do elemento

R= avaliação final do elemento

Escala de magnitude: varia de +3 para o mais favorável a -3 para o mais desfavorável. Escala de importância: varia de 3 (maior importância) a 1 (menor importância)

**Tabela 2: Demonstrativo das Forças da Cooperativa, análise do ambiente interno da COOPED-Moju**

Forças:	M	I	R
Possibilidade de diversificação de produtos - a fibra de coco, biscoito de coco, leite de coco	3	2	6
Apelo popular e ambiental de sua condição de cooperativa	2	1	2
Apoio técnico UFPA/SEBRAE	3	3	9
Envolvimento dos órgãos públicos de Desenvolvimento nos APL'S	2	2	4
Credibilidade junto aos produtores de matéria prima (produtores de coco)	2	3	6
O produto tem boa visualização perante os clientes	2	3	6
Matéria prima abundante no período da safra	2	2	4
Motivação e comprometimento da presidência da Cooperativa	2	2	4
Localização do arranjo facilita o escoamento da produção	3	3	9
Média	5,6		

Fonte: Bolsa Amazônia Brasil.

**Tabela 3 - Demonstrativo das Fraquezas da Cooperativa, análise do ambiente interno da COOPED-Moju**

<b>Fraquezas:</b>	<b>M</b>	<b>I</b>	<b>R</b>
Gestão e gerenciamento em níveis amadores devido à escolaridade baixa dos cooperados	3	3	9
Pouca divulgação dos seus serviços e produtos para o mercado alvo	3	3	9
Pouca divulgação institucional	2	1	2
Quantidade de clientes reduzidas e alta concentração em poucos clientes	3	3	9
Não há controle de qualidade na produção	3	3	9
Falta de empenho de alguns sócios	2	1	2
Fraco poder de inovação de produtos	3	3	9
Fraca política ambiental e sanitária da empresa	2	1	2
Inexistência de um planejamento logístico adequado	2	1	2
Endividamento junto aos bancos	2	3	6
Inexistência de canais de comunicação com os clientes que, por conseguinte, não são fidelizados pelo arranjo	3	2	6
Baixa tecnologia e falta controle das informações	3	3	9
Perda de 20% da produção no armazenamento e escoamento	2	1	2
<b>Média</b>	<b>5,8</b>		

Fonte: Bolsa Amazônia Brasil.



**Tabela 4 - Demonstrativo das Oportunidades da Cooperativa, análise do ambiente externo da COOPED-Moju**

Oportunidades	M	I	R
Investimento por parte do governo federal no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2	1	2
Possibilidade de incentivos fiscais	2	2	4
Chances de novos mercados locais e nacionais	3	3	9
Fator cultural decisivo na mesa do paraense relacionado a eventos festivos	2	2	4
Possibilidade de entrada no comércio de varejo	3	3	9
Possibilidade de redução na carga tributária	2	1	2
Possibilidade da Prefeitura ceder a área para a cooperativa	2	2	4
Possibilidade de expansão do número de clientes	3	3	9
Média	5,4		

Fonte: Bolsa Amazônia Brasil.

**Tabela 5 - Demonstrativo das Ameaças da Cooperativa, análise do ambiente Externo da COOPED-Moju**

Ameaças	M	I	R
A sede não é própria é apenas cedida à cooperativa	2	1	2
A queda do dólar	2	1	2
O coco vindo da Malásia	2	1	2
Política de preços baixos por parte dos concorrentes	3	3	9
O grande poder de barganha dos clientes	3	3	9
Os atravessadores do produto	3	3	9
A entrada de novos concorrentes vindo do Ceará e Maranhão	3	3	9
O entrave político com o atual prefeito	2	2	4
Carga tributária elevada	2	1	2
Falta de assistência técnica dos fornecedores de matéria prima	3	3	9
Média	5,7		

Fonte: Bolsa Amazônia Brasil.

Na análise total dos dados, a média de fraquezas chegou a 5,8, um pouco acima da média das forças, que chegou a 5,6 (Tabelas 2 e 3). Na Tabela 3, verifica-se que a diferença está dentro do raio do desvio padrão, portanto, por mais que as fraquezas fossem maiores, a possibilidade de avanço era expressiva.

Podem-se ressaltar algumas forças que tiveram destaque em relação ao contexto da magnitude e importância: o apoio técnico que a UFPA ofertou para o arranjo e sua própria localização, que facilitava a produção e o escoamento do produto.

As fraquezas residiam na gestão, na reduzida divulgação dos seus serviços e produtos para o mercado alvo e na concentração em poucos clientes. Além disso, havia fraco poder de inovação de produtos, baixa tecnologia e falta de controle das informações. Todas essas fraquezas deveriam ser combatidas de forma sistemática, para que a cooperativa voltasse a se estruturar no mercado, de maneira mais competitiva.

Em relação às ameaças e oportunidades verificadas nas Tabelas acima, a tendência foi maior para as Ameaças com 5,7 e 5,4 para as Oportunidades, mas vale notar que a diferença entre as médias era de apenas 0,3, podendo-se dizer que o cenário estava nivelado (Tabelas 4 e 5).

Portanto, havia chances de se estruturar o arranjo, mas era necessário investimento, a fim de que as Oportunidades pudessem se sobrepor às Ameaças de forma satisfatória. Era necessário potencializar oportunidades definidas por sua magnitude e importância, com destaque para a conquista de novos mercados regionais e nacionais e, dessa forma, expandir o número de clientes. Outra alternativa a ser considerada seria a possibilidade de entrada no mercado de varejo do coco ralado.

No fator desfavorável destacavam-se algumas Ameaças, que precisavam ser analisadas: a política de preços baixos por parte dos concorrentes, o grande poder de barganha dos clientes, os atravessadores do produto, a entrada de novos concorrentes vindos do Maranhão e Ceará, insuficiente assistência técnica dos fornecedores de matéria-prima.

Resumindo: pela matriz os cenários não eram tão favoráveis, mas havia uma expectativa de melhora devido ao equilíbrio de todas as forças. Era preciso avançar para combater as Fraquezas, potencializar as Oportunidades e Forças que a Cooperativa possuía.

#### ♦ **Análise de Porter**

A avaliação de uma indústria, do ponto de vista estratégico, efetua-se pela caracterização dos fatores determinantes da estrutura desta indústria, da sua evolução e das relações que esta-

belece entre eles. Porter aponta cinco fatores, chamados de cinco forças competitivas: a rivalidade entre as empresas concorrentes, o poder de negociação dos fornecedores, o poder de negociação dos clientes, a ameaça de entrada de novos concorrentes e a ameaça do aparecimento de produtos ou serviços substitutos.

#### **- Ameaça de Rivalidade Intensiva no segmento**

Philip Kotler (1998) esboça uma análise sucinta dos setores industriais e de concorrentes, idealizada por Michael Porter, em que afirma que não é atraente o segmento onde há grande número de concorrentes fortes ou agressivos, custos fixos altos, barreiras elevadas à entrada ou o esmagamento das margens de lucro, através do preço baixo por parte dos concorrentes. Outro fator é a pouca diferenciação dos produtos por parte dos concorrentes, e isso leva os clientes a optarem por aquele que oferece o menor preço.

No caso da COOPED-Moju, embora o mercado fosse crescente e houvesse constante surgimento de novos concorrentes, a rivalidade não era intensa, pois o mercado apresentava um líder absoluto e um segundo colocado. Os entrantes eram pequenas empresas voltadas para nichos específicos do mercado.

#### **♦ Grau de Avaliação de Ameaça: Médio**

##### **- Ameaças de Novos Entrantes**

Uma vez que o mercado encontrava-se em fase de crescimento (de cerca de 5% ao ano, em que há um potencial de mercado de aproximadamente R\$ 1 milhão a explorar pela COOPED-Moju), os indicadores revelaram que havia condições de penetração de novas empresas do ramo de coco ralado industrial. Por outro lado, notou-se a ameaça do coco vindo da Malásia. Porém, o que chamava mais a atenção era a entrada de produtos vindos do Ceará (DUCOCO) e do Maranhão, que vinham se firmando e se tornando uma real ameaça. Em geral, eram empresas de grande porte, com muitos anos no mercado de venda de coco ralado industrial e alto poder tecnológico e de investimento

---

e que, embora produzissem o coco com custo operacional alto, praticavam preços competitivos dentro do mercado regional.

♦ **Grau de Avaliação: Forte**

- **Ameaças de Produtos Substitutos**

É comum na indústria de coco ralado o aparecimento de novos produtos no mercado, pois a cadeia é bem ampla e diversificada. Assim, a preocupação no mercado local deve girar em torno do aumento da capacidade de inovação de produtos, pois, dominando essas tecnologias tem-se a chance de maior competitividade.

No caso da COOPED-Moju, seria importante verificar, no futuro, quais os produtos que não fazem parte da cadeia produtiva do coco ralado, mas que poderiam ameaçá-lo como produto substituto.

♦ **Grau de Avaliação: Médio**

- **Ameaça de Poder de Barganha crescente dos Compradores**

O número de clientes da COOPED-Moju, quando da análise realizada, era reduzido e isso se tornava uma das fraquezas da empresa, conforme a análise de SWOT, havendo grande poder de barganha dos clientes, ao ponto de 80% de seu faturamento se encontrar nas mãos de somente cinco clientes, o que a tornava vulnerável quanto a sua fidelidade. Como afirma Kotler (1998, p. 207), a margem pequena de compradores faz com que “forcem o preço para baixo, exijam mais qualidade de serviços e coloquem os concorrentes uns contra os outros”.

A Cooperativa pretendia aumentar seu universo de clientes, conquistando um maior número, entre os de menor porte, no sentido de pulverizar o seu faturamento em fatias menores.

♦ **Grau de Avaliação: Forte**

- **Ameaça de Poder de Barganha crescente dos Fornecedores**

As empresas SOCOCO e a DUCOCO, juntas, conseguiam abocanhar mais de 50% do mercado regional. Por outro

lado, os fornecedores de matéria-prima constituíam-se em um verdadeiro aliado, pois a COOPED, segundo a pesquisa realizada, prezava de total confiança junto aos fornecedores de matéria-prima. O grande problema desses fornecedores era a falta de assistência técnica no coqueiral, ou seja, o coco era colhido, às vezes, antes da hora certa ou a área da colheita não estava roçada.

O maior problema encontrado aqui eram os Atravessadores, que formavam verdadeiros cartéis, barganhando preços menores para obterem lucros maiores. O crescimento do número de Atravessadores era preocupante, pois elevava os preços do produto.

♦ **Grau de Avaliação: Forte**

**- Aspectos Logísticos no Sistema Agroindustrial da Cooped-Moju**

Do ponto de vista estratégico, a COOPED-Moju, situada às margens da PA-150, favorecia o acesso aos fornecedores de matéria-prima, agilizando a reposição de seu estoque, bem como o escoamento da produção para a capital e municípios adjacentes.

A Alça Viária, rodovia estadual que liga o nordeste paraense às demais regiões, era outro facilitador de acesso das indústrias de transformação da região de Moju, dando maior mobilidade aos seus produtos e serviços, dentro e fora do Município, o que permitia também a acessibilidade da COOPED a seus fornecedores externos, clientes e parceiros.

A BR-316, no contexto transporte rodoviário, tornou-se a porta de entrada e saída de toda a produção na capital e municípios vizinhos. Quanto ao Município de Moju, e em particular à Cooperativa, esta rodovia possibilitava a expansão comercial entre a mesorregião nordestina do Pará com arranjos internos e também com outros Estados.

As vias arteriais a BR-316 mostram-se incapazes de absorver o alto volume do tráfego oriundo dos negócios realizados na

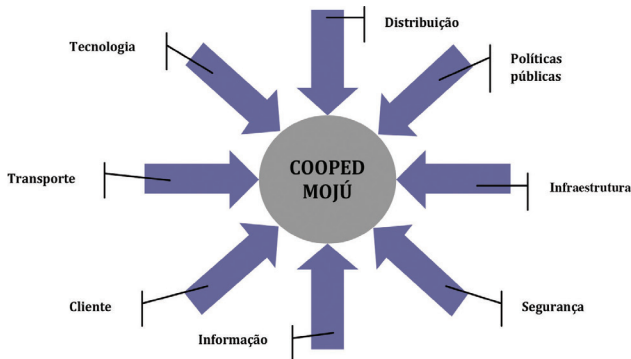
---

região e, de uma forma mais ampla, sobrecarregam a BR-316, que é via de entrada e saída de cargas, transporte público e privado. Por outro lado este sistema, apesar de suas limitações é o que se dispõe.

O transporte hidroviário no Estado do Pará é outro meio largamente utilizado na região nordeste do estado. Entretanto, em Moju, a precariedade de infra-estrutura desse setor, faz com que pouco ou quase nada deste tipo de modal seja usado em seu potencial máximo. Caso o histórico fosse contrário à realidade praticada, o sistema de transporte de carga local teria certamente mais fluidez. Na falta desta infra-estrutura e da difusão deste sistema, se estabelece uma corrida em sentido ao transporte rodoviário, aumentando os custos de operação.

O Pará não dispõe de políticas públicas bem definidas que dizem respeito ao transporte de cargas e à segurança no transporte.

A figura abaixo mostra alguns dos fatores externos que influenciam na logística interna no caso de Moju.



Fonte: Bolsa Amazônia Brasil

Quanto à influência interna, ela afeta a produtividade, qualidade, vendas e expansão dos negócios. Obviamente que os fatores internos são tão importantes quanto os externos, pois suas influências são sentidas de imediato.

### 2.2.8 As Perspectivas

O cenário de produção do coco no Pará revela uma clara tendência de crescimento, chegando, entre 1998 e 2005, a uma média anual de produção de, aproximadamente, 212 milhões de unidades. Esse dado representa um acréscimo de 25% na média, quando o comparamos com o período de 1990 a 1998.

A COOPED-Moju conseguiu desde setembro de 2007 aumentar a média de sua produção mensal para 3 toneladas de coco ralado. Trata-se de um resultado considerável, já que foi alcançado por esforço próprio. No entanto, para entrar no círculo virtuoso, a cooperativa precisa cuidar de dois aspectos fundamentais:

- 1) Aumentar sua capacidade de produção com tecnologias apropriadas e diferenciar a linha de seus produtos;
  - 2) Profissionalizar as condições de sua gestão e comercialização.
-



# 11

## A experiência colombiana

### 1. Atores

A Fundação Etnollano, na Colômbia, vinha apoiando, na denominada Selva de Matavém, Departamento de Vichada, a programas de saúde comunitária, através da capacitação de promotores indígenas de saúde e a construção comunitária de sistemas de informação em saúde, que permitiram a obtenção de um controle do crescimento das crianças nas comunidades.

No ano de 1993, começa a ser evidenciado um decréscimo na saúde dos habitantes das comunidades. As economias tradicionais de subsistência para o auto-consumo como a mandioca, o cacau, o abacaxi e a pimenta, entre outros, começavam a ser comercializados nos centros urbanos mais próximos. A distribuição dos recursos gerados por estas atividades econômicas incipientes nem sempre cobria as necessidades familiares. Da mesma forma, as oportunidades de trabalho diferentes, como nas minas de ouro, por exemplo, afastavam os habitantes das comunidades de seus lares.

Os crescentes cultivos de coca na Amazônia colombiana, nessa época, apresentavam-se, também, como elemento de deterioração social importante, já que se convertiam não apenas em

---

problema ambiental, mas em algo que impunha às culturas indígenas, condutas alheias. O panorama, então, era que as comunidades se viam ameaçadas pela ausência dos homens, já que são as mulheres e crianças que assumem os trabalhos comunitários e da casa, sem terem nenhuma saída econômica para subsistir. Interessavam-lhes alternativas de renda para os jovens, adequadas às suas tradições e que permitissem uma revalorização cultural dos povos, com geração de renda digna a toda a comunidade.

Nesse contexto é que o trabalho artesanal se perfilava como a melhor atividade.

O processo de trabalho com as comunidades indígenas de Matavén se iniciou com ações baseados em três eixos principais.

Em primeiro lugar levou-se a cabo um processo de recuperação da cultura material de cada povo para, desta maneira, se poder realizar um diagnóstico do potencial artesanal de cada comunidade e gerar, em torno do trabalho artesanal, uma identidade própria de cada povo. Através de um trabalho de revisão documental, de reuniões participativas com os membros da comunidade e de visitas a museus ou espaços de conhecimento étnico, cada comunidade definiu sua produção artesanal.

O segundo eixo de trabalho consistiu no desenvolvimento e melhoramento de produtos, através de assessorias técnicas em design e acabamentos, levando em conta os conhecimentos ancestrais e introduzindo algumas adaptações para o mercado.

Por último, o terceiro eixo, ponto crítico da maioria dos programas produtivos foi o da comercialização. A comercialização dos produtos que provinham do apoio da Fundação se deu, inicialmente, através da feira colombiana artesanal, anual, EXPOARTESANIAS, um dos maiores espaços da América Latina para a comercialização de produtos artesanais e de design.

Outra via para a comercialização dos produtos foi um Centro de Armazenamento, coordenado pela Fundação Etnollano, através da qual se iniciou a distribuição para algumas lojas da cidade. A escala comercial era um elemento novo de trabalho para a Fundação.

---

No ano de 2001, com o início do Projeto Matavén-GEF, o trabalho no programa produtivo se ampliou a outras comunidades da Selva de Matavén. Da mesma forma, com a experiência adquirida, se definiram com os *resguardos* indígenas critérios e linhas de trabalho para obtenção de sustentabilidade ecológica, econômica e social dos projetos produtivos.

Adiantaram-se processos de trabalho que:

- ♦ Contribuísem para o melhoramento da qualidade de vida da família indígena;
- ♦ Tivessem um impacto ambiental mínimo;
- ♦ Fossem ecologicamente sustentáveis;
- ♦ Tivessem uma função educativa e de revalorização étnica e cultural;
- ♦ Prestassem um benefício comunitário;
- ♦ Permitissem uma ampla participação (mulheres, jovens e homens);
- ♦ Buscassem a valorização dos recursos naturais nativos e de uso tradicional;
- ♦ Fossem atividades complementares e não substitutivas das atividades tradicionais;
- ♦ Manejassem preços justos;
- ♦ Os produtos fossem de alta qualidade.

Com base nesses critérios a Fundação Etnollano continuou seu trabalho apoiando a produção artesanal nos Resguardos Indígenas da Selva de Matavén, dando solução, passo a passo, às dificuldades que se apresentavam.

Finalmente, no ano de 2004, referida Fundação ampliou seu trabalho a zonas dos Departamentos de Amazonas, Vaupés e Guania e começou a dar apoio a programas orientados ao desenvolvimento de alternativas turísticas comunitárias.

O apoio da Fundação Etnollano a alternativas produtivas estava dando como resultado organizações produtivas fortes, com produtos de alta qualidade e de forte identidade cultural, com componentes ambientais importantes para garantir sua sustentabilidade.

Não obstante, a comercialização dos produtos se restringia aos mercados locais, com a participação de alguns grupos em feiras, como a Expoartesanias, importante em Colômbia.

A Fundação Gaia Amazonas - que desenvolvia programas de governabilidade indígena na Amazônia e que tinha dentro de sua área de trabalho alguns programas produtivos - e a Fundação Etnollano, iniciaram um processo reflexivo através do qual nasceu a idéia, em 2004, de criar a Fundação Mambe Shop como entidade que dedicaria seus esforços a abrir espaços de mercado nacionais e internacionais para a comercialização de produtos provenientes dos programas de apoio à produção.

No ano de 2004 a Fundação Mambe Shop foi selecionada pelo Conselho do Consórcio Regional Bolsa Amazônia e convidada para assumir a Secretaria Executiva da Bolsa em Colômbia, ou, simplesmente, a Bolsa Colômbia.

A primeira missão de Mambe Shop como Bolsa Colômbia foi a de conformar uma Rede de parceiros na Amazônia colombiana, as quais aportaram suas experiências e produtos ao Consórcio.

Foi conformada a rede de parceiros entre os quais se encontravam: Fundação Gaia, Fundação Etnollano, Natura e Ecofakto, e a Associação de Artesãos de San Luis de Zama.

Impulsionada por um compromisso social, a Fundação Mambe Shop trabalhou sob o conceito de relações e de benefícios justos com os pequenos produtores. Isso significou que os preços dos produtos se estabeleceriam de acordo com o esforço real feito pelos produtores e as necessidades que estes tinham de manter condições de vida digna e respeitosa com seu entorno natural e social, sem discriminação entre homens e mulheres.

Uma das principais prioridades de Mambe Shop foi a sustentabilidade ambiental da produção dos artesanatos que comercializava. Isto se traduziu na preparação de objetos que não degradassem ou esgotassem os recursos necessários para sua fabricação e, que por outro lado, a obtenção da matéria-prima não

---

implicasse em mono cultivos, desmatamentos ou substituição de cultivos tradicionais destinados à alimentação.

## **2. Apoio à Produção Organizada**

A Bolsa, em Colômbia, trabalhou com famílias ou grupos associados sob um perfil comunitário, para assim poder promover investimento em capital físico e humano do conjunto da população. Promoveu linhas de participação claras e transparentes e fomentou a participação democrática na tomada de decisões, no nível comunitário. Em vista de fomentar o desenvolvimento das comunidades, buscou criar relações de longo prazo com os produtores para que pudessem realizar seus projetos de investimento social e fortalecer a organização produtiva.

### **♦ Investimento em Desenvolvimento Social**

Os lucros resultantes de um comércio de benefícios justos foram investidos em projetos que promovessem o melhoramento das condições de vida dos grupos de produtores e de suas culturas. Para isso, a Bolsa promoveu a criação e o bom uso de fundos de investimento social. Tais usos eram livremente decididos pelos habitantes, de maneira a terem autonomia na resolução das necessidades próprias por eles identificadas, trabalhando sob o critério de igualdade, e não de discriminação entre homens e mulheres, garantindo melhorias no bem-estar social. O respeito aos direitos individuais, a não exploração de crianças e pessoas com deficiências foi um objetivo importante, preocupando-se que as repercussões do comércio sobre homens, mulheres e crianças não fossem, em hipótese alguma, negativas ou obstruíssem o desenvolvimento individual e comunitário.

### **♦ Fortalecimento da Identidade Cultural**

A defesa da identidade cultural das comunidades e de seus indivíduos, assim como o impedimento a qualquer forma de colonização ideológica ou cultural foi outro objetivo perseguido. Por meio do artesanato e do turismo responsável buscava reafirmar as raízes étnicas dos artesãos, fomentando o uso de seus ma-

---

teriais e técnicas tradicionais, sem opor-se à sua evolução, como culturas dinâmicas que são.

### 3. Cadeias Comerciais Transparentes

Para garantir que o processo fosse transparente com as comunidades levou-se a cabo uma constante retroalimentação dos processos e atividades: a relação da Fundação Mambe Shop, coordenadora da Bolsa em Colômbia, com os produtores sempre foi direta e se baseou em relações de transparência. Os grupos que trabalham com Mambe Shop conhecem a política de preços completa e a cadeia comercial em que participam, entendendo, assim, o processo de benefícios justos da comercialização. Esta transparência também se reflete ao final da cadeia comercial onde o cliente de Mambe Shop pode ter acesso á informação relacionada com as comunidades e produtores com os quais trabalha a Fundação.

As relações de Mambe Shop com os produtores se estabeleceram com base a critérios e princípios sustentados na filosofia do Comércio Justo, adotados e promovidos por OXFAM-NO-VIB internacional e resumidos nos seguintes pontos:

- ♦ Benefícios econômicos para uma vida digna;
- ♦ Respeito aos direitos das crianças;
- ♦ Respeito ao meio ambiente;
- ♦ Direito a um trabalho digno.

Estes princípios internacionais que sustentam a filosofia do Comércio Justo se complementam por outros princípios construídos pelo Programa COAMA, parceiro da Bolsa na Colômbia, através de sua experiência de mais de 10 anos de apoio a projetos produtivos comunitários:

- ♦ Que cumpram uma função educativa e de revalorização étnica e cultural;
  - ♦ Que prestem um benefício comunitário;
  - ♦ Que busquem a revalorização dos recursos naturais nativos e do conhecimento tradicional;
-

- ✦ Que se manejem benefícios justos e que os preços estabelecidos sejam do conhecimento público, assim como a distribuição de valores em cada uma das atividades de comercialização, o transporte, os impostos exigidos pelas leis colombianas, etc.;
- ✦ Que os produtos sejam de alta qualidade.

Desta maneira, a BOLSA/Fundação Mambe Shop, iniciou seu trabalho por meio da abertura de uma loja em Bogotá. Com o tempo, a equipe de trabalho da Fundação foi enfrentando o mercado e aprendendo novos elementos que deviam ser incluídos em seus modelos de trabalho.

A ampliação da comercialização a outros grupos de produtores de toda a Colômbia foi uma necessidade para diversificar os produtos e alcançar um maior número de clientes. A abertura de outra loja no aeroporto de Puerto Carreño (Vichada) foi uma estratégia importante para aumentar a comercialização de produtos da Amazônia colombiana.

Não obstante, outros elementos dificultaram o alcance de uma sustentabilidade real dos negócios incentivados.

Em primeiro lugar, os produtos artesanais se constituem em bens de luxo, não substituíveis, adquiridos por um público ou cliente de estratos sócioeconômicos altos.

A ampliação do objeto social da Fundação à comercialização de serviços de turismos, desenvolvido por grupos organizados na Amazônia colombiana, mostrou ser uma área importante de apoio às comunidades e deu lugar a importantes trabalhos comunitários em Amazonas e Vichada. Entretanto, ainda é um processo incipiente e iniciante.

Como Bolsa Nacional, Mambe Shop buscou, também, a abertura de novos espaços de mercado, para os produtores amazônicos, através da participação em Feiras, Rodadas de Negócios, e da promoção nacional de seus produtos, conseguindo abrir mercados de nível institucional em novas lojas, ao mesmo tempo em que buscava mercados internacionais justos.

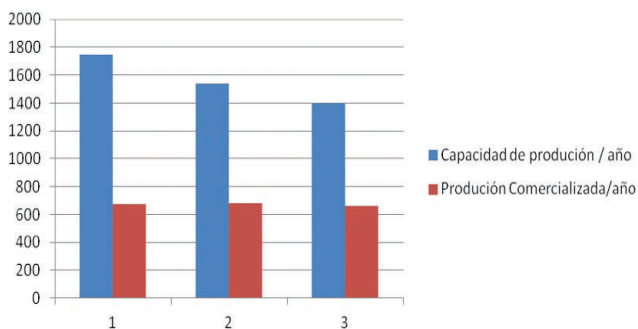
A tabela e os gráficos a seguir dão uma idéia da atuação da Bolsa/Fundação Mambe Shop, em Colômbia.

**Tabela 1 - Artesanatos em Geral (Peças de todas as Comunidades)**

DISCRIMINAÇÃO	ANOS		
	2006	2007	2008
Capacidade e de produção / ano	1746	1541	1396
Produção Comercializada/ano	672	682	660
Beneficiários totais/ano	175	175	163
Homens Beneficiados/ano	37	37	35
Mulheres beneficiadas/ano	138	138	128
Nº Comunidades envolvidas	6	6	5

Fonte: Mambe Shop. Linha de Base 2006-2008. Bolsa Colômbia

**Gráfico 1 - Capacidade de Produção e Produção Comercializada. 2006-2008**



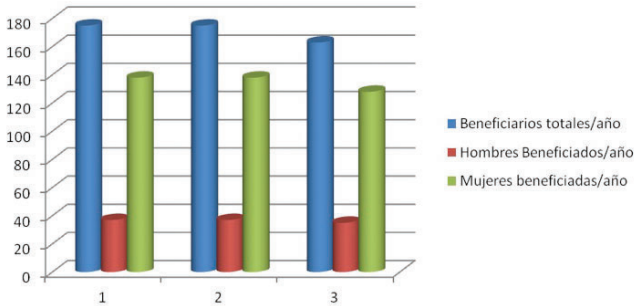
Fonte: Linha de Base-Bolsa Colômbia, 2006-2008. Elaborado pelos Autores.

No gráfico acima percebe-se que de 2006 a 2008 a comercialização dos produtos não alcançou a capacidade que têm as comunidades em produzir suas peças.



Por outro lado, o gráfico a seguir demonstra a importância da mulher nas atividades apoiadas pela Bolsa, que são prioritariamente o artesanato.

**Gráfico 2 - Beneficiários 2006-2008**



Fonte: Linha de Base, Bolsa Colômbia. Elaborado pelos Autores.

Não obstante as dificuldades, e a falta de sustentabilidade econômica, a Bolsa Amazônia foi para a Fundação Mambe Shop um espaço para gerar contatos transnacionais que permitiram um crescimento do interesse por produtos da Amazônia colombiana. Fomentaram-se intercâmbios de experiências e se abriu um espaço de reflexão valioso para o futuro da comercialização de produtos amazônicos e para o futuro da própria Bolsa Amazônia.

# 12

## A experiência equatoriana

### 1. Atores

A Bolsa Amazônia Equador foi concebida como “un instrumento para luchar contra las causas que generan la pobreza y destrucción ambiental en la Amazonía, a través de un programa de cooperación regional destinado a apoyar procesos de comercialización de productos sustentables [...] que provinieran de pequeños productores/empresarios, contribuyendo a la consolidación de cadenas productivas existentes, promoviendo así vínculos entre campo y ciudad e incremento de ingresos, ocupación y empleo<sup>53</sup>”.

A experiência regional vinha demonstrando que o mercado se apresentava como uma barreira quase intransponível para os pequenos produtores amazônicos. Foi com essa perspectiva que se procurou desenvolver projetos com o enfoque de cadeia produtiva, com empreendimentos de qualidade, respeitando a cultura e apoiando o aproveitamento da biodiversidade.

Assim, o Consórcio Bolsa Amazônia buscava, em nível regional, relacionar-se com os pequenos produtores, observar a diversidade da produção e identificar os encadeamentos mais

---

53 Documento de projeto apresentado à OXFAM-NOVIB, Maio de 2005.

adequados. Tratava-se de olhar a Amazônia, primeiro em sua diversidade; segundo, para os pequenos produtores em suas necessidades; e, então olhar tudo como uma Bacia. Propunha-se identificar processos que já estavam sendo desenvolvidos, privilegiando, sempre aos pequenos produtores rurais, uma vez que os grandes tinham muitas opções.

Nesse sentido, a experiência do POEMA, no Brasil, se apresentava muito enriquecedora, embora não fosse totalmente aplicável ao Equador, evidentemente, devido às especificidades próprias dessa área amazônica. No entanto, implementar o citado Consórcio, no Equador parecia um desafio interessante.

No final da década de noventa, havia-se estabelecido laços de cooperação entre o POEMA-UFGA, Brasil, e organizações não governamentais do Equador em torno, por um lado, do debates e reflexões sobre a Bacia Amazônica<sup>54</sup> e, por outro, da implantação de sistemas agroflorestais (desenvolvidos na Amazônia brasileira) para as zonas tampão do Parque Nacional Sangay e do Parque Nacional Llanganates<sup>55</sup>.

Optou-se, então, por assumir o desafio referido, implantando uma pequena rede para a qual foram convidadas, inicialmente, organizações que já mantinham contato com o POEMA, além daquelas que trabalhavam na Amazônia equatoriana, em temas afins.

Assim, integraram esse primeiro grupo: o Centro de Investigación de los Movimientos Sociales del Ecuador (CEDIME), e as Fundações: Natura, EcoCiencia, Sinchi Sacha e Rainforest Rescue (FURARE), sob a coordenação da Fundación Ambiente y Sociedad (FAS), que assumiram o papel de Secretaria Executiva do Consórcio Regional Bolsa Amazônia no Equador, ou, simplesmente, a Bolsa Equador.

---

54 CEDIME havia organizado encontros internacionais, como as "Jornadas Amazônicas", que deram pauta para desenvolvimento de alianças estratégicas com instituições de Brasil, Peru e Bolívia.

55 Inicialmente com a Fundação Natura e, posteriormente, com a Fundação Ambiente y Sociedad, foi iniciado um processo de cooperação sul-sul entre Brasil e Equador, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Brasil, e sob os auspícios do Governo do Equador.

A FAS é uma organização não governamental equatoriana, que iniciou suas atividades em seis de setembro de 2000 e foi institucionalizada pelo Acordo Ministerial 068 publicado no Registro Oficial 437, de 7 de outubro de 2004.

Cada organização-membro da Bolsa Equador tinha suas próprias motivações e expectativas de participar do Consórcio, fossem elas vinculadas aos objetivos institucionais, às missões e às estratégias de trabalho.

Assim, para a Fundação Ambiente y Sociedad, e parceiros, abriam-se oportunidades de fortalecer seu trabalho na Amazônia, de ampliar a cooperação regional já iniciada com Brasil, e de tornar concretas as estratégias institucionais em relação ao fortalecimento de capacidades locais, interação e desenvolvimento dos atores, promoção e comercialização dos produtos locais.

Tomando como referência os princípios do Consórcio Regional, foram definidos os objetivos da Bolsa Equador:

- ♦ Contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento das capacidades dos atores amazônicos, para o desenvolvimento de tecnologias e para implantação ou melhoria de iniciativas que permitam o aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica;
- ♦ Facilitar informações, assistência técnica e capacitação para as comunidades locais para que elas tenham melhores condições para enfrentar o acesso aos mercados locais, nacionais e internacionais;
- ♦ Auxiliar no combate à pobreza, através do aproveitamento sustentável de produtos regionais;
- ♦ Coordenar esforços entre os diversos atores locais e da Bacia Amazônica para enfrentar, em melhores condições, as demandas de mercado.

Nos primeiros anos se procurou fortalecer o Consórcio, dirigindo os trabalhos aos produtores e instituições da Amazônia. Nesse sentido era importante adotar uma estrutura que permitisse a participação dos atores em vários níveis. Daí terem sido

---

identificados “pontos focales” da Bolsa em cada Província além de se ter propiciado e facilitado espaços de interação e associação entre os produtores, tais como o Comitê Regional de Frutas Amazônicas.

Paulatinamente outras ONGs agregaram-se à Bolsa, além de novas organizações de produtores da Amazônia, como o Fondo Populorum Progressio (FEPP); a Fundación Chankuap; a Asociación de Productores La Delicia de Madre Tierra, em Pastaza; o Colegio Gamboa com a Fábrica La Gamboína, em Orellana e RICANCIE.

Estabeleceram-se, também, alianças com entidades como CORPEI e o Programa Biocomercio, instituições acadêmicas e de pesquisa como a Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO) e o Instituto Latino-americano de Investigación Social (ILDIS). Além do mais, se atuou com governos locais e instituições estatais e se procurou apoio da cooperação internacional para projetos, nas diferentes áreas de intervenção da Bolsa.

Em nível regional deu-se continuidade à interação com os países membros do Consórcio Regional e participou-se das atividades e eventos realizados no marco da cooperação Sul-Sul, com Brasil, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação daquele país.

## **2. Experiências Produtivas de Base Comunitária**

Uma das primeiras ações da Bolsa no Equador, sob coordenação da Fundación Ambiente y Sociedad, foi o fortalecimento de capacidades locais, o que ficou evidente como uma necessidade de apoio à elaboração de planos de negócios. Neste sentido, foram ministrados cursos em comunidades amazônicas, além de terem sido formados líderes amazônicos de modo que as experiências fossem transferidas para outros países. Além disso, foram realizados intercâmbios, com resultados positivos, ainda que com limitações financeiras.

Foi possível contar com capacitação a cargo de instrutores brasileiros, e enviar ao Brasil os técnicos e diretores executivos

das organizações sociais, bem como camponeses e indígenas das organizações de produtores para que se familiarizassem com a experiência de POEMA, em Belém do Pará.

Ao longo do tempo, os processos de formação dos produtores eram complementados com intercâmbios e experiências em nível nacional. Organizaram-se visitas a iniciativas de outras regiões do país, buscando novas linhas de produção que possibilitassem diversificar as alternativas para os pequenos produtores amazônicos.

A reflexão sobre esses processos de capacitação desenvolvidos sob a execução da Bolsa Amazônia deixava o desafio de planejar uma estratégia de formação mais integral e sistemática, o que foi elaborada em 2008, e é refletida em um projeto conjunto da Fundación Ambiente y Sociedad e o Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio (FEPP), apoiado pelo Programa de Pequeñas Donaciones (PPD) del Fondo para el Medio Ambiente Mundial (FMAM) de Naciones Unidas. A iniciativa se propôs a formar 40 gestores ambientais e empresariais de organizações comunitárias amazônicas, num processo contínuo, participativo e semipresencial, com duração de dois anos, quando os participantes obterão uma certificação de gestores empresariais comunitários, fornecida pelo Ministério de Educação.

Este projeto permite absorver a experiência desenvolvida pela Bolsa Equador, e alguns de seus integrantes, em gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, assim como em gestão de empreendimentos produtivos comunitários. Além disso, se reconhece o valor agregado de trabalhar com uma rede, para ampliar a cobertura das experiências e consolidar processos já iniciados.

#### **A - Implementação de Módulos Agroflorestais<sup>56</sup>**

Uma experiência que merece ser resgatada no processo de trabalho da Bolsa foi a adaptação e implantação dos sistemas

---

56 In: Martha Núñez, Guillermo Loza, Lucy Ruiz y Wolker Vitte (2004): "El bosque, la gente y los módulos agroflorestales de Madre Tierra, en un corredor ecológico de la Amazonía ecuatoriana". Quito, Fundación Ambiente y Sociedad (FAS).

agroflorestais iniciados, como já foi mencionado, com o apoio do POEMA Brasil, no marco da cooperação Sul-Sul.

Esta iniciativa foi acolhida, primeiramente, pela Fundación Natura, que vinha trabalhando com comunidades camponesas e indígenas da zona de amortecimento do Parque Nacional Sangay. Era um programa destinado a reduzir as pressões sobre as áreas naturais protegidas e contribuir para a conservação da biodiversidade através de alternativas de produção com critérios de sustentabilidade e rentabilidade econômica, sob a visão de que “la participación activa de la población local en el manejo del área protegida y sus recursos naturales es crucial para lograr el desarrollo sustentable y la conservación”<sup>57</sup>.

Os resultados foram positivos, incorporando mais de 100 famílias que implantaram mais de 400 módulos agroflorestais, voltados a produzir para o autoconsumo e para o mercado. Estes esforços foram compartilhados através de eventos de difusão, formação e intercâmbio, dentro e fora da Amazônia.

Posteriormente, a Fundación Ambiente y Sociedad inicia, também, o trabalho com sistemas agroflorestais, voltados para diminuir a pressão sobre os recursos naturais e as áreas protegidas, influenciando nas políticas públicas ambientais, fortalecendo as estruturas sociais, promovendo o desenvolvimento de uma economia local sustentável contribuindo, com isso, para melhorar as condições de vida da população.

Tal estratégia levou em consideração cinco componentes que se articulavam e se complementavam no processo: a co-responsabilidade e a participação; o fortalecimento de capacidades; o intercâmbio de saberes e a valorização de conhecimentos; o exercício dos direitos cidadãos e o respeito pela diversidade.

Neste marco, tratava-se de influenciar em vários elos de cadeias produtivas:

---

57 Fundación Natura, POEMAR, Bolsa Amazonía. “Módulos Agroforestales para la Amazonía Ecuatoriana. Guía-Manual de implementación y manejo”, s/f. Quito, Fundación Natura, WWF, Neda.

- ✦ A produção de frutas nos módulos agroflorestais - cumprindo os objetivos de recuperação da floresta e do solo, propiciando segurança e soberania alimentar, além da geração de renda;
- ✦ O processamento e a agregação de valor através da agroindustrialização; e,
- ✦ A comercialização.

No marco acima descrito, tratou-se de apoiar cadeias produtivas amazônicas, em conjunto com distintos parceiros da Bolsa Equador.

Cabe registrar que na comunidade de Madre Tierra, Província de Pastaza, se havia implantado, no passado, um modelo apoiado pelo Estado, que fomentava a prática da agricultura extensiva, com adoção de produtos químicos em índices elevados, o que resultou em desmatamentos e elevados processos erosivos com a perda de fertilidade dos solos. Esse processo afetou diretamente à produção e, em consequência, à queda de renda que resultou em processos migratórios temporais e permanentes.

No processo de retomada desse projeto pela Bolsa Amazônia/Fundación Ambiente y Sociedad, a experiência foi complexa, mas, ao mesmo tempo, enriquecedora.

Iniciou-se a preparação de mudas e sementes para resgate de espécies nativas, a instalação de viveiros in situ, a capacitação – que incluiu o intercâmbio de experiências e encontro de camponeses - o acompanhamento técnico permanente, chegando-se ao manejo de conflitos e ao fortalecimento organizativo.

Finalmente, foi instalada a agroindústria de beneficiamento de polpa de frutas.

Participaram desse processo, principalmente, as famílias de produtores da Região, além das crianças da escola, seus professores, estudantes universitários da Província de Pastaza, técnicos da Região e autoridades dos governos locais<sup>58</sup>.

---

58 Cabe mencionar que o viveiro do projeto se constituiu em um referencial para a Unidad Municipal de Desarrollo Sustentable del Municipio de Mera, que instalou o seu próprio viveiro buscando motivar a população do Cantão a cultivar organicamente uma diversidade de espécies.

---



Por diferentes fatores - entre outros, a falta de financiamento, conflitos internos - houve interrupções intermitentes na operação da agroindústria. Do mesmo modo, nem todos os módulos se mantiveram em boas condições em Madre Tierra, ainda que sim na comunidade de Agua Santa<sup>59</sup>.

Sem dúvida que, apesar de tudo, a proposta foi válida, atingindo os objetivos da Bolsa. Atualmente, Fundación Ambiente y Sociedad retomou este trabalho com o apoio do Fondo Ítalo-Ecuatoriano (FIE).

Outra experiência de implantação de sistemas agroflorestais foram aqueles implantados por outra das organizações parceiras da Bolsa Equador - a empresa La Gamboína, em vários cantões da Província de Orellana entre as famílias das organizações que confirmam a Federación de Organizaciones Campesinas de Orellana (FOCAO).

Estes produtores aceitaram experimentar esse modelo de cultivo ao conhecer as experiências positivas realizadas em outras regiões do Equador e no Brasil. Além do mais, havia o incentivo de venda da produção de frutas à fábrica La Gamboína. Participaram dessa experiência, sete (7) organizações e cerca de 120 produtores que continuam trabalhando em seus módulos agroflorestais.

A Bolsa Amazônia Equador se esforçou para ir consolidando o trabalho de busca, aplicação e difusão de formas de manejo sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais amazônicos. A permanente colaboração entre diferentes atores - produtores, técnicos, ONGs, governos locais, instituições acadêmicas, dentre outros - permitiu que fossem desenvolvidas três (3) alternativas de manejo: produção de alimentos e cadeias produtivas de frutas; artesanato; ecoturismo comunitário. Essas alternativas formaram o eixo de ação da Bolsa em Equador, e foram impul-

---

59 Comunidade de colonos e indígenas na Paróquia Cumandá, também parte do Corredor Ecológico del Parque Nacional Llanganates, onde se apóia a implantação de módulos agroflorestais, obtiveram melhores resultados pelo maior interesse das pessoas e melhor nível organizativo.

---

sionadas através de processos de capacitação (em melhoramento da produção e processamento de alimentos); fortalecimento organizativo; promoção e comercialização de produtos.

Aqui, a título exemplificativo, procurou-se analisar, mais detalhadamente, a cadeia produtiva de frutas (polpas e marmeladas), devido sua importância na região.

### **B - Frutas e Alimentos Biodiversos**

Os módulos agroflorestais possibilitaram a produção de frutas amazônicas para fornecer matéria-prima às Unidades Processadoras La Delicia, no Município de Madre Tierra, e La Gamboína, em Coca, Orellana, que foram aquelas apoiadas pela Bolsa Equador, permanentemente.

Um exemplo foi a experiência denominada de La Delicia.

Como Unidade Processadora de frutas pertencente a uma organização comunitária, La Delicia tinha limitações para colocar seus produtos no mercado nacional. Uma delas era o Registro Sanitário o que foi superado graças às ações de capacitação e de processo longo e tortuoso pelas burocracias governamentais, acompanhado pela Fundación Ambiente y Sociedad.

Cabe mencionar que o requisito do Registro Sanitário é considerado pelos pequenos produtores da Amazônia equatoriana como uma barreira de acesso ao mercado, devido às dificuldades que comportam os trâmites para sua obtenção.

Finalmente, com a obtenção do registro referido, os produtos de Madre Tierra – Fábrica La Delicia - passaram a ter acesso aos canais formais de comercialização.

A partir dessa experiência decidiu-se elaborar o manual “Como obtener un registro sanitario? Un aporte de la Bolsa Amazonía a las pequeñas agroindustrias rurales”, publicado em 2004 e amplamente difundido no Equador.

Por outro lado, o Quadro, a seguir, dá uma visão das ações da Bolsa Equador, tomando-se em conta as linhas produtivas mais importantes que foram as de polpas e marmeladas de frutas (La Delicia, Madre Tierra, Pastaza e La Gamboína, Coca, Orellana).

---

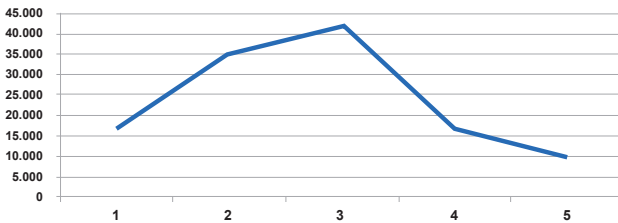
**Tabela 1 - Dados Gerais, Polpas e Marmeladas de Frutas, 2005-2009**

Discriminação	ANOS				
	2005	2006	2007	2008	2009
Produção/ano kg	10.155	20.726	24.638	9.920	10.015
Produção comercializada/ano us\$1,00	17.397	35.507	42.210	16.995	17.157
Beneficiários totais/ano	100	200	200	350	350
Homens beneficiados/ano	65	130	130	210	210
Mulheres beneficiadas/ano	35	70	70	140	140
Nº comunidades envolvidas	6	11	11	20	20

Fonte: Bolsa Equador; Linha de Base

Como se percebe pela Tabela anterior, a produção alcançou seu maior volume no ano de 2007. A queda da produção a partir de 2008 se deve à seca ocorrida na Região, além do que a fábrica processadora La Delícia passou, no ano de 2008, por um processo de redesenho de toda a sua linha de produção.

Essa queda se refletiu, evidentemente, no faturamento, conforme Gráfico a seguir.

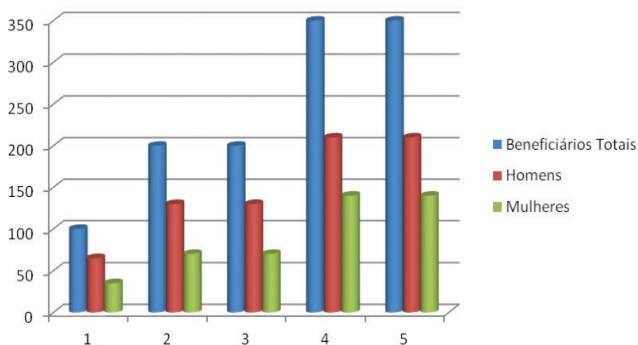
**Gráfico 1****Produção Comercializada, em U\$\$**

Fonte Linha de Base, Bolsa Equador - 2005-2009. Elaborado pelos Autores.

Outro dado importante a analisar se refere aos beneficiários. Como se pode verificar, nos últimos dois anos houve um aumento do número de beneficiários, o que se deve à aprovação de um novo projeto financiado pelo Fundo Ítalo-equatoriano, aumentando os beneficiários indiretos a 2.100 pessoas, já que a média de pessoas por família é de seis pessoas.

O Gráfico a seguir permite visualizar o aumento dos beneficiários e a relação entre homens e mulheres.

**Gráfico 2 - Beneficiários**



Fonte Linha de Base, 2005-2009. Elaborado pelos Autores

### **C- Artesanato e Recuperação de Conhecimentos Ancestrais**

Outra das alternativas de manejo sustentável dos ecossistemas amazônicos que, além do mais, é uma forma utilizada para recuperar as culturas ancestrais, bem como para viabilizar a participação das mulheres em processos produtivos, com geração de renda, é a produção de artesanato. Dessa forma, grupos integrados à Bolsa Amazônia foram formados, fundamentalmente por mulheres que trabalham em cerâmica, bijuteria com sementes e papel reciclado.

A Bolsa Equador incentivou a capacitação técnica das organizações produtoras de artesanato, para a diversificação de sua produção, a comercialização e o fortalecimento de sua capacidade de gestão.

♦ **Associação “Manga Allpa Warmi” e Associação “Sol de Oriente”**

As mulheres Kichwas da associação “Manga Allpa Warmi” da Província de Pastaza, recuperam os conhecimentos ancestrais de seu povo em cerâmica e cestarias, criando um relacionamento com as gerações mais velhas da comunidade (60 a 80 anos), que ensinam as jovens com idades entre 20 e 30 anos a confeccionar mukawas e cestarias. Essa é uma forma de expressar as visões e relações das mulheres com seu entorno natural.

Outra entidade que também trabalha com a Bolsa é a associação de mulheres “Sol de Oriente”, que elabora artesanato com papel reciclado e com fibras vegetais. Estão localizadas em Tena, Província de Napo. Produzem caixas com tampas para licores e para presentes de diferentes tamanhos, além de cartões, álbuns para fotos etc.

♦ **Amukiskal**

Outra organização que recebe assistência técnica da Bolsa na área de melhoria da elaboração de produtos e na comercialização é a AMUKISKAL. Ela é formada por 25 mulheres e 5 homens Kichwas da zona baixa na Reserva da Biosfera Sumaco, Cantão Loreto, Província de Napo, que desde 2004 se esforçam por recuperar sua cultura ancestral através da preparação de colares e adornos típicos elaborados com sementes, fibras e corantes naturais, tal como aprenderam de seus antepassados.

**D - Turismo Comunitário**

O ecoturismo ganhou espaço nas últimas décadas como uma das alternativas para o desenvolvimento sustentável, precisamente porque tem como base o manejo adequado da biodiversidade e dos recursos naturais. Por esse motivo, a Bolsa Amazônia decidiu apoiar o turismo comunitário, principalmente aquele gerenciado pelos povos indígenas que, ao mesmo tempo podem expressar o valor que dão às culturas ancestrais relacionados ao conhecimento e relação com a natureza.

No âmbito da aprendizagem e do fortalecimento de capacidades, deve-se mencionar o trabalho realizado em torno da gera-

ção e difusão de informações, em especial sobre as potencialidades do turismo na Região que levou à instalação de dois centros de informação, com o apoio da Fundação ECORAE: um, a cargo da Fundação Sinchi Sacha, na cidade de Tena - Província de Napo - e outro, na cidade de Puyo, Província de Pastaza, gerido pela Fundação Ambiente y Sociedad.

Tais centros tinham o propósito de oferecer à população local, um espaço de comunicação, interação e pesquisa; difundir o material documental produzido pelas organizações sociais; promover os produtos amazônicos dos grupos apoiados pela Bolsa. A falta de garantia para estabelecer uma aliança com alguma outra organização local que apoiasse sua manutenção levou ao encerramento dessa assistência.

Mesmo assim, a Bolsa apóia a operadora turística indígena RICANCIE, do Alto Napo, com a qual firmou um convênio de cooperação para o fortalecimento de sua capacidade organizativa e promocional.

Em 2007, foi definida uma estratégia de intervenção para o turismo comunitário voltada para empresas comunitárias que incorporem conceitos de boas práticas para melhoria do uso dos recursos e da qualidade dos serviços, assim como, para mitigar os impactos ambientais e culturais causados por essa atividade. Como resultado, a Fundación Ambiente y Sociedad firmou convênio de cooperação com Rainforest Alliance (RA) para implementação de uma estratégia cujo ponto de partida foi a capacitação das organizações com empreendimentos de turismo comunitário. Cerca de 20 organizações vinculadas ou membros da Bolsa Equador manifestaram interesse em participar do processo de Capacitação.

Por outro lado, para responder as expectativas criadas entre as organizações comunitárias, foi feita uma aliança com FEPP, de Sucumbíos e a Corporação de Turismo Comunitário de Sucumbíos (CORTUS) com a finalidade de planejar um processo de capacitação para as organizações comunitárias locais.

---

Como parte deste processo, com a colaboração da Associação Equatoriana de Ecoturismo (ASEC) e da RA, foram realizados workshops sobre “Boas Práticas” e intercâmbio de experiências que envolveram comunidades de Sarayacu e RICANCIE, Província de Pastaza, Sinchi Pura na Província de Napo, Añangu e Huao Lodge, Província de Orellana, Playas del Cuyabeno e Shayari na Província de Sucumbíos.

### 3. Promoção de Produtos

Como resultado de convênio firmado entre a instituição alemã DED e Fundação Ambiente e Sociedad, a Bolsa Equador conta atualmente com um técnico especialista em marketing que presta assistência técnica permanente aos produtores que fazem parte do referido Consórcio, capacitando-os em técnicas de gerenciamento, melhoramento da apresentação dos produtos, bem como sua comercialização. Como fruto desta cooperação, foi elaborada uma estratégia de mercado em nível nacional e internacional, diferenciando o produto como amazônico, o que deverá resultar na criação de um selo Amazônico, como denominação de origem.

A opção inicial de impulsionar a produção de frutas e apoiar a consolidação das duas fábricas de processamento dessas frutas coincidiu com a estratégia da Secretaria Regional do Consórcio Bolsa Amazônia de priorizar, pelo menos, um “produto estrela” em cada país aliado, de forma que houvesse complementaridade e não competição entre eles, consolidando as estratégias de determinadas linhas produtivas de cada país.

Desde 2005 até 2007, o produto-estrela da Bolsa Equador foi o araçá e, portanto, parte importante de sua promoção foi o lançamento de marmelada e polpa dessa fruta em feiras nacionais e internacionais, que se faz acompanhar da apresentação do “Recetario Gourmet Amazónico”, elaborado em conjunto com o organismo governamental CORPEI e a Universidad Tecnológica Equinocial (UTE).

Ainda que se tenha alcançado bons resultados, tem sido difícil manter os níveis de crescimento das vendas devido a fatores

imprevistos como, por exemplo, um clima adverso que afeta a produção, a gestão administrativa e financeira das fábricas, incluindo a manutenção de máquinas e da infraestrutura. Esses fatores têm levado, em várias ocasiões, à diminuição da capacidade de produção que incide, negativamente, na comercialização e na geração de renda para os envolvidos.

Paralelamente, a Bolsa Equador apóia a Fundación Chankuap (membro da Bolsa) localizada na Província de Morona Santiago, na produção de certos alimentos, plantas medicinais e especiarias que, são demandadas pela linha de fitocosméticos e fitofármacos com extratos de plantas amazônicas. Em sintonia com a demanda atual, Chankuap lança a linha cosmética Ikiam (“Alma Amazônica” em língua nativa) que demonstra que existem muitas possibilidades de uso e aproveitamento adequados da diversidade amazônica.

Essa linha é lançada em 2007, como novo produto-estrela da Bolsa Equador, e seu lançamento ocorreu durante a inauguração da mostra permanente de produtos da Bolsa, no Museu Mindalae, da Fundación Sinchi Sacha, em Quito, um dos mais interessantes museus de artesanato indígena contemporâneo na América do Sul.

A partir de 2008, o número de organizações que passaram a se relacionar com a Bolsa aumentou, devido ao trabalho de apoio à comercialização e promoção de produtos. Entre essas organizações, vale mencionar: Hongos del Sumaco<sup>60</sup>, café de FAPECAFES, localizados nas Províncias de Zamora Chinchipe e Loja, alguns grupos de artesões em Pastaza e Napo<sup>61</sup>.

Deve-se mencionar que, nesse mesmo ano de 2008 a Bolsa Equador publica o “Catálogo de Productos de la Bolsa Amazonía”, que contém informações sobre os produtos e organizações.

Atualmente, os produtos amazônicos incrementaram seus níveis de comercialização com 256 pontos de venda em três pro-

---

60 Producidos por finqueros de la Reserva de Biosfera Sumaco, en la provincia de Napo.

61 Las organizaciones de productores/as también trabajan con el DED.

---



víncias amazônicas (Pastaza, Orellana e Sucumbíos) além da abertura de 17 novos pontos nas províncias da Serra, concretamente nas cidades de Quito e Ambato.

♦ **Artesanato**

Quando a Associação de Mulheres Manga Allpa Warmi se incorporou à Bolsa em 2006, suas vendas melhoraram em 50%. Além disso, passaram a participar em feiras e demais eventos ganhando o segundo prêmio em concurso para avaliação da apresentação de produtos. Para essa melhora, contribuiu a Fair Trade no Equador, através de sua representante, a Fundación Sinchi Sacha.

A Bolsa também promove a venda de artesanatos dos povos Cofán, Waorani e Zápara. Referidos artesanatos são comercializados com organizações que fazem parte do consórcio Bolsa, como a referida Fundação Sinchi Sacha, que as vende no café Tianguéz e atualmente na mostra permanente da Bolsa Equador, que fica no já mencionado Museu Mindalae, em Quito.

---

# 13

## A experiência venezuelana

### 1. Atores

A relação da Venezuela com o Consórcio Bolsa Amazônia foi iniciada em 1995, quando CEPAI - Centro de Educación y Promoción de la Autogestión Indígena participou como convidado (através da Corporación Andina de Naciones) na Conferência da Biotrade organizada pelas Nações Unidas em Paris, França. Nessa oportunidade, o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA (Brasil) e CEPAI iniciaram de imediato uma comunicação fluida, viabilizada pela coincidência de objetivos voltados para as comunidades pobres da Amazônia.

CEPAI é uma associação civil sem fins lucrativos cujas origens remontam a 1972, quando foi iniciada uma experiência de acompanhamento das comunidades indígenas da etnia Yekwana de Aseniña, mais conhecida, atualmente, como Cacurí. Essa experiência começou com um pequeno grupo de padres da congregação de Jesuítas, que tentavam diminuir as diferenças entre o homem ocidental e os indígenas, bem como fortalecer as comunidades, através de projetos de autogestão voltados para o desenvolvimento integral das mesmas.

---

Em 1996, CEPAI foi convidado, a participar do Curso de Especialização em Projetos Sustentáveis, que foi realizado em Belém do Pará, Brasil, como parte das atividades do Consórcio Regional Bolsa Amazônia.

Posteriormente, outro curso de especialização foi realizado pela Bolsa Regional e CEPAI ficou encarregado da indicação e seleção dos próximos candidatos. Esses candidatos deveriam estar comprometidos com as comunidades carentes da Amazônia venezuelana.

Em 2006, novo intercâmbio é realizado, desta feita com a vinda à Venezuela do coordenador da Bolsa Brasil e da Secretaria Regional do Consórcio. Nesta oportunidade foram realizados intercâmbios de experiências entre as instituições brasileiras, o CEPAI, os responsáveis por 20 organizações indígenas da Amazônia venezuelana e mais 10 organizações e/ou instituições locais. Esse intercâmbio girou, principalmente, em torno de processos de diagnóstico participativo e da experiência do referido Consórcio Regional que já envolvia quatro países amazônicos.

Nesse Evento foram traçadas as linhas gerais de ação para que CEPAI assumisse, dentro de suas possibilidades, os trabalhos da Bolsa Venezuela.

Como é possível verificar, Venezuela foi se inserindo no mecanismo de cooperação regional, contribuindo nas áreas de suas fortalezas - acompanhamento a comunidades indígenas - e aprendendo das experiências dos demais parceiros amazônicos, em áreas de interesse como aquelas relacionadas: à criação de búfalos, ao manejo integrado de bosques, cultivos e processamento de cupuaçu e cacau, obtenção de farinha de banana, de polpas de frutas amazônicas, de azeites vegetais, comercialização do artesanato indígena, estudos de mercado, comércio justo, adaptação de tecnologias a pequena escala.

## **2. Experiências Produtivas de Base Comunitária**

Duas reflexões se fazem necessárias como premissas importantes em que se baseou o trabalho da Bolsa Venezuela:

- ♦ A racionalidade do modo de vida das comunidades indígenas da Amazônia venezuelana difere da racionalidade ocidental que concentra um grande esforço e tempo de vida na busca da acumulação de capital ou bens materiais. Certamente, são necessidades criadas para alguns produtos básicos e o modelo imposto está sempre influenciando para a criação de novas necessidades; mas as gerações atuais mantêm uma forma de vida simples, austera (mesmo com as contradições da tecnologia e das comunicações). Nesse contexto, qualquer proposta produtiva só deve satisfazer demandas modestas relacionadas a benefícios materiais.
- ♦ Os produtos devem adaptar-se a algumas exigências próprias voltadas para as condições em que trabalham as comunidades indígenas do Amazonas venezuelano. Considerando que o meio de transporte predominante é fluvial e que não se dispõe, na atualidade, de refrigeração nas embarcações que fazem um trajeto que pode demorar vários dias, os produtos para comercialização devem ser pouco perecíveis e com alto valor por unidade de peso. Além do mais, devem ser fáceis de transportar e com poucas exigências no que se referem à embalagem e ao armazenamento.

A Bolsa Venezuela, através de CEPAL, tem acompanhado o desenvolvimento de projetos produtivos agropecuários de base comunitária, na Região do Amazonas venezuelano, desde a década dos setenta.

Projetos como o de criação de búfalos, de cultivo de cacau, da apicultura e da extração artesanal do óleo de patauí (aceite de seje) passaram por análise rigorosa baseada nos seguintes critérios:

- ♦ Condição social organizativa da comunidade, ou seja: a capacidade das mesmas de levar em frente uma proposta,
-

bem como as lideranças que poderão contribuir para esse fato;

- ♦ Potencialidades locais, começando pela própria dinâmica de trabalho da comunidade, bem como pelos recursos de solo, água, ecossistemas etc.;
- ♦ Compatibilidade cultural com a idéia do projeto a desenvolver, de forma a que o mesmo não signifique uma contradição com a forma de vida da comunidade;
- ♦ Sustentabilidade ecológica. Ou seja, que haja possibilidade de desenvolver o projeto de tal forma, que o seu impacto ao meio ambiente possa ser amortecido ou tolerado e as magnitudes de lucro sejam modestas, mas suficientes para obter os bens que não são produzidos na comunidade.

No caso do cultivo de cacau, foram desenvolvidas duas modalidades de semeio a seguir descritas:

- ♦ A modalidade que ocupa menos superfície é a viabilizada através do desbaste da mata no sub-bosque (parte onde se desenvolve a vegetação mais baixa), deixando-se a cobertura dominante do bosque original (de maior porte) para sombreamento e convivência com o cacau plantado.
- ♦ A outra modalidade é aquela utilizada tradicionalmente no preparo de roçados, utilizando o método de corte e queima, para em seguida plantar espécies que vão servir de sombreamento temporário e as de sombreamento permanente. Por fim, planta-se o cacau. Nessa modalidade procura-se trabalhar com o conceito de equilíbrio ecológico, buscando no bosque original as espécies para sombreamento permanente, quer sejam elas espécies comestíveis como o açaí (*Euterpe oleraceae*), espécies para produção de madeira como o cedro (do gênero *Cedrella*), o saquisaqui (*Bombacopsis quinata*) da América Central, a quarubatinga (*Vochysia lehmanii*), além de plantas medicinais próprias da cultura local.

Tendo em vista que o cultivo de cacau é uma atividade importante das comunidades vinculadas à CEPAI/Bolsa Venezuela, é importante destacar que nenhuma unidade de produção supera os cinco hectares (cinco ha), na intenção de manter o equilíbrio das populações de inseto e fauna da área que foi alterada com a introdução do cacau. É necessário informar, também, que ainda não se sabe qual é a superfície máxima que um cultivo de cacau deve alcançar para manter o equilíbrio mencionado; entretanto, o que se tem constatado, é que os plantios dessa espécie, nos moldes descritos anteriormente, estão sendo mantidos sem a presença de pragas ou doenças que causem algum impacto importante e, em consequência, sem adoção de qualquer tipo de pesticida.

Preocupado com a devastação da floresta CEPAI vem orientando as comunidades a implantar, em média, de 1,5 a 2 ha de cacau, por comunidade / ano, ritmo que vem sendo constante. As comunidades assistidas por CEPAI possuem atualmente 200 ha de cacau.

Por sua vez, a criação de búfalos, vem sendo desenvolvida em comunidades que possuem campos naturais, para evitar a derrubada da mata para plantio de pasto. Nesses pastos naturais, que geralmente ocorrem no norte venezuelano, predominam os gêneros *Trachypogon* e *Axonopus* embora existam áreas de savanas de *Panicum*, nas zonas baixas dos vales do rio Parucito no Município Manapiare. Cabe destacar que há algumas áreas de savanas arenosas onde praticamente não há pasto natural; por isso CEPAI as descartou para a criação de búfalos, mas reconhece que elas têm potencial particular para outras atividades. Algumas delas têm “manchas” de palmeiras de buriti (*Mauritia flexuosa*), da palmeira *Jessenia bataua* e do açai, (*Euterpe oleracea*).

Para manter os ecossistemas estáveis, CEPAI busca manter uma capacidade de suporte de animais pastando em determinada área, o que essa instituição define como carga animal. Para

---

pastos naturais de *Andropogum* e *Axonopus*, costuma-se utilizar a relação de dois (2) hectares por animal, sem suplementação.

A meta para os projetos de criação de búfalo é de produzir leite para a preparação de queijo, já que a obtenção de carne é uma segunda opção. No entanto, existem requerimentos sanitários e de manejo que até o presente não foram atendidos nas comunidades onde são criados os búfalos. Foram iniciadas experiências desse tipo, de curto prazo, e toda a produção será vendida localmente, uma vez que não se produz queijo no estado do Amazonas. De qualquer maneira, a venda da carne de búfalo continuará sendo o suporte econômico deste projeto, durante algum tempo, ainda.

O que dificulta o fluxo de recursos em relação á rapidez de retorno para poder sustentar a estrutura de distribuição é, por exemplo, a colocação dos óleos naturais, que são consumidos regionalmente mais lentamente do que o mel e a farinha de banana. Por isso foi explorado o mercado nacional, na Região centro-norte do país, a qual apresentou melhores resultados mesmo com as flutuações que tem o consumo de azeites. No entanto não se conseguiu estabelecer uma rede de comercialização que fomenta uma produção estável. E, o círculo se fecha na medida em que, não havendo produção estável, não é possível buscar novos mercados.

Promove-se, também, a apicultura, a partir da captura de enxames selvagens, principalmente da abelha *Apis mellifera*. Apenas algumas comunidades iniciaram esta experiência com abelhas sem ferrão, (originárias da Amazônia), mais conhecidas como aquelas conhecidas na Venezuela como meliponas e trigonas. Até o momento não foi detectado nenhum impacto negativo ao meio ambiente, em função da introdução da abelha *Apis* na Região, mesmo porque os apiários não são grandes e estão distantes entre si.

CEPAI Amazonas, representando a Bolsa Amazônia na Venezuela, vem acompanhando o criatório de búfalos, o culti-

vo de cacau, a apicultura bem como outros projetos que se encontram em etapas embrionárias: o aproveitamento do cupuaçu (*Thebroma grandiflorum*), a produção artesanal de farinha de banana, a extração artesanal de óleo de copaíba (*Copaifera officinalis*) e a transformação artesanal de amêndoas de cacau.

Antes mesmo de trabalhar com a Bolsa, já se vinha mantendo essas atividades (ao longo de 20 anos), obedecendo ao modo de vida indígena no que se refere, principalmente, a sua mobilidade e uso do tempo. O cacau, por exemplo, só requer jornadas relativamente intensas de trabalho em determinadas épocas do ano. Já ocorreu da comunidade decidir não trabalhar o cacau durante certo tempo (por razões particulares da comunidade) e isso não irá afetar, significativamente, a produção.

Da mesma forma, está sendo possível trabalhar com o criatório de búfalos, que não causa ruptura no modo de vida das comunidades. Ou seja: a rusticidade do búfalo permite que este se adapte ao manejo circunstancial que pode ser dado pela comunidade, embora os rendimentos sejam menores que aqueles esperados em processo de produção intensiva, mas esse ônus as comunidades indígenas assumem.

✦ **Associação de Piaroas Productores de Cacao (API-PROCA)**

CEPAI Amazonas vem, há dez anos, concentrando suas ações na zona Piaroa. A APIPROCA, que agrupa cerca de 26 comunidades de vários municípios, vem demonstrando que passa por um processo importante para melhorar as condições de vida de seus membros. A partir dos ingressos oriundos da produção do cacau, do mel e da criação de búfalos, iniciaram sua participação política, registrando um partido local chamado PUAMA. Este partido elegeu o Prefeito do Município de Manapiare durante os últimos três períodos, confrontando-se com partidos tradicionais da Região.

Ressalte-se que o povo Piaroa é reconhecido como um dos mais trabalhadores e os “sócios comerciais más confiables y ho-

---



nestos”<sup>62</sup>, respeitados pela sua capacidade de intercâmbio com outras culturas, evitando conflitos. De todos os povos amazônicos que buscaram apoio de CEPAI/Bolsa Venezuela para desenvolver projetos em suas comunidades a maioria foi Piaroa.

A APIPROCA dispõe hoje de um patrimônio modesto, mas que cresce com o tempo. Parte desse patrimônio está composto, atualmente, por uma rede de rádio transmissão (o qual contribuiu para a capacidade organizativa dessa associação), uma lancha (embarcação de metal com capacidade para o transporte de 30 ton. pelo rio), assim como por um pequeno galpão para armazenagem de produtos das comunidades, além de bens variados localizados na capital do Município de Manapiare. Essa associação tem mecanismos bastante consolidados para a tomada de decisões.

Na comunidade Guanai (uma das que iniciou em 1988 a experiência de cultivo de cacau, criação de búfalos e produção de mel, com o apoio de CAPAI), os ingressos obtidos serviram para resolver emergências de saúde, suprir as carências de medicamentos, enviar os jovens para estudar em a outras localidades, reinvestir no projeto, ter certa autonomia para mobilizar-se e intercambiar produtos para satisfazer alguma demanda de bens materiais (ferramentas de trabalho, utensílios de cozinha, linhas, tecidos, etc.).

### 3. Promoção dos Produtos

Do ponto de vista comercial, tanto o cacau como a carne de búfalo têm contado com um mercado nacional e local ininterruptos, mas, como na maioria das linhas de produção agropecuária, os preços ao produtor são instáveis, quase nunca definidos pelos custos de produção, mas pelo que o comprador fixa como preço conveniente para ele.

No entanto, conforme foi dito anteriormente, as comunidades indígenas obtêm margens modestas de lucro da atividade produtiva porque têm outros conceitos do que significa o lucro

---

62 Alexander Mansutti, 2006. Dirección General de Asuntos Indígenas.

necessário e a eficiência produtiva. Dessa forma, às vezes uma pequena quantidade de produtos se converte em elemento de troca, de modo que não é necessário ir ao mercado para trocar o produto por moeda, mas, sim, por outros bens, aos quais os próprios indígenas dão um valor para intercâmbio, em função das possibilidades reais de obter o que necessitam.

♦ **Cooperativa HUARIME**

O criatório de búfalos, o cultivo de cacau e a produção de mel em comunidades organizadas, além de atender ao modo de vida das comunidades e povos indígenas, vieram atender parte de uma demanda local ou estadual, uma vez que, no Estado Amazonas venezuelano, os recursos para importação de alimentos são elevados (basicamente provenientes de outros estados). Por exemplo, a carne (resultante do criatório de búfalos em pastos naturais) tem sido inteiramente comercializada em mercados locais. A farinha de banana, o mel e o amendoim moído são exemplo de produtos que até o momento têm sido inteiramente absorvidos pelo consumo estadual não atendendo à demanda total.

No entanto, foi necessário juntar produtores e consumidores para viabilizar o armazenamento, a embalagem ou acondicionamento, apresentação e a venda de produtos excedentes das comunidades assistidas por CEPAI/Bolsa Venezuela. Por esse motivo, foi criada uma cooperativa chamada HUARIME, na qual se achavam representadas cinco (5) empresas coletivas de comunidades indígenas. Tentou-se conformar uma organização gerenciada pelas mesmas comunidades produtoras, de forma a controlarem todo o processo – da produção até a venda dos produtos.

No entanto, HUARIME tem sido uma das instituições mais difíceis de apoiar atribuindo-se essa situação a vários elementos:

- ♦ A capacidade de comercialização foi limitada: a instituição deu mais ênfase ao acompanhamento das atividades de produção, logística e formação, enquanto
-

que a comercialização foi sendo levada sem a relativa importância no que se refere ao tempo, dinheiro e esforço humano;

- ♦ Como consequência, não foi obtida uma circulação de capital monetário suficiente para alguns itens. O caso mais exemplar é o do artesanato e dos azeites naturais;
- ♦ A idéia de formar pessoas das comunidades indígenas não produziu os efeitos esperados, na medida em que deveria haver uma conexão entre produtores e consumidores que estivessem fixados na cidade, de forma a atender a todas as comunidades. Esse serviço não poderia ser feito a partir de um município do interior.

Assim é que a comercialização continua demandando acompanhamento externo para as comunidades organizadas que produzem algum excedente. Estas experimentaram relações comerciais pouco favoráveis, anarquia em alguns itens e em algumas épocas e a tendência à monopolização por parte de indivíduos das mesmas comunidades; além de fatores externos, que em nada contribuem para a ação coletiva.

Na busca de alternativas, se aprendeu que o mercado externo exige níveis estáveis, parâmetros fixos de qualidade e preços baixos, o que é impossível de satisfazer com a produção da Amazônia venezuelana. Outras alternativas como o comércio justo e produtos orgânicos não produziram bons resultados.

#### ♦ **Apiproca**

A associação APIPROCA iniciou uma experiência associativa (similar a da HUARIME, descrita acima), porém em menor escala e na capital do Município rural de Manapiare. Atualmente, experimentam os mesmos problemas para manter um fluxo de capital baseado em produtos sazonais e para atender às necessidades imediatas dos produtores. O apoio do CEPAI foi solicitado para viabilizar algumas fases da comercialização, que envolvem logística de transporte, contato com fornecedores e colocação dos produtos.

---

♦ **Amacao**

É uma experiência concreta no mercado do Estado. AMA-CAO - produto a base de pó de chocolate - foi comercializado através da Misión Alimentación (MERCAL) que tem uma rede de distribuição de alimentos em todo o Amazonas venezuelano e foi bem recebido pela gente da Região.

No entanto, os requisitos formais requeridos, principalmente a infraestrutura não foram concluídos por falta de recursos o que afeta a continuidade da produção. Outros produtos como o mel e a farinha de banana, foram comercializados em sua totalidade, por meio de uma distribuição direta em pequenos comércios e em supermercados na própria capital do Estado do Amazonas venezuelano, sem maiores dificuldades para sua colocação, uma vez que existe uma cultura local de consumo desses produtos.

Como resultado da reflexão que se fez, conclui-se que a produção amazônica na Venezuela deve direcionar-se ao abastecimento local, principalmente.

Finalmente, do ponto de vista econômico e como resultado da aprendizagem mencionada, acredita-se que não se pode, por hora, deixar de lado a necessidade de uma estrutura de ligação entre as comunidades pobres (que têm produtos excedentes) e a cultura ocidentalizada, para atender à comercialização de produtos. Esta estrutura e a intervenção de uma equipe comprometida com as comunidades vulneráveis continuam sendo necessárias. A existência dessa estrutura só deve ter uma função social e não a de acumulação e deve incorporar novas capacidades para desenvolver a promoção, a comercialização, assim como a participação na estratégia nacional de segurança alimentar, além de muito mais esforço e recursos.

---

**PARTE IV**

**MERCADO, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E  
SUPERAÇÃO DA POBREZA.**

---

## 14 Desafios amazônicos

Após uma dezena de anos desenvolvendo ações concretas de desenvolvimento local comunitário, em cinco países amazônicos, o Consórcio Bolsa Amazônia se colocou a seguinte questão: foi possível promover negócios sustentáveis?

As respostas, guardadas as especificidades de cada uma das situações locais, apontam para algumas constatações que podem ser vistas como êxitos, fragilidades e ou desafios do futuro.

Importante, antes de tudo, é notar que:

- ♦ A complexidade da relação com a cultura ocidental e globalizada implica grandes esforços, tanto para os povos indígenas quanto para as populações camponesas. Eles assumem, sem muito apoio, o aprendizado dos idiomas, das culturas, dos valores dominantes, e espera-se que assim seja. Eles aprendem a negociar, a fazer política segundo os valores ocidentais, sofrendo perdas de sua própria identidade, de sua cultura e, na maioria das vezes, do sentido coletivo;
  - ♦ O mercado é o lugar por excelência de explicitação e de prática dos valores capitalistas ocidentais. É o lugar da concorrência e do lucro. Tem-se um paradoxo:
-

a transmissão de ferramentas/habilidades às comunidades organizadas para que logrem relações justas e adquiram independência, em um contexto no qual prevalece a desigualdade econômica e a dominações política e cultural;

- ♦ A experiência colocou o Consórcio frente a uma realidade difícil de ser enfrentada: há um choque cultural entre comunidades com economias de subsistência e as exigências do mercado, o que põe em evidência tanto a debilidade das organizações de produtores, quanto às contradições dos atores comunitários locais em relação à geração de renda monetária;
  - ♦ Essas contradições se traduzem em problemas de qualidade e volume de produção, na carência de um manejo das fases de plantio, colheita e pós-colheita, de mecanismos de controle dos impactos do turismo, da ausência de visões empresariais nas empresas comunitárias. Obviamente, todos esses fatores incidem na capacidade produtiva e limitam a oferta nos mercados;
  - ♦ Os produtores, processadores, provedores de serviços e artesãos desconhecem, em sua grande maioria, as formas de obter registros sanitários, ou a maneira de não enredar-se na burocracia estatal; quase nada sabem sobre processos de certificação; desconhecem os custos das certificações e os critérios que resultam na determinação da qualidade dos produtos; ignoram como alcançar volumes de produção adequados e a importância do controle de qualidade em toda a cadeia produtiva;
  - ♦ Há problemas que derivam das dificuldades internas das pequenas iniciativas, seja no referente à suas capacidades locais, seja quanto à falta de utilização de instrumentos de planejamento, gestão, operação e difusão eficientes das demandas gerais do mercado;
-

- ♦ As limitações financeiras e de gestão para assumir tarefas de promoção e marketing constituem uma grande barreira, também;
  - ♦ Ainda que a promoção de políticas públicas nacionais de incentivos, como créditos subsidiados ou liberalizações tributárias venham pouco a pouco beneficiando certos setores da população rural e urbana mais pobre, os instrumentos governamentais de estímulo empresarial e de investimentos produtivos se dirigem, quase como regra geral, ao médio e ao grande empresário, além de que a burocracia faz com que um pobre camponês ou um indígena se percam diante de um emaranhado de papéis e das exigências que lhe são apresentados;
    - ♦ Deixando à parte as análises sobre os produtos madeireiros, a mineração, a agropecuária e o petróleo, e concentrando-se sobre os produtos florestais não madeireiros (PFNM), que são aqueles realmente trabalhados pelas famílias agroextrativistas, camponesas, indígenas e sub-urbanas da Amazônia, são muito poucos os produtos que são comercializados em grande quantidade;
    - ♦ O mercado, via de regra, através de seus consumidores, não reconhece que os produtos sustentáveis da Região amazônica trazem consigo um grande valor intangível que é o de ajudar à conservação da floresta em pé. Portanto, significa que essas famílias produtoras e coletoras estão contribuindo para diminuir os impactos das Mudanças Climáticas que ocasionam o Aquecimento Global, e este serviço ambiental de grande valor deve ser reconhecido monetariamente ou através de melhores condições para o Bem Viver dessas famílias;
    - ♦ Percebe-se que os chamados “produtos da biodiversidade” ou “produtos sustentáveis”, mesmo tendo uma história de respeito com o social e o meio ambiente, transitam em um espaço mercadológico muito redu-
-



zido, até porque têm baixa competitividade frente aos demais produtos, seja pelas dificuldades inerentes à produção rural, onde energia, estradas e transportes, em regra geral, são precários, representando um custo adicional que o mercado, na maioria das vezes, não reconhece. Ou, seja porque (apesar de um certo crescimento) são poucos os mercados que se abrem a produtos cujos preços podem ser mais altos porque protegem a biodiversidade e promovem a justiça social, custos ainda pouco valorizados financeiramente. O que interessa ao mercado ainda são, somente, preços menores;

- ♦ Por outro lado, a fragilidade dos encadeamentos finais, isto é, do mercado propriamente dito, demonstrou que realizar Planos de Negócios não garante o sucesso da comercialização;
  - ♦ O Consórcio teve dificuldades financeiras para investir no marketing que hoje é a alma do negócio. Um simples anúncio comercial na televisão vale muitas vezes mais do que a participação em uma Feira;
  - ♦ A promoção on-line de produtos amazônicos não se mostrou um instrumento eficiente para a realização de negócios, seja pela incapacidade de manutenção de uma oferta permanente, seja pela dificuldade extrema das próprias organizações de produtores para manter uma articulação e negociação permanentes com possíveis compradores, além das dificuldades operacionais de sistemas de informática e internet em lugares isolados e longínquos, onde as comunidades produzem;
  - ♦ As tentativas de realização de um comércio interregional não tiveram nenhum êxito haja vista as barreiras alfandegárias que penalizam os produtos oriundos da pequena produção, mesmo aqueles produzidos em áreas praticamente de fronteira;
-

- ✦ Muitas associações se desestruturaram por conflitos internos e interesses políticos e, sobretudo, pela ausência de uma base social e organizativa sólidas;
- ✦ O tema do fortalecimento das capacidades locais foi positivo, porém se situou em um avanço intermediário: há maior consciência e novas práticas, mas com alcance limitado, devido à grandeza da Região e dos problemas a serem enfrentados;
- ✦ Finalmente, a autonomia econômica dos empreendimentos é frágil: vale dizer, subsistem com base a financiamentos ou doações, além da assistência técnica subsidiada.

Na raiz dos desafios estão, seguramente, vários elementos, dos quais se destacam:

- ✦ A história cultural do extrativismo;
- ✦ A logística da produção;
- ✦ A competitividade desigual;
- ✦ O nível de escolaridade e de saúde;
- ✦ A precariedade das comunicações e da infraestrutura;
- ✦ A inexperiência de lidar com o mercado;
- ✦ A falta de políticas públicas fortes, eficiente, desburocratizadas e adequadas à pequena produção;
- ✦ A falta de recursos financeiros sistemáticos e permanentes, inclusive para o financiamento de instrumentos de marketing e propaganda;
- ✦ A carência de recursos humanos habilitados para a assistência técnica direta à comercialização e à promoção de produtos da pequena agricultura;

Se os desafios acima explicitados são verdadeiros para a produção e a comercialização realizada por colonos, ribeirinhos e extrativistas, o quadro não é distinto quando a análise leva em conta as comunidades indígenas.

- ✦ A maior dificuldade para a comercialização é o acesso aos mercados. No caso dos países andino-amazônicos, percebe-se que a Região andina tem canais de comuni-
-

cação aos centros comerciais de melhor qualidade do que a amazônica, sendo provedora de produtos tradicionais aos mercados urbanos. O melhor acesso e comunicação reduzem consideravelmente os custos para os produtores e para a comercialização de seus produtos;

- ♦ Os produtos provenientes da Amazônia, em sua maioria, não são competitivos no mercado nacional, pelos custos de produção e comercialização mais elevados do que os de produtos tradicionais. Além do mais, não houve possibilidade de realizar campanhas de sensibilização para o consumo de produtos Amazônicos;
  - ♦ Por outro lado, a Amazônia é uma Região de difícil acesso, e ainda mais para as populações indígenas que vivem ainda na floresta, e que não contam com sistemas adequados de transporte e comunicação, em regra geral. Isso dificulta enormemente a comercialização já que são fatores responsáveis pela elevação dos custos dos produtos fora das áreas de produção;
  - ♦ Os mercados ocidentais são mercados ágeis e com altas taxas de exigências para a realização de negócios. Os grupos populacionais tradicionais não estão preparados para chegar a tais mercados de uma maneira organizada e com conhecimentos para gerir e negociar com seus clientes e com seu mercado objetivo;
  - ♦ Em muitos casos, para uma loja ou distribuidor interessado em produtos amazônicos, é muito difícil e desgastante aceder a eles pela precariedade dos sistemas organizativos. A possibilidade de negociar com uma só pessoa, de obter catálogos, referências e listas de preços é um ponto importante para tomar uma decisão frente a um negócio potencial; os grupos indígenas, acostumados a sistemas de comércio tradicionais, não contam muitas vezes com estas ferramentas e, portanto, perdem a oportunidade do negócio;
-

- ♦ Ainda que os grupos indígenas da Amazônia tenham dentro de sua própria tradição a conservação de seu entorno, sofrem pressões em relação a suas matérias-primas. O corte indiscriminado da floresta, as queimadas e incêndios, ou o desenvolvimento de modelos pecuários e agrícolas extensivos, colocam em risco os recursos naturais que as comunidades necessitam para sobreviver;
- ♦ A população amazônica, especialmente a indígena, adota sistemas de produção tradicionais, muito distantes dos sistemas ocidentais de economia de mercado. Em numerosas ocasiões, os programas de desenvolvimento de alternativas produtivas são impostos em comunidades que não têm capacidade necessária para alcançar uma rentabilidade em seus negócios. Um exemplo claro é a produção artesanal. Esta, que foi sempre feita para o auto-consumo, ou para um mercado local sem muitas exigências, necessitou da implementação de projetos de capacitação para obter produtos de alta qualidade, feitos para determinados mercados.

Em nível regional amazônico, ainda que se reconheça o papel fundamental e necessário da articulação regional do Consórcio, seu potencial poderia ter sido maior caso tivessem sido superadas as dificuldades e os custos resultantes das distâncias entre os países, além de barreiras tais como a assimetria das economias dos países membros e as inflexões das políticas nacionais e locais, inclusive sem nenhuma política pública de incentivo aos comércios fronteiriços amazônicos.

---

## 15

### O positivo em aprender, compartilhar e criar no coletivo

*“La cooperación Sur-Sur tiene una dimensión política; se sustenta en un principio fundamental que es la solidaridad; implica el reconocimiento de nuestras propias capacidades y la necesidad de potenciarlas para –en unión de voluntades– lograr objetivos comunes; creo que esto estuvo presente cuando construimos la Bolsa Amazonía<sup>63</sup>”.*

*“El trabajo del Programa Bolsa Amazonía permitió que las instituciones reconocieran que el encadenamiento también significaba uso adecuado de la biodiversidad, que posiblemente no se necesitaba tanto recurso para producir. Colocar eso en la discusión fue importante, posiblemente no se logró impactar, no hubo los efectos necesarios pero se lo puso en la mesa de debate<sup>64</sup>”.*

---

63 Martha Núñez. Directora Ejecutiva da Fundação Ambiente y Sociedad. Secretária Executiva da Bolsa Amazonia Equador. Entrevista concedida em, abril 2009, Quito, Equador.

64 Lucy Ruiz. Primeira Secretária Executiva da Bolsa Amazônia Equador. Entrevista concedida em abril de 2009, Quito, Equador.

---

Face ao exposto até agora, cabe responder em que medida o Consórcio Regional Bolsa Amazônia, e as experiências concretas realizadas nos últimos anos pelas Bolsas Nacionais – e suas instituições parceiras locais – em Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela alcançaram os objetivos que lhes serviram de base inicial e até que ponto o Consórcio teve condições financeiras, técnicas e políticas para tornar realidade suas propostas.

Vale à pena, também, analisar os êxitos do Consórcio e em que medida uma proposta dessa natureza é realista e pode ser um instrumento de cooperação para o desenvolvimento, além de servir de reflexão para outras experiências do gênero.

- A complexa realidade amazônica apresentada nas páginas anteriores, caracterizada, sobretudo, por uma institucionalidade débil, marca o cenário do Consórcio. Neste sentido, a avaliação mais geral é a de que os avanços alcançados são pequenos, se considerada a dimensão amazônica;
  - Isto é de algum modo explicável dado que o trabalho da Bolsa Amazônia se caracterizou, sobretudo, pelo apoio a iniciativas locais em marcha, a partir das organizações pobres da Região. Assim, por um lado, os êxitos na escala regional ou mesmo nacional são menos visíveis. E, por outro, o protagonismo da Bolsa diluiu-se em meio ao trabalho conjunto com variados parceiros;
  - De maneira geral, pode-se realçar - entre os êxitos alcançados - a introdução de sistemas agroflorestais, sistemas que por incluir diversos critérios ecológicos e produtivos significaram o incremento da produtividade e diversificação de cultivos, implicando em soberania e segurança alimentar, recuperação de áreas então degradadas, excedentes na produção e maiores possibilidades de renda;
  - Levando-se em consideração que os intercâmbios de experiências e, muito especificamente a formação de capacidades, inclusive em planos de negócios, ao lado da
-

replicabilidade dessas ações no nível local foram os elementos mais valorosos e interessantes do Consórcio Bolsa Amazônia, uma série de habilidades práticas e concretas foram adquirida por produtores e técnicos, seja no campo do processamento, do manejo de produtos e da comercialização;

- ♦ Ainda que não generalizada, as ações da Bolsa, em maior ou menor grau, de acordo com cada país, e os insumos gerados por ela impactaram as políticas públicas locais e, em alguns casos, estaduais/provinciais/municipais;
- ♦ Como resultado do amplo debate facilitado pela Bolsa, se percebeu a emergência de uma nova consciência ambiental, de novas tendências e práticas, de um novo posicionamento no debate do desenvolvimento sustentável em nível local, municipal;
- ♦ Em comunidades indígenas, o que é bem visível na Venezuela, por exemplo, onde a criação de búfalos, cultivo de cacau, apicultura e extração artesanal de óleo de pataúá eram atividades que se mantinham ativas nos últimos 20 anos, inclusive como fonte de renda para as comunidades, se percebeu não apenas a expansão para outras comunidades como, também, a inserção de novas abordagens técnicas aos modelos tradicionais, com alto nível de compatibilidade entre tais atividades e os modos de vida dessas populações;
- ♦ Cadeias produtivas com base em frutas amazônicas – cupuaçu, goiaba, araçá, açaí, por exemplo – se mantiveram fortes e serviram, através da introdução de sistemas agroflorestais, para a recuperação de grandes áreas já degradadas evitando, também, a expansão da criação de gado em áreas não adequadas e, conseqüentemente, o desmatamento, principalmente em Equador, Brasil e Bolívia;
- ♦ Os trabalhos desenvolvidos através de uma série de parcerias e intercâmbios de experiências através de cursos,

visitas técnicas, reuniões de trabalho, assistência técnica recíproca, eventos conjuntos, seminários e feiras muito contribuíram para que fosse fortalecida a prática do trabalho coletivo e um fazer regional. Evidentemente que, em uma Região tão ampla e repleta de especificidades, os obstáculos enfrentados durante esses anos de atuação da Bolsa deixaram a lição de que a ação coletiva é fundamental para viabilizar a transformação de pequenos produtores em atores de mercado. Seja no mercado de bens, seja no de serviços;

- ♦ No caso onde se trabalhou com populações indígenas e/ou urbanas periféricas, no campo artesanal, se logrou trabalhar conjuntamente para o alcance de maiores volumes de produção, permitindo-lhes, assim, participar em Feiras e Rodadas de Negócios maiores, aumentando o grau de resposta às demandas dos mercados, como nos casos equatoriano e colombiano;
  - ♦ Ao mesmo tempo, a geração de grupos de produtores organizados através de cooperativas e/ou associações permitiu a estes ter uma maior credibilidade e organizarem-se, paulatinamente, de forma legal;
  - ♦ Ainda com grupos indígenas a experiência se mostrou positiva em relação à introdução de alguns processos técnicos simples, como por exemplo, de carpintaria, melhorando a qualidade, sem perda qualquer de identidade cultural;
  - ♦ No cômputo geral, o que se pode constatar é que embora o Consórcio Bolsa Amazônia possa ser visto como o equivalente a uma gota de água na Bacia amazônica, por vezes aparecendo como iniciativa isolada e utópica, sem lograr articulação com as políticas e programas hegemônicos de produção, assistência técnica, financiamento, comercialização em cada um dos países, um olhar sobre o passado permite perceber que as várias iniciativas apoia-
-



das pela Bolsa conformaram o esboço de um novo padrão de desenvolvimento, pautado, sobretudo, no respeito às diversidades sócio culturais, na prudência ambiental e na promoção do bem-estar de populações amazônicas tão variadas;

- ♦ Adicionalmente, os *casos* elencados neste livro estão construídos sobre um modelo de cooperação, cujas vicissitudes e méritos também conformam, no longo prazo, exemplos de alianças entre atores locais e países diversos, atuando em iniciativas concretas para a construção de outros padrões de produção e reprodução das sociedades;
- ♦ A capacitação de recursos humanos seja para a produção, a gestão e/ou a comercialização, dirigida às bases comunitárias e ao pessoal técnico envolvido foi onde o Consórcio ganhou um de seus maiores êxitos e esse deve ser um foco para o futuro;
- ♦ Com a experiência acumulada durante alguns anos, Consórcios como a Bolsa, podem e devem assumir um papel protagônico na tarefa de esboçar ações inovadoras autenticamente pós-extrativistas que permitam às comunidades beneficiárias assumir efetivamente um protagonismo econômico sustentável;
- ♦ O trabalho de capacitação técnica desenvolvido com grupos de produtores se orientou à recuperação cultural, sem esquecer as necessidades dos mercados, onde foram incluídos temas como os da oferta, da demanda, da qualidade ou dos custos. Também se trabalhou a recuperação de técnicas e saberes, símbolos e ícones tradicionais, o melhoramento do desenho e de acabamentos de forma a que os produtos pudessem alcançar melhor competitividade;
- ♦ Deve-se dizer que aquelas comunidades que se mantiveram constantes nos projetos produtivos iniciados e

apoiados pela Bolsa são, hoje, substancialmente diferentes daquelas que seguiram mantendo suas atividade de subsistência e intercambiando produtos da floresta (caça, pesca) como atividades individuais ou nucleares. São diferentes substancialmente porque gozam já, de certa autonomia para a comunicação, o transporte, o acesso a centros de saúde e medicamentos, acesso a centros de estudos para jovens em idade de educação média, ferramentas de trabalho e bens não produzidos nas comunidades, os quais necessitam.

---

## 16

### A cooperação regional e local

Nesses momentos de globalização em que os países desenvolvidos começam, segundo seus próprios interesses, a ditar normas para o uso e a conservação da biodiversidade da Amazônia, a cooperação internacional aparece como protagonista, e a cooperação Sul-Sul, por sua vez, adquire uma importância que ultrapassa os limites de cada iniciativa local, em particular.

A cooperação amazônica estabelecida com organizações sociais no contexto da Bolsa Amazônia constituiu, sem dúvida alguma, um marco nas relações interregionais, criando-se um canal efetivo para o intercâmbio de experiências.

*“Los intercambios de experiencias amazónicas, especialmente con Brasil (cooperación Sur-Sur) promoverán la posibilidad de conocerse unos a otros, de acercarse a otras realidades que, aunque distintas y de otras dimensiones a las de Ecuador, sirvieron a quienes participaron en ellas. Al respecto hay testimonios de gente trabajando en el proyecto Sangay, que pensaban ir a Brasil para beneficiarse a título personal y luego migrar a los Estados Unidos. No obstante, luego de conocer la experiencia brasileña,*

---

*de reconocer que en medio de la pobreza y la adversidad, ahí donde no hay biodiversidad trabajan para recuperar los sistemas agroforestales, cambiaron su forma de pensar, porque aquí todavía tenemos todo. Fue tal el reconocimiento de lo logrado en los intercambios que de alguna manera se llegó a pensar en una Amazonía sin fronteras” (Bolsa Ecuador).<sup>65</sup>*

Desta maneira se propiciou um ambiente favorável para as relações e o trabalho regional entre os distintos membros da Bolsa, de tal forma que:

- ♦ O Consórcio foi um espaço de encontro de atores e confluência de idéias, experiências e problemas similares, e em diversas magnitudes, que permitiu enriquecer uma visão e identidade amazônicas;
- ♦ Reciprocamente, os membros da Bolsa se inseriram nesse mecanismo de cooperação regional, dando seus aportes na área de suas fortalezas e aprendendo de experiências com distintos graus de desenvolvimento, em áreas comuns: capacitação de líderes, técnicos e comunidades, criação de búfalos, manejo integrado de recursos naturais e florestais, recuperação de áreas degradadas, agregação de valor a frutos, óleos e azeites regionais, processos de produção e de comercialização, estudos de mercados e de planos de negócios, regras de comércio justo, adaptação e transferência de tecnologias, dentre outros;
- ♦ Igualmente importante foi a transformação de programas iniciais de capacitação, em nível de aperfeiçoamento, em projetos de maior fôlego em nível de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, compartilhados na Bacia. As edições de cursos como os de Especialização em Gestão Sustentável de Recursos Naturais e Oportunidades de Comercialização; Organização e Gestão de Associações e Cooperativas Rurais; Empreendedorismo e Gerência

65 Antropóloga Lucy Ruiz. Entrevista citada.

de Negócios; Elaboração de Planos de Negócios; Administração de Empresas Comunitárias; Planos de Turismo; todos promovidos regionalmente pelo Consórcio são referências relevantes desse tipo de capacitação para os objetivos da Bolsa e de seus beneficiários;

- ♦ Foi a oferta de Cursos de Especialização, em uma primeira fase<sup>66</sup>, que serviu como insumo e referência para muitas das políticas públicas de então, formando 44 Especialistas de todos os países amazônicos, em Gestão do Desenvolvimento Sustentável;
- ♦ Uma feliz consequência de tais Cursos foi o desenho e a oferta, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará, do Primeiro Mestrado Profissional Internacional intitulado “Gestão de Recursos Naturais e Empreendedorismo Rural na Amazônia”, o primeiro em seu gênero, aberto à participação de todos os países amazônicos. Este Mestrado consolida todos os avanços obtidos<sup>67</sup>;
- ♦ Por outro lado, se nem todos os intercâmbios resultaram em processos de capacitação, de todo efetivos, voltados para consolidação de capacidades e de habilidades, serviram de motivação para ampliar a visão dos projetos, uma vez que permitiram constatar que os problemas nacionais e os processos sociais, em cada país obedeciam, também, a fatores macro-regionais, que se revelariam importantes para pensar sobre outros cenários, além do âmbito puramente local;

---

66 Constituição de um quadro de pessoal técnico, provindo de Projetos produtivos de Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela que, ao longo do treinamento, e mesmo depois, dividiram experiências, conhecimentos e respostas conjuntas.

67 Aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Brasil, o curso criado em 2007, caracteriza-se pela interdisciplinaridade e objetiva qualificar profissionais para (a) atuar na gestão pública ambiental, (b) elaborar e desenvolver projetos de uso e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, e (c) identificar oportunidades econômicas e sociais de desenvolvimento que privilegiem o uso sustentável da biodiversidade amazônica. A inclusão desse curso entre as ações de cooperação institucional a serem desenvolvidas pela Bolsa deve, portanto, ser assumida como uma estratégia de sustentabilidade dos seus próprios objetivos.

- ♦ Nas relações interregionais foram consolidados laços que superaram o Consórcio e que têm permitido atuações em iniciativas conjuntas. Esses vínculos têm significado particular uma vez que a Bacia Amazônica necessita de atores que possam coordenar atividades para enfrentar a problemática da Região;
  - ♦ O apoio de organizações governamentais a iniciativas desse gênero, onde se destaca a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, foi crucial para a vitalização, então, da cooperação Sul-Sul entre países amazônicos;
  - ♦ A análise da história comum ou divergente, a cultura em suas múltiplas manifestações, as tendências atuais de desenvolvimento, os temas ambientais etc., nutriram o Consórcio, como mecanismo que atuou sobre a realidade, permitindo aprofundar alternativas e ofertar soluções coerentes e específicas para as distintas Amazônia;
  - ♦ Se a cooperação regional foi um fator importante do Consórcio, a cooperação entre parceiros locais não pode ser desprezada. Em nível local, uma das estratégias para a Cooperação na Bolsa Amazônia foi identificar os parceiros do Programa, desde que sua área de atuação fosse a Amazônia, e que os poucos recursos disponíveis pudessem ser otimizados com eles. Isso gerou uma dinâmica interessante de construção de alianças entre organizações de produtores e empresas privadas, governos regionais e demais atores;
  - ♦ Essas experiências podem ser replicadas e/ou servir de parâmetros para outros processos de cooperação visando à construção de arranjos produtivos locais baseados na oferta de produtos e serviços sustentáveis, voltados para o combate à pobreza;
  - ♦ O que a experiência revela é que a interação regional / nacional/ local é a chave-mestra e o meio viável para o
-

desenvolvimento amazônico, no sentido de que todos os segmentos são interdependentes e o êxito de todos dependerá do êxito das partes.

Sobre as relações e acordos entre o Consórcio e entidades governamentais - Ministérios, Governos Estaduais/Provinciais/Departamentais, Prefeituras, e/ou Alcaldias Municipais, porém, em torno de interesses programáticos e comerciais, vale à pena notar que quando ocorreram não perduraram, em sua grande maioria. Em parte, devido a mudanças políticas, que levam a alterações quase completas nas tecnoburocracias, exigindo retornar aos pontos de partida daquilo já agendado ou negociado.

E, por outro lado, porque os governos nacionais e locais ainda não priorizavam iniciativas como esta. Raros foram os apoios concretos nessa direção e mais rara, ainda, foi a percepção de que se tratava de processos novos, sem referencial anterior consolidado, que demandavam políticas e ações inovadoras.

No entanto, foi uma preocupação permanente incidir nas políticas públicas; daí os esforços desenvolvidos para propiciar espaços destinados ao debate, além da organização e/ou participação em foros de discussão e reflexão sobre o modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

Outro aspecto a mencionar parte da consciência de que a luta contra a pobreza requer, também, uma visão solidária dos fornecedores de recursos financeiros. Por exemplo, a idéia da Bolsa Regional de conformar um Fundo Solidário, viável dentre os financiamentos com juros mais baixos, ou com juros trocados por biomassa conservada ou, ainda sem juros. Esses tipos de financiamentos encontram eco em discursos, mas não se concretizam na prática.

Concretamente, porém o Consórcio Regional aqui debatido foi, até 2009, o projeto de cooperação regional de entidades da sociedade civil com mais experiência na promoção do desenvolvimento sustentável de populações amazônicas, com acumulação de experiência produtiva, agroindustrial e de comercialização.

Deve-se destacar o apoio de entidades, como OXFAM-NOVIB, quem melhor entendeu os propósitos e, sobretudo, as vicissitudes da Bolsa. Entendeu, sobretudo, que os cronogramas nem sempre podem ser cumpridos ao pé da letra, em razão das especificidades organizativas, sociais, culturais e inclusive políticas da Região.

Mas, nem tudo foi um caminho de rosas sem espinhos. No que se refere à relação com as agências de cooperação internacional, muitas experiências locais e organizações comunitárias se decepcionaram. Em determinados casos, ainda que os recursos fossem aportados, aspectos fundamentais para sustentar outras ações, que pareciam aos financiadores como pontuais, bem como para assegurar a apropriação das propostas pelos beneficiários, não eram considerados como itens a financiar.

No caminho da captação de recursos e de apoios, muitas vezes as portas se fechavam, causando tropeços, atrasos e suspensão de atividades. Em outras ocasiões se abriam, permitindo alimentar expectativa e abrigar esperança... pelo menos, por algum tempo mais<sup>68</sup>. Note-se que nesta interação com as diferentes instituições de fomento, não foram apenas as organizações integrantes da Bolsa as beneficiadas, mas com certeza, os próprios financiadores.

Ressalte-se, para finalizar, que esta dinâmica de interação e cooperação não respondia a um enfoque utilitário, mas, a uma política para valorização de capacidades e que se apoiava no fortalecimento e *empoderamento* dos atores locais, no desenvolvimento de alianças para potencializar os esforços e os processos.

Tratou-se, portanto, de aprender, compartilhar e criar coletiva e solidariamente.

---

68 Por considerá-las ainda vigentes, varias reflexões apresentadas neste capítulo foram tomadas de: Martha Núñez, Guillermo Loza, Lucy Ruiz y Wolker Vitte (2004): "El bosque, la gente y los módulos agroforestales de Madre Tierra, en un corredor ecológico de la Amazonía ecuatoriana". Quito, Fundación Ambiente y Sociedad (FAS)

---



## CONCLUSÕES

---

### Lições aprendidas

Após uma reflexão exaustiva e, por não dizer, às vezes contraditória, tem-se claro que não há receitas unificantes para tão amplas e tão distintas *Amazônias*.

E avaliações de um Consórcio de tamanha dimensão e especificidade, portanto, só podem ser relativas e parciais, tantos foram os mundos amazônicos onde o Consórcio transitou!

Importante, porém, é anotar algumas lições comuns que a experiência regalou, e que podem ser um ponto de apoio às políticas públicas nacionais, regionais ou locais que se desenvolvam nessa Região e no Trópico Úmido.

Vale lembrar que o Consórcio Regional Bolsa Amazônia, tinha como proposta e meta a serem alcançadas, o fortalecimento de empreendimentos produtivos, fosse ao nível do plantio e do manejo dos recursos naturais, fosse em relação à agroindustrialização, fosse, finalmente, em relação à promoção para comercialização dos produtos, como fonte de geração de renda e ocupação às populações e organizações envolvidas, contribuindo para a auto-sustentação econômica desses empreendimentos.

Buscava-se apoiar a formação de um empresariado local conformado por uma rede de pequenos produtores organizados (empresariado *sui generis*, era verdade, na medida em que apenas através da organização coletiva seriam gerados resultados positi-

---

vos), com produção sustentável em termos econômicos, ecológicos, culturais e sociais, utilizando-se para isso das ferramentas da Capacitação, da Informação e da Promoção de Produtos para a realização de negócios junto aos mercados.

A seguir, e a título de Conclusões, e em um exercício de abstração, apresentam-se as principais Lições Aprendidas.

### **1. Sobre a gestão da produção e da comercialização de empreendimentos produtivos.**

Sem dúvida alguma, em todas as experiências desenvolvidas pelos atores principais em cada país amazônico, um dos maiores e grandes entraves e desafios foi a questão da gestão dos empreendimentos produtivos.

Em todas as áreas amazônicas de Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela desenvolveram-se uma série de modelos voltados para o gerenciamento e operacionalização de empreendimentos produtivos com base no uso sustentável de recursos naturais, aos quais estavam, direta ou indiretamente, envolvidos produtores rurais agroextrativistas, artesãos - inclusive indígenas - produtores urbanos e suas organizações.

Percebeu-se que tais modelos poderiam, grosso modo, ser assim agrupados:

- ♦ Modelos nos quais as organizações de produtores eram diretamente proprietárias, gestoras e executoras de empreendimentos produtivos, inclusive no referente à comercialização, sem nenhuma interferência de terceiros;
- ♦ Modelos nos quais as organizações de produtores eram apenas supridoras de matérias-primas, ou de serviços, mas a agregação de valor e a comercialização eram realizadas por terceiros-parceiros;
- ♦ Modelos nos quais as organizações de produtores além de supridoras de matérias-primas eram, também, sócias minoritárias do empreendimento, recebendo dividendos da comercialização, mas sem intervenção direta na gestão, operacionalização e/ou comercialização;

- ♦ Modelos nos quais as organizações eram supridoras de matérias-primas, sócios integrais dos empreendimentos, mas contratavam terceiros para a gestão da comercialização;

Cada um desses modelos apresentou inúmeras variáveis relacionadas ao tipo de organização de produtor – indígena, colona, ribeirinha, urbana – ao tipo de parceria envolvida – ONG, empresas médias e/ou pequenas, grandes empresas, e mesmo quanto ao tipo de empreendimento – turismo ecológico, artesanato, agroindústrias ou extrativismo, dentre outros.

Entretanto, embora se tenha percebido que os avanços e resultados positivos dos empreendimentos estavam ligados, em grande medida, ao tipo de empreendimento, ao nível de consolidação das organizações, ao apoio recebido em termos de assistência técnica e recursos financeiros, dentre outros, ficou patente a existência de um NÓ a ser entendido, para então ser desatado, e que está diretamente ligado à questão das dificuldades de transformação do pequeno produtor em empresário rural.

Isso passa - e a experiência demonstrou - pela escolha dos modelos mais adequados de gestão em face de determinadas conjunturas e realidades.

Pode-se afirmar que a gestão de empreendimentos produtivos de base comunitária, adequados às especificidades e realidades locais e comunitárias é condição *sine qua non* para seu desenvolvimento.

Assim, bastam quatro exemplos para dar a dimensão da abrangência e diferenciação de modelos de Gestão em uso:

- ♦ Na Bolívia, em Riberalta, os produtores organizados, colonos ou ribeirinhos eram os gerentes de sua produção primária e recebiam assistência técnica de terceiros. A agroindustrialização dos produtos e a gestão da comercialização, porém, eram feitas por empresas, sendo os produtores, no caso, sócios minoritários na comercialização;
-

- ♦ No Brasil, teve-se a experiência de utilização de dois modelos: aquele em que as organizações de produtores, colonas e/ou ribeirinhas, controlavam totalmente os empreendimentos, da produção à comercialização, e outro em que as organizações eram proprietárias do empreendimento, mas contratavam técnicos para a gestão da agroindustrialização e da comercialização;
- ♦ Na Colômbia, terceiros-parceiros comercializavam a produção e prestavam assistência técnica para as organizações de produtores indígenas;
- ♦ No Equador, as organizações de produtores, indígenas, colonas ou ribeirinhas, controlavam inteiramente o empreendimento, ou estavam associadas com médias, e até grandes, empresas, como no caso do eco-turismo.

Hoje, o que se pode realçar da experiência é que a fragilidade dos empreendimentos está em grande medida relacionada ao modelo de gestão da produção e da comercialização, mas, também, liga-se à questão do nível de organização atingida pela instituição gestora e à capacidade dessa instituição em alcançar níveis de escolaridade e informação adequadas.

O modelo de maior dificuldade é, sem dúvida, aquele em que são os produtores e suas organizações os que gerenciam diretamente o empreendimento em toda a cadeia, da produção à comercialização.

Pode-se citar uma experiência paradigmática que espelha essa situação, e que pode ser encontrada em todos os países amazônicos.

No Brasil, a Associação Amazon Paper, gozou, durante sete (7) anos, de assistência técnica para a gestão da produção e da comercialização. Sendo a Associação conformada de artesãos altamente especializados, pode-se dizer que estes atingiram um excelente nível de qualidade de seus produtos e controlaram a gestão de sua produção.

Entretanto, o mesmo não se pode dizer da comercialização. Enquanto contavam, nesses anos todos, com o apoio da

Bolsa que, através de técnicos experientes, apoiava as articulações com o mercado – nesse caso um mercado muito especializado já que se tratava de comercializar produtos relativamente de luxo e caros - e introduzia um controle empresarial eficiente e informatizado, a situação comercial era boa e, a cada ano, apresentava um crescimento em relação aos recursos financeiros provindos da comercialização de seus produtos, que chegaram a cobrir, em certos períodos, até 70% das despesas gerais do empreendimento (os 30% sendo recursos de doação).

No momento em que a Bolsa se retirou do empreendimento, houve queda da comercialização, conforme já analisado anteriormente.

Importante notar que o esforço da comercialização por via eletrônica mostrou resultados irrisórios comprovando (o que pode ser um resultado geral à maioria dos empreendimentos) que o comércio eletrônico, na Amazônia, ainda não responde às necessidades da comercialização, ponto a ser posteriormente abordado.

Vale dizer que se a gestão da produção é viável, em termos amazônicos, ainda que exija, em grande medida, permanente assistência técnica, inclusive para garantir a qualidade do produto; porém, a gestão da comercialização, realizada diretamente pelos próprios produtores ou artesãos é ainda uma quimera, na Amazônia, em termos de auto-sustentação em largo prazo.

Isso leva à conclusão de que, em médio prazo, há necessidade de uma constante assistência técnica e apoio à comercialização e que a gestão da comercialização tem maiores condições de sucesso se empreendidas por terceiros especializados.

A transformação, portanto, dos pequenos produtores/artesãos em empresários só se dará através de um grande esforço de investimento em formação de recursos humanos, o que hoje não é uma realidade. Sem isso, dificilmente, os empreendimentos alcançarão sua sustentabilidade econômica.

---

## 2. Sobre a promoção dos produtos da biodiversidade

A experiência, regra geral, mostrou que a promoção dos produtos nos mercados é outro desafio importante para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos de que se trata aqui.

Quando se discute a promoção através de sites eletrônicos específicos (como tentado por alguns anos pelo SIMBA – Sistema de Informação Mercadológico da Bolsa Amazônia) os resultados não foram tão promissores. Note-se que o SIMBA era, ao mesmo tempo, um instrumento de informação de mercado entre compradores e vendedores potenciais, mas, também, um elemento de visibilização e marketing dos produtos.

A experiência mostrou que:

- ♦ Os vendedores, no caso os pequenos produtores/artesãos, tinham enormes dificuldades para manter estoques, produção com qualidade, e entrega sistemática de seus produtos, o que, claramente comprometia o futuro negócio;
- ♦ O acesso desses vendedores ao comércio eletrônico era difícil e, em alguns casos, impossível, fosse por falta de competência na área da informática, fosse pela impossibilidade sequer de acessar tal meio em lugares remotos, de difícil comunicação;
- ♦ Muito embora houvesse uma especificidade em relação aos produtos ofertados, potenciais compradores solicitavam desde sexo de determinado peixe chamado boto (tido como afrodisíaco) até maconha, o que levava a uma enorme perda de tempo pelos gestores do site;
- ♦ A Bolsa, como um terceiro, não tinha como ela mesma faturar um possível negócio, cabendo-lhe tão somente a função de identificar e articular os potenciais compradores com os potenciais vendedores. Isso acarretava um desgaste enorme ao Consórcio, fosse quando o vendedor não cumpria com os pedidos, fosse quando o comprador não realizava pagamentos devidos ou desistia da compra,

o que levava a um adicional desgaste em relação à credibilidade do Consórcio junto às organizações produtoras, ou ainda quando um determinado produto não era requerido pelo mercado (fosse porque não lhe interessava, fosse porque não queria as pequenas quantidades ofertadas, como no caso do mel de abelha, produzido em pequenas quantidades e demandado em enormes volumes);

- ✦ Por outro lado, o Consórcio jamais obteve recursos que permitissem a realização de campanhas eficientes de marketing, altamente dispendiosas, em veículos de comunicação e mídias, nem manter, no nível regional, um sistema de armazenamento para a estocagem e a comercialização, visando à comercialização regional de todos os produtos de cada país, o que representaria, evidentemente, um novo patamar econômico;
  - ✦ A realização de Planos de Negócios, ou Planos de Marketing, não foi suficiente para alavancar de forma crescente os negócios realizados pelo Consórcio. Ainda valeram muito mais as relações e a insistência direta de vendedores junto aos mercados para a efetivação de negócios;
  - ✦ As Feiras, Exposições e Missões de Negócios realizadas se bem serviram realmente para a promoção e divulgação dos produtos não foram os meios mais eficientes de realização de negócios, em geral, ainda que, em casos específicos possam ter havido êxitos com certos produtos;
  - ✦ A exportação de produtos, em alguns casos foi exitosa; entretanto, nem todos os produtos tinham demanda e qualidade para serem ofertados no exterior, além das enormes dificuldades das organizações em realizar por elas mesmas a exportação, dada a burocracia a ser vencida.
-



Dessas constatações fica demonstrado que a comercialização de produtos pelas próprias organizações produtoras é, em termos de escala, e de autonomia econômica, ainda inviável, como regra geral, na Amazônia.

Uma alternativa imaginada e discutida entre os parceiros da Bolsa (que demandaria grandes investimentos, com os quais a Bolsa nunca contou) seria a participação ou o investimento em uma Comercializadora Bolsa Amazônia, com capital próprio e gerência altamente profissional e competente, que adquirisse os distintos produtos, os estocasse e promovesse a comercialização.

### **3. Sobre a formação dos recursos humanos**

Nesse item as lições aprendidas foram de duas naturezas.

Em primeiro lugar deve-se realçar que o Consórcio, ao longo de sua caminhada, e mesmo antes de receber o apoio da instituição holandesa NOVIB ou de outros atores de cooperação nacional ou internacional, entendia que a formação de recursos humanos era um pilar a ser fortalecido em toda a Região amazônica, que padece de índices alarmantes de analfabetismo ou semi-analfabetismo.

Em segundo lugar, havia a necessidade de investir nos técnicos de instituições responsáveis por apoiar ou participar, como parceiros, de empreendimentos produtivos de base comunitária, cuja formação foi sempre bastante carente na Região.

Em relação ao primeiro ponto – o investimento na formação de produtores e suas organizações, as lições aprendidas foram as seguintes:

- ♦ Todos os treinamentos e intercâmbios realizados, em nível nacional ou no âmbito regional, geraram impactos positivos e vantajosos, principalmente no tocante às etapas da produção de produtos e no fortalecimento das organizações;
- ♦ Dadas as diferenças de nível de desenvolvimento entre os empreendimentos ligados à Bolsa, é verdade que em alguns poucos casos foi gerada certa frustração ao produtor ou ao

técnico, na medida em que os conhecimentos e as experiências adquiridas não podiam ser reproduzidos no local de origem, principalmente no referente às fontes de financiamento em cada local ou país, ou mesmo às dificuldades de contar com equipamentos existentes em outras áreas;

- ♦ Entretanto, o aspecto positivo dessas experiências foi geralmente muito importante. Essa fortaleza pode ser exemplificada por um produtor líder de uma organização rural equatoriana que, de passagem comprada para migrar à Espanha, desistiu desse intento logo após participar, com outros produtores, em um treinamento no Brasil, junto aos produtores paraenses, onde observou que, em terras mais frágeis que as de seu local de origem, a técnica, a organização, o crédito e a crença no futuro haviam permitido uma produção alta. Sua mudança após esse treinamento prático foi muito importante para seu empreendimento quando retornou ao seu país;
  - ♦ O mesmo não se pode dizer em relação aos treinamentos visando à comercialização, cujos resultados não foram tão impactantes, principalmente quando visavam à transferência de ferramentas que ampliassem o poder de comercialização. Isso se deveu, em grande parte, pelos níveis de escolaridade, que dificultavam, por exemplo, a capacidade de apreensão de metodologias de contabilidade empresarial e mercadológica;
  - ♦ Já a experiência na formação em jovens filhos de agricultores e agroextrativistas que haviam concluído o nível médio foi altamente promissora. Um exemplo: os cursos Pós-Médios realizados pela Bolsa Brasil, cada um de um ano de duração, resultou que todos os participantes fossem, imediatamente, ou contratados por pequenas empresas agroindustriais, ou alterassem, de forma significativa e para melhor, o empreendimento de seus pais, com ganhos de produtividade e renda.
-

A lição aprendida, portanto, é a de que sem formação de recursos humanos dificilmente haverá mudança estrutural e a de que o futuro precisa ser garantido por um alto e prioritário investimento na formação básica dos produtores e suas organizações e, acima de tudo na nova geração de jovens técnico-produtores e líderes, evitando, inclusive, sua migração para os centros urbanos onde irão engrossar o caldo da miséria estabelecida nas periferias das cidades amazônicas, cuja expressão bem visível é o incrível salto da criminalidade urbana entre jovens de 18 a 25 anos de idade.

Um segundo aspecto foi o investimento na formação de técnicos envolvidos com empreendimentos produtivos. Aqui os resultados também foram de duas naturezas.

- ♦ Em toda a sua história pode-se afirmar que a Bolsa foi extremamente exitosa quando investiu na formação técnica de profissionais ligados aos projetos e experiências produtivas;
- ♦ Os resultados alcançados geraram impacto direto no desempenho desses técnicos em seus respectivos empreendimentos ou naqueles em que prestavam assistência técnica;
- ♦ Em geral esse impacto foi mais positivo na produção e na agroindustrialização do que na comercialização, dado ao fato de que foram poucos os treinamentos em marketing e comercialização, e que o perfil e a experiência da maioria dos participantes eram voltados para a produção;
- ♦ Positivo realçar que, em todos os treinamentos, cursos, estágios e intercâmbios realizados o Consórcio ofereceu programas práticos, eficientes, onde cada treinando discutia e apresentava soluções a partir de sua própria experiência original; isto é, partiu-se da realidade de cada empreendimento como elemento de reflexão e de conhecimento para os treinamentos;
- ♦ Não se deve deixar de notar que, em alguns casos, esse investimento se perdeu ao longo do tempo na medida

em que os técnicos treinados, depois de algum período em sua organização de origem foram contratados para assumir outros empregos em instituições que lhes forneciam maiores rendimentos por seu trabalho e contra as quais as frágeis organizações de produtores não tinham nenhuma condição de competir. Esse fenômeno é muito comum na Amazônia, principalmente entre especialistas de alto nível, dada a baixa remuneração oferecida aos profissionais locais;

- ♦ Por outro lado, em alguns, e felizmente, poucos casos, os técnicos treinados não tinham nenhum compromisso com a instituição que lhes indicara participar do curso ou treinamento, problema que deve ser debitado, principalmente, à responsabilidade das instituições que os indicaram.

Em nível regional, deve-se notar, ainda, que os Cursos de Especialização ofertados pela Bolsa foram de tal importância que serviram de embrião para o atual Curso Internacional de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Empreendedorismo Rural, ofertado atualmente pela Universidade Federal do Pará - Núcleo de Meio Ambiente, Brasil, aberto a candidatos de todos os países amazônicos.

Regra geral pode-se dizer que o melhor resultado atingido pelas Bolsas, em nível nacional e/ou regional, se expressou no segmento de Formação de Recursos Humanos, nas áreas técnicas e tecnológicas, áreas que devem ser ampliadas e alargadas como *conditio sine qua non* para a sustentabilidade dos projetos produtivos como indutores do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza na Amazônia.

#### **4. Sobre o mercado como fonte de geração de emprego e renda para empreendimentos produtivos de base comunitária.**

No contexto amazônico é fundamental entender as dinâmicas da Região e responder às necessidade de infraestrutura, fortalecer as capacidades organizativas e influenciar nos espaços

---

públicos locais. É necessário reconhecer o papel e as limitações das ONGs, o que é indispensável para pensar em ações que possam trazer benefícios de longo prazo<sup>69</sup>.

Vale destacar, em todo caso, que a Bolsa Amazônia não considerava que, somente a integração ao mercado pudesse se constituir em uma estratégia de sobrevivência.

Não se tratava de negar a importância do mercado em um sistema econômico globalizado, mas de elaborar estratégias alternativas que incorporassem, como condição *sine qua non*, as responsabilidades ecológicas e sociais que o mercado ignora, regido, como está, por critérios exclusivamente de lucro.

E, no caso amazônico essas estratégias passarão, seguramente, pela implantação de mecanismos que promovam, além do uso sustentável dos recursos naturais, a conservação da floresta em pé, como imprescindível para o futuro do planeta.

Como nem todas as comunidades rurais amazônicas conseguirão ou terão vocação para aceder aos mercados, novos mecanismos permitirão que os serviços ambientais prestados pelos pequenos produtores organizados, quando mantêm áreas de floresta primária sem intervenção – evitando assim a emissão de gases efeito estufa – ou quando reflorestam áreas já degradadas – que funcionem como sumidouro de carbono - seja, ainda, quando realizam atividades de reprodução econômica compatíveis com o meio ambiente - em todos esses casos os produtores deverão ser pagos por tais serviços.

Conclui-se que não é possível considerar o mercado e as relações de comercialização como a única via capaz de contribuir para a luta contra a pobreza. Outros mecanismos existem como os serviços ambientais, com os quais os pequenos produtores deverão trabalhar e se beneficiar.

##### **5. Sobre a regionalização da cooperação em forma de consórcio**

Chegando a envolver dezenas de instituições (entre membros, parceiros e beneficiários) o Consórcio Regional Bolsa

---

69 Antropóloga Lucy Ruiz. Entrevista citada.

Amazônia realizou ações integradas de cunho regional e nacional, com a participação das mais distintas instituições dos países amazônicos.

Como exemplos da ação regional, em dez anos de vida do Consórcio, podem ser citados:

- ♦ Treinamento de 131 técnicos de nível superior provenientes de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela em distintos programas: Especialização em Gestão Sustentável de Recursos Naturais e Oportunidades de Comercialização (66) Planejamento Estratégico de Negócios Sustentáveis (10), Organização Social e Desenvolvimento Sustentável (20), Processamento de Frutas Amazônicas (25) Sistema de Informação (10);
  - ♦ Envolvimento de 15.826 líderes e produtores rurais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e colonos - em programas de capacitação técnica em: Organização de Micro-Empresas Rurais, Organização e Gestão de Empreendimentos Associativos e Cooperativos, Sistemas Sustentáveis de Uso e Manejo de Recursos Pesqueiros, Sistemas Agroflorestais, Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola, Manejo de Açaizais, Agroextrativismo, Pecuária e Florestal, Recuperação de Áreas Degradadas, com Implantação de Sistemas Agroflorestais, Enriquecimento de Quintais e Capoeiras, Processamento e Beneficiamento de Produtos de Origem Animal e Vegetal, Capacitação de Mulheres Indígenas em Recuperação de Técnicas Ancestrais Artesanais e Capacitação em Diagnóstico Rápido Participativo, dentre outros;
  - ♦ Promoção e/ou Implantação de 19 agroindústrias de base comunitária, em Brasil, Bolívia, Equador e Venezuela, com base em centenas de módulos de sistemas agroflorestais - SAFs;
  - ♦ Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, a partir de fibras, corantes naturais, vegetais e frutas, derivando em
-

- néctares, xaropes, manteigas, óleos, papéis, licores, extratos, objetos de utilidade e decoração, objetos artesanais, semi-industriais e industriais, de média e alta tecnologia;
- ♦ Estudos de Mercado locais, regionais, nacionais e internacionais;
  - ♦ Elaboração de 52 Planos de Negócios envolvendo Brasil, Bolívia Equador e Colômbia;
  - ♦ Implantação de 26 Sistemas de tratamento de água potável em Brasil e Equador;
  - ♦ Intercâmbios técnicos envolvendo 48 profissionais entre os distintos países;
  - ♦ Realização de 12 Encontros de Produtores Rurais, envolvendo temas tais como: Alternativas de Utilização de Novos Recursos Para a Produção de Alimentos, Problemas Ambientais, Gestão de Empreendimentos, Viabilização de Cadeias Produtivas, Diversificação de Matéria Prima, Melhoria da Qualidade de Produtos, Apicultura, Formação Para o Mercado e Controle de Qualidade;
  - ♦ Realização de 07 eventos Regionais Internacionais, realizados em Bolívia, Equador e Brasil: Conservação da Floresta e Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Amazônia; Ampliando Iniciativas Sustentáveis na Amazônia: de Projetos-Piloto a Um Desenvolvimento Regional; Consolidação da Cooperação Amazônica Para o Desenvolvimento Sustentável; Áreas Prioritárias para Uma Proposta Regional de Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul Para o Desenvolvimento Sustentável; Forum de Mulheres Indígenas Shuar; Sistema de Informação Mercadológica para a Amazônia;
  - ♦ Desenvolvimento e Implantação de web site regional, em português, espanhol e inglês, com recursos de acesso a Banco de Dados;
  - ♦ Implantação do SIMBA – Sistema de Informação Mercadológica da Bolsa Amazônia;
-

- ♦ Edição e Publicação de 09 números da Revista indexada POEMATROPIC, de periodicidade semestral e tiragem de 1.000 exemplares;
- ♦ Edição e Publicação de 08 Cartilhas para Produtores e Instrutores Rurais, Série COMO FAZER, sobre temas tais como: Manejo de Açaizal; Sistema Agroflorestal; Higienização e Sanitização na Pesca; Cultivo de Plantas Medicinais; Coleta, Beneficiamento e Armazenagem de Plantas Medicinais; Manipulação e Conservação de Plantas Medicinais; Piscicultura; Organização Social;
- ♦ Edição de 1.000 exemplares de Vídeo e CD Bolsa Amazônia, em português, inglês e espanhol e 3.000 exemplares do CD Enciclopédia Amazônia, com recursos interativos de vídeos, jogos e fotos.

Além das ações acima sumarizadas, vale lembrar que o Consórcio recebeu, dentre outros, os Prêmios Equator Initiative – Nações Unidas – durante a Rio+10 em Johannesburg, e World Business Partnerships For Sustainable Development, International Chamber of Commerce - United Nations Environmental Program, Johannesburg, ambos em 2002.

Não obstante esse quadro de realizações em uma vida de dez anos pode-se, criticamente, informar que:

- ♦ A existência do Consórcio Regional Bolsa Amazônia contribuiu, irrecusavelmente, para o fortalecimento da cooperação amazônica. Esse fortalecimento se espelha na importante transferência de conhecimentos, metodologias e achados entre os parceiros, principalmente quando se analisa a formação de recursos humanos compartilhados e intercambiados entre as distintas Bolsas;
  - ♦ Sendo o Consórcio o maior encontro de instituições amazônicas envolvidas com processos práticos e concretos de desenvolvimento sustentável, existente até 2009, sua sobrevivência só foi possível com apoio da cooperação nacional e internacional, onde se destacou OXFAM
-



NOVIB, permitindo uma visão regional do processo;

- ♦ Esse apoio, além disso, foi fundamental para que, em nível nacional, cada instância da Bolsa obtivesse suporte financeiro de outros doadores, capazes de promover as ações locais, funcionando quase como um capital-semente;
- ♦ Ficou evidente, também, que os recursos financeiros ainda que fundamentais, sem dúvida alguma, foram aquém das necessidades de um Consórcio que abrigava dezenas de organizações e comunidades rurais, em cinco países.
- ♦ A realização de ações coletivas, em nível regional, também pôde ser tida como fundamental para que a cooperação não apenas existisse, mas, também, se beneficiasse do aprendizado e das experiências recíprocas;
- ♦ Tem-se o convencimento de que Consórcios regionalizados, dessa natureza, são absolutamente necessários quando se pensa em Amazônia como Região, já que aceleram processos de desenvolvimento e criam massa crítica de pessoas que pensam e agem sobre uma Região estratégica para todo o planeta, como a amazônica;
- ♦ Mas não há certamente, e no momento atual, tanta disponibilidade de apoio financeiro no plano internacional, principalmente quando se definem alguns países amazônicos, como o Brasil, como potências emergentes, e onde América do Sul não é vista como prioridade pelos doadores, visão que não percebe as enormes disparidades sociais existentes em nível interno de cada um desses países, e principalmente na Amazônia, a área mais periférica no contexto nacional de cada país amazônico;
- ♦ Necessário seria cambiar os aportes financeiros temporários e pontuais do hemisfério Norte por programas estruturantes de financiamento de longo prazo no próprio Sul, que gerassem impactos profundos e permanentes e que permitissem acreditar na frase muito utilizada nos famosos Foruns Sociais Mundiais: “Um Outro Mundo É Possível”;

- ♦ Acima de tudo a experiência mostrou que a Cooperação Sul-Sul, e, especificamente, propostas regionalizadas como a do Consórcio Regional Bolsa Amazônia é possível, desejada localmente, importante e fundamental para o desenvolvimento da Amazônia. Muito embora seja, talvez, prioridade para poucos, muito poucos;
- ♦ Mecanismos Regionais de Cooperação poderiam ser efetivos impulsores do desenvolvimento sustentável de populações locais, com resultados e efeitos concretos na vida dos amazônidas. Mas isso significaria ir além da realização de planos e diagnósticos para abrigar projetos apresentados pelas próprias organizações sociais, dando real importância aos processos produtivos de geração de renda, ocupação e emprego;
- ♦ Os esforços dos governos nacionais de apoio à cooperação Sul-Sul, como realizados especificamente pelo Brasil em relação a seus parceiros latino-americanos e africanos, são tímidos e deveriam ser imensamente ampliados em nível de todos os governos dos países amazônicos, o que deixaria manifesto o interesse em encontrar caminhos na luta contra a pobreza de forma coletiva e compartilhada.

Conclui-se, assim, que embora haja, atualmente, enormes dificuldades de financiamento, propostas regionais como a do Consórcio Regional Bolsa Amazônia só podem sobreviver caso encontrem parceiros com vontade política capaz de ultrapassar o âmbito puramente nacional de projetos, acreditando que a cooperação regional dará à Amazônia, em médio e longo prazo, uma real capacidade de implementar processos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, otimizando ações, processos e conhecimentos facilmente intercambiáveis.

Enfim, encontrar apoio, neste mundo em crise e globalizado, em parceiros que se arvorem, quem sabe, a pensar, em termos hemisféricos, que:

”O Futuro está no Sul”

---

## BIBLIOGRAFIA

---

ABC, BID, DHV, CN. Evaluación Ambiental Estratégica del Corredor Norte: La Paz – Guayaramerin – Cobija. La Paz, Bolivia, Diciembre de 2006.

Acosta, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir, In: Ecuador Debate, 28 de diciembre del 2008.

Acosta, Alberto. La maldición de la abundancia. Un riesgo para la democracia. In: Revista Tendencia No 9, marzo-abril. Quito, 2009.

Andrade, Germán I. Presentación al libro Amazonía colombiana: historia del uso de la tierra. Consejo Regional de Planificación CORPES de la Amazonía, Ediciones Antropos, Bogotá, 1992.

Árhem, Kaj. Los Macuna en la historia cultural del Amazonas. In: Informes Antropológicos 4. Bogotá, 1990, pg 52-59.

Bazoberry, O. Salazar, C.. El Cacao en Bolivia: Una alternativa económica de base campesina indígena. CIPCA. Cuadernos de Investigación 72. La Paz, Bolivia. 2008, pg. 31.

Beck, Ulrich. Die Erfindung des Politischen, Frankfurt am Main, 1993

Beck, Ulrich. Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt am Main, 1986

Beck, Ulrich. Weltrisikogesellschaft, Weltoffenheit und globale Subpolitik. Wien, 1997

---

Bericht der Nord-Sued-Kommission. Das Ueberleben sichern. Gemeinsame Interessen der Industrie - und Entwicklungslaender. Mit einer Einleitung des Vorsitzenden Willy Brandt, Koeln, 1980

Bojanic, A. El Balance es lo Hermoso: Desarrollo Sustentable y los Bosques de la Amazonía Boliviana. PROMAB. Serie Científica N° 8, Riberalta, Bolivia, 2001.

Bolian, Charles. An Archaeological Survey of the Trapecio of Amazonas, Colombia. Paper Presented at the 1972 Northeastern Anthropological Meetings, Buffalo, New York, 1975.

Brienen R.J.W. Tree rings in the tropics: a study on growth and ages of Bolivian rain forest trees. PROMAB Scientific Series 10. PROMAB. Riberalta, Bolivia, 2005.

Brouwer, M.. Amazon Your Business: Oportunidades y soluciones en el bosque tropical. Bunnik, Holanda, 2007.

Capra, Fritjof: O Ponto De Mutação. A ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente, São Paulo, 1982.

Chenery, H.B.; Strout, A.M. Foreign Assistance and Economic Development, In: Economic Development Review, no. 56. 1966

Cohen, Mark Nathan. La crisis alimentaria de la prehistoria. Alianza Editorial, Madrid, 1979.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum, Rio de Janeiro, 1991

Corte Nacional Electoral. Nueva Constitución Política del Estado. La Paz, Bolivia, 2009.

De Jong, W.A. Garzón, C. Gotwald, J. Stahl, M. Becker, R. Maldonado, S. Ruiz, & G. Hentschel. Retos y perspectivas del Nuevo régimen forestal en el norte amazónico de Bolivia. CIFOR. Indonesia, 2004.

Duerrenmatt, Friedrich. Die Physiker, Zuerich, 1962

Eder, Klaus. Die Vergesellschaftung der Natur. Studien zur sozialen Evolution der praktischen Vernunft. Frankfurt am Main, 1988

EIA. Estudio de Impacto Ambiental, Aprovechamiento Hidroeléctricos Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira-RO, Tomo

---

B. FURNAS, ODEBRECHT, LEME. Rondônia, Brasil, 2005.

FOBOMADE, CGIAB. El Norte Amazónico de Bolivia y el Complejo del Río Madera. La Paz, Bolivia, Marzo 2007.

Fritz, T. - FDCL – Centro de Investigación y Documentación Chile Latinoamérica ALBA contra ALCA. La Alternativa Bolivariana para las Américas: una nueva vía para la integración regional en Latinoamérica. Santiago de Chile, abril, 2007.

Freire, Germán Nicolás e Tillet, Aimé. Salud indígena en Venezuela, 2007.

Global 2000. Der Bericht an den Praesidenten, Frankfurt am Main, 1980

Gorz, André. Wege ins Paradies, Berlin, 1983

Hentschel. Retos y perspectivas del Nuevo régimen forestal en el norte amazónico de Bolivia. CIFOR. Indonesia, 2004.

Herrera, A. et al. Die Grenzen des Elends. Das Bariloche Modell. Frankfurt am Main, 1976

Herrera Xochitl e Mora Emilce. La artesanía étnica de Matavén. Artículo en el libro Alternativas productivas en la Amazonía Colombiana. Programa COAMA, Bogotá, 2003.

Herrera, Leonor. Amazonía Colombiana. Investigaciones arqueológicas: balance general de la región. In: Botiva et al. Ed. Instituto Colombiano de Antropología, Colcultura, Bogotá, 1989.

Hobsbawm, Erik. A Era Dos Extremos. O Breve Século XX - 1919-1991, São Paulo, 1996

Horkheimer, Max; Adorno, Theodor, W. Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente, In: Adorno, Theodor, W.: Gesammelte Schriften, Bd. 3, Frankfurt am Main, 1984

Imbiriba, Nazaré (Org.) O Futuro da Democracia na América Latina. Movimentos Sociais, Movimentos Políticos. Governo do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil, 2008.

Imbiriba, Nazaré. Cooperação, Integração e Desenvolvimento da Amazônia: Com Que Capacidades? In: O Futuro da Demo-

---

cracia na América Latina – Movimentos Sociais, Movimentos Políticos. pg 227-231. Governo do Estado do Pará, Belém, Pará, 2009.

Imbiriba, Nazaré. Biodiversidade e Pobreza: Uma Questão de Decisão Política. In: O Futuro da Amazônia: Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do Século XXI. Belém, EDUFPA, Editora Universitária, Belém, 2002.

Imbiriba, Nazaré. Desenvolvimento de Produtos e Empresas de Responsabilidade Social e Ecológica na Amazônia. In: Revista POEMATROPIC, nº 9, Belém, Pará, 2002.

Imbiriba, Nazaré. Preservação com Desenvolvimento: A Experiência Amazônica no Uso Industrial da Fibra de Coco. In: Revista Textos do Brasil, nº9. Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2002.

Imbiriba, Nazaré. (co-autor). Alianças em Defesa da Vida e a Cooperação Sul-Sul Para o Desenvolvimento. In: Revista POEMATROPIC, nº 5, Belém, Janeiro/Junho 2000.

Imbiriba, Nazaré. Bolsa Amazônia: Sustainable Use of Natural Resources. In: Partners for Development – Hanson Cooke Limited/UNCTAD, Lyon – França, 1998.

Imbiriba, Nazaré. Implicações Sócio-Ecológicas do Desenvolvimento Imitativo em Áreas Amazônicas. In: Antropologia e Indigenismo, nº 1. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1990.

INE 2007. Población total proyectada, por sexo, según provincia y sección de provincia 2005 – 2007. Revisado en Noviembre de 2007. In: <http://www.ine.gov.bo/cgi-bin/piwdie1xx.exe/TIPO>.

IPHAE. Boletín Informativo. Riberalta, Beni, Bolivia, 2005.

Jablokow, Alexej: Oekologische Ignoranz und oekologisches Abenteuerium. Sperren auf dem Weg der Umgestaltung. In: Afanassjew, Juri (Hrsg.): Es gibt keine Alternative zur Perestrojka: Glasnost Demokratie Sozialismus, Noerdlingen, 1988

Klein, Naomi: Die Schocktherapie. Der Aufstieg des Katastrophenkapitalismus. Frankfurt am Main, 2007

Lenin, Wladimir, Iljitsch. Ausgewählte Werke. Band III. Berlin, 1970

Llanque V. Extracción forestal, procesos migratorios y deforestación en el norte amazónico de Bolivia. In: Retos y perspectivas del nuevo régimen forestal en el norte amazónico boliviano. CI-FOR. De Jong Ed.Indonesia. 2004. Pg. 137-152.

Lobo-Guerrero, Miguel, Herrera, Xochitl et al. Matavén, selva corazón de la salud. Programa COAMA, Fundación Etnollano, Bogotá, 2000

Luxemburg, Rosa. Die russische Revolution. In: Grassi, E.: (Hg.): Rosa Luxemburg: Schriften zur Theorie der Spontaneitaet. Reinbek, 1970

Malhi Y., J.T. Roberts, R.A. Betts, T.J. Killeen, W. Li & C.A. Nobre. Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. Science 319. 2008. Pg. 169-172.

Marchán Brito, Jimmy: Selva, Pastos e Modulos: el proceso de cambio sócio cultural entre los Shuar de Morona Santiago, In: POEMATROPIC, N° 5, Janeiro/Junho, 2000.

Marx, Karl: O Capital. Livro 1. Rio de Janeiro, 1980

Meadows, Dennis H. et al. Die Grenzen des Wachstums. Stuttgart, 1972

Mejía Gutiérrez, Mario Amazonía colombiana: historia del uso de la tierra. Consejo Regional de Planificación CORPES de la Amazonía, Ediciones Antropos, Bogotá, 1993.

Mires, Fernando: Die Indios und das Land oder: Wie Mariategui die Revolution in Peru begriff. In: Lateinamerika. Analysen und Berichte 3. Verelendungsprozesse und Widerstandsformen. Berlin, 1980

Mitschein, Thomas: Die Dritte Welt als Gegenstand gewerkschaftlicher Theorie und Praxis. Zur Analyse der internationalen Politik metropolitaner Gewerkschaften. Frankfurt/New York, 1981

Mitschein, Thomas , Magave, Jair; Junqueiro, Ronald (orgs). Amazônia - Alianças em Defesa da Vida. Série POEMA 1. Belém, 1994

Mitschein, Thomas A.; Miranda , Pedro S. POEMA: A proposal for sustainable in Amazonia. In: Schreiber, Vicky (org): Vias

---



de Desenvolvimento Sustentavel. As Dimensões do Desafio. Serie POEMA 6. Belém, 1998.

Mitschein, Thomas, A.; Chaves, Jadson, F.: Desenvolvimento Local e Associativismo Empreendedor no Pará: Um desafio Político. Belém, 2008.

Mitschein, Thomas, A.: O Direito a diversidade socioambiental como utopia andino-amazônica no sec. XXI, Belém 2010

Mumford, Lewis. Mythos der Maschine. Kultur, Technik und Macht. Frankfurt am Main, 1986

Murray, Robert. Fordismus und Sozialismus. In: Prokla 81, 20. Jahrgang, Dezember, 1990

Negt, Oskar e Kluge, Alexander. Geschichte und Eigensinn. Frankfurt am Main, 1981.

Núñez, Martha et al. El bosque, la gente y los módulos agroforestales de Madre Tierra, en un corredor ecológico de la Amazonía ecuatoriana. Fundación Ambiente y Sociedad, Quito, 2004.

Núñez, Martha. Entrevista concedida à Equipe de Sistematização. Secretária Executiva da Bolsa Amazônia Equador, Quito, abril, 2009.

Offe, Claus. Griff nach der Notbremse. In: Kraushaar, W. (Hg.): Was sollen die Gruenen im Parlament?. Frankfurt am Main, 1983

OTCA, PNUMA. Geo Amazonía: Perspectivas del Medio Ambiente en la Amazonía. Brasília, Brasil, 2008.

Pinto, Lúcio Flávio. O Pará dos Paraenses. Ed. Do Autor. Belém, 1994

Plan Nacional de Desarrollo 2007-2010, SENPLADES, Quito, Equador.

PNUD. Informe de Desarrollo Humano en el Norte Amazónico Boliviano. La Paz, Bolivia, 2003.

PNUD. La Otra Frontera: Usos alternativos de recursos naturales en Bolivia. La Paz, Bolivia, 2008.

Posey, Darrel, A. Os Kayapós e a Natureza. In: Ciência Hoje. Vol. 2, Nº 12, 1984

---

Posey, Darrel, A. e Oliveira, Adélia. Introdução à Relevância do Conhecimento Indígena. In: Ciência Kayapó. Alternativas contra a Destruição. Belém, 1992

Reichel Dussan, Elizabeth. Asentamientos prehispánicos en la Amazonía colombiana. In: Colombia Amazónica , pg 129-152. Universidad Nacional de Colombia, Santafé de Bogotá, 1987.

República Bolivariana de Venezuela, Presidencia. Proyecto Nacional Simón Bolívar, Septiembre, 2006.

Rifkin, Jeremy. Acess. Das Verschwinden des Eigentums. Frankfurt/New York, 2000

Rivas, Jorge. El Sangay: construyendo puentes entre la conservación e el desarrollo. In: Revista POEMATROPIC, N° 5, Janeiro/Junho. Belém, Pará, 2000

Rivera Valladolid, Julio. Las Plantas en la Cultura Andina y en Occidente Moderno. In: Desarrollo o Descolonización en los Andes? Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas. Lima, 1993

Rivera, Maria V. Alternativas productivas en la Amazonía colombiana, enfoques y procesos desde lo local. Programa COAMA, Bogotá, 2003.

Ruiz Mantilla, Olga Lucia. Entrevista concedida à equipe de sistematização pela Primera Coordinadora do Programa Bolsa Amazonia Equador, abril 2009

Sachs, Ignacy. A crise: janela de oportunidade para os países tropicais. In: Le Monde Diplomatique Brasil, [http:// diplo UOL.com.br/2009-02](http://diplo.UOL.com.br/2009-02)

Saviniano, Pedro Miranda et al. Sistema Agroflorestal "Agricultura em Andares". Série POEMA n° 9. Belém, 1999.

Saviniano, Pedro Miranda. Agricultura Familiar e a Verticalização do Processo Produtivo na Amazônia Paraense. In: Plantas Amazônicas e seu Aproveitamento Tecnológico. UFPA, Belém, Pará, 1993.

Salazar, Ernesto. La Federación Shuar y la frontera de la colonización. In: Amazonía ecuatoriana: la otra cara del Progreso. Ed. Abya-Yala, Quito, 1989.

---

Solarte, Ceron e Benhur, Conrado. Manejo Sostenido de la Selva Pluvial: los Awa- Kwaiker en relación con outros grupos indígenas de Tierra Firme, In: Flores, Claudio M.; Mitschein, Thomas A. (orgs.): Realidades Amazônicas No Fim Do Século XX, Série Cooperação Amazônica nº5. Belém, 1990

Stoian, D. Shifts in forest products extraction: the post rubber era in the Bolivian Amazon. *International Tree Crop Journal*, Vol 10. pp 285-299, 2000.

SUDAM. II Plano Nacional De Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para a Amazônia. Belém, Pará, 1976

Todorov, Tzvetan. Die Eroberung Amerikas. Das Problem des Anderen. Frankfurt am Main, 1985

Varea, Anamaria (Coord.). Marea Negra en la Amazonia. Conflictos socioambientales vinculados a la actividad petrolera en el Ecuador. Quito, 1995

Vos V. & A. Zonta. (Coord.). Sistematización, Componente 3, Medios de Vida, Etapa 2: Lista de productos forestales y no-forestales. Proyecto ForLive. Instituto de Investigaciones Forestales de la Amazonía, Universidad Autónoma del Beni José Ballivián, Riberalta, Bolivia, 2006.

Welsch, Wolfgang. Unsere postmoderne Moderne. Bamberg, 1988

Welsch, Wolfgang. Vernunft. Die zeitgenoessische Vernunftkritik und das Konzept der transversalen Vernunft. Frankfurt am Main, 1996.

---

